

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

PRODUTOS FINANCEIROS
SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS.
SITUAÇÃO DA BANCA PORTUGUESA

Rafaela Alexandra Agostinho Frazão

Lisboa, junho de 2022

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

PRODUTOS FINANCEIROS
SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS
SITUAÇÃO DA BANCA PORTUGUESA

Rafaela Alexandra Agostinho Frazão

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção de grau de mestre em Contabilidade e Gestão de Instituições Financeiras, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Miguel Seabra.

Constituição do Júri:

Presidente: Professora Doutora Ana Maria Sotomayor

Arguente: Professor Doutor Jorge José Martins Rodrigues

Vogal: Professor Doutor Fernando Miguel Seabra

Lisboa, junho de 2022

“Só quando a última árvore for
derrubada, o último peixe for
morto e o último rio for poluído
é que o ser humano perceberá
que não pode comer dinheiro”
Provérbio Indígena

Agradecimentos

Em primeiro lugar começo por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Miguel Seabra, pela ajuda, pelas críticas construtivas, orientação e apoio disponibilizado na elaboração deste trabalho.

Agradeço de forma significativa ao meu namorado, Rúben, por toda a motivação, paciência e preciosa ajuda ao longo destes 2 anos de mestrado, foi para mim um grande desafio ter chegado até aqui e sem o seu apoio não seria possível!

Um especial agradecimento aos meus pais, pelo incentivo ao longo de todos estes anos para apostar na minha graduação académica. Aos meus avós, tios e primos, pelos valores que me têm passado ao longo de todos estes anos.

Agradeço a todos os meus amigos que sempre estiveram presentes!

Quero agradecer às duas grandes amigas que fiz nesta grande etapa da minha vida académica, Simone e Gabriela, por todo o apoio que me deram durante estes 2 anos. Juntas ultrapassámos mais uma meta!

Um agradecimento aos entrevistados Dr. Mário Franco e Dr. Hugo Freitas, bem como aos respondentes do meu inquérito.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas de trabalho e ex-colegas, que se tornaram grandes amigos proporcionando-me uma grande aprendizagem no meu percurso profissional, fator que me fez alcançar, este grande objetivo no meu percurso académico. A eles também devo alguma orientação em diversas linhas fundamentais para este trabalho.

A todos o meu grande OBRIGADA!

Resumo

Esta investigação teve como objetivo analisar e compreender a adesão das instituições financeiras que atuam no mercado português aos produtos financeiros socialmente responsáveis, bem como compreender a situação destes produtos financeiros em Portugal e a sua aceitação por parte dos clientes. Importa destacar que este tema apesar de se encontrar em constante evolução será a tendência futura no setor financeiro.

Serão igualmente abordadas as metodologias utilizadas nesta investigação, qualitativa e quantitativa. A entrevista, foi a metodologia qualitativa utilizada, permitindo fazer uma pesquisa mais aprofundada e permitindo a oportunidade de recolher informação sobre a forma que cada um dos entrevistados vê a temática em estudo. Quanto à metodologia quantitativa, foram realizados inquéritos com o principal objetivo de obter resultados primários a fim construir uma análise estatística.

A escolha deste tema prende-se pelo facto, do desafio que atualmente é colocado ao setor financeiro, com o principal objetivo de tornar a finança sustentável e proporcionar novos modelos de negócio a curto prazo por forma a alcançar-se a resposta a este desafio a longo prazo.

Após a investigação realizada, poderá concluir-se que a banca se encontra assim com os objetivos alinhados para o novo modelo de negócio baseado no investimento sustentável, permitindo atingir níveis de rentabilidade superiores no longo prazo. É igualmente importante destacar que os consumidores encontram-se na sua maioria disponíveis para adesão a produtos financeiros socialmente responsáveis.

Palavras Chaves: Finança Sustentável; Produtos financeiros socialmente responsáveis; Investimento Sustentável; Setor Financeiro.

Abstract

This investigation is aimed to analyze and understand the adhesion of socially responsible financial products in institutions operating in the Portuguese market, as well as to understand the situation of financial products in Portugal and their acceptance by customers. It is important to emphasize that this theme, despite being in constant evolution, will be the future trend in the financial sector.

The methodologies used in this investigation, both qualitative and quantitative, will also be addressed. As a qualitative methodology was selected, the interviews allowed a more in-depth research, allowing the opportunity to gather information about the way each one of the interviewees sees the subject under study. As for the quantitative methodology, surveys were carried out with the main objective of obtaining primary results in order to build a statistical analysis.

The choice of this theme is linked to the fact that the challenge currently faced by the financial sector, with the main objective of making finance sustainable and providing new business models in the short term, in order to respond to this challenge in the long term. deadline.

After the investigation carried out, it can be concluded that the banking sector is in line with its objectives for the new business model based on sustainable investment, allowing it to reach higher levels of profitability in the long term. It is equally important to highlight that consumers are mostly available to subscribe to socially responsible financial products.

Keywords: Sustainable Finance; Socially responsible financial products; Sustainable Investment; Financial sector

Índice

1.	Introdução.....	1
1.1	Relevância do tema.....	1
1.2	Objetivos.....	2
1.3	Questões de investigação.....	2
1.4	Estrutura da dissertação.....	3
2.	Enquadramento teórico.....	4
2.1	Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.....	4
2.1.1	Definição do Conceito.....	4
2.1.2	As dimensões da sustentabilidade.....	6
2.1.3	Financiamento sustentável.....	8
2.2	Responsabilidade social das empresas.....	12
2.2.1	O conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE).....	13
2.2.2	Índice de sustentabilidade empresarial (ISE).....	15
2.2.3	Agenda da CMVM para a sustentabilidade.....	15
2.2.4	Análise da rendibilidade de fundos ESG.....	17
3.	Metodologia de investigação.....	23
3.1	Análise contextual.....	23
3.1.1	Conferência “Finanças Sustentáveis.”.....	24
3.1.2	Conferência “Encontros de Sustentabilidade – Conversas na CMVM: Das Finanças Sustentáveis a um Planeta Sustentável”.....	26
3.1.3	Webinar - “Sustentabilidade e o seu impacto nas entidades financeiras e seguradoras.”.....	28
3.1.4	Mesa-redonda em formato online sobre “O papel do financiamento verde e social na recuperação das cidades e regiões.”.....	29
3.1.5	Conferência online sobre o tema "Finanças Sustentáveis - Uma Oportunidade para o Financiamento da Sustentabilidade Ambiental".....	30
3.2	Análise documental.....	33
3.2.1	Responsabilidade social na banca portuguesa, compromisso com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.....	34
3.2.2	Produtos socialmente responsáveis no mercado português.....	36
3.3	Abordagem Quantitativa.....	40
3.4	Abordagem Qualitativa.....	43
4.	Discussão de resultados.....	45
4.1	Resultado dos inquéritos.....	45

4.1.1	Caracterização da amostra	45
4.1.2	Análise dos resultados	45
4.2	Análise das Entrevistas realizadas	90
5.	Conclusões.....	95
5.1	Conclusões gerais	95
5.2	Limitações do estudo	97
5.3	Sugestões para futuros estudos	97
	Bibliografia.....	99
	Anexos	103

Índice de Figuras

Figura 2.1 Consequências de um Desenvolvimento não sustentável.....	5
Figura 2.2 Consequências de um Desenvolvimento Sustentável	6
Figura 2.3 Pilares do Desenvolvimento Sustentável	7
Figura 2.4 Entidades alinhadas com o Financiamento Sustentável (1992 – 2012)	10
Figura 2.5 Entidades alinhadas com o Financiamento Sustentável. (2015 – 2019)	11
Figura 2.6 Performance Anual since start	17
Figura 2.7 Performance Mensal since start	18
Figura 2.8 Ativos subjacentes ao fundo Global DWS ESG Top World	19
Figura 2.9 Países associados ao fundo Global DWS ESG Top World.....	19
Figura 2.10 Volatilidade do fundo Global DWS ESG Top World.....	20
Figura 2.11 Performance anual since start (DWS Invest ESG Climate Tech LU186326415)	20
Figura 2.12 Performance mensal since start.....	20
Figura 2.13 Ativos subjacentes ao fundo DWS Invest ESG Climate Tech.....	21
Figura 2.14 Países associados ao fundo DWS Invest ESG Climate Tech.....	22
Figura 2.15 Volatilidade do fundo DWS Invest ESG Climate Tech.....	22

Índice de Quadros

Quadro 1 Expectativas de supervisão	11
Quadro 2 Razões para implementação da responsabilidade social	14
Quadro 3 Competências da CMVM	16
Quadro 4 Metodologia de investigação utilizada	23
Quadro 5 Conferências	24
Quadro 6 Entrevistas realizadas	43
Quadro 7 Distribuição dos Inquiridos por faixa etária	46
Quadro 8 Distribuição dos Inquiridos por faixa etária	47
Quadro 9 Distribuição dos Inquiridos por situação familiar	49
Quadro 10 Distribuição dos Inquiridos por rendimento bruto anual.....	51
Quadro 11 Distribuição dos Inquiridos por Instituições Financeiras de que são clientes ...	54
Quadro 12 Distribuição dos Inquiridos por atenção para com a responsabilidade social ...	55
Quadro 13 Frases que cumprem os critérios de sustentabilidade.....	56
Quadro 14 O que valoriza na escolha da instituição financeira	61
Quadro 15 Distribuição dos Inquiridos por principal canal de comunicação.....	62
Quadro 16 Produtos/serviços bancários/financeiros.....	64
Quadro 17 Distribuição dos Inquiridos por conhecimento de produtos financeiros socialmente responsáveis.....	66
Quadro 18 Distribuição dos Inquiridos por período temporal em que investe.....	68
Quadro 19 Áreas relevantes para temas subjacentes ao investimento financeiro socialmente responsável	69
Quadro 20 Tipo de produtos/serviços bancários/financeiros socialmente responsáveis adquiridos	70
Quadro 21 Garantia de capital investido	71
Quadro 22 Retorno financeiro ou rendibilidade proporcionada pelo produto em termos históricos.....	71
Quadro 23 Liquidez do produto financeiro	71
Quadro 24 Tributação associada ao produto financeiro	72
Quadro 25 Experiência com a instituição financeira.....	73
Quadro 26 Aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário.....	73
Quadro 27 Folhetos informativos	73
Quadro 28 Publicidade através dos meios de comunicação	73
Quadro 29 Aconselhamento de familiares e amigos	74
Quadro 30 Razão para não adquirir /subscrever um produto financeiro socialmente responsável.	80
Quadro 31 Áreas para um produto/serviço bancário/financeiro socialmente responsável.	81
Quadro 32 Garantia de capital investido para não investidores	84
Quadro 33 Retorno financeiro ou rendibilidade proporcionada pelo produto em termos históricos para não investidores.....	84
Quadro 34 Liquidez do produto financeiro para não investidores	84
Quadro 35 Tributação associada ao produto financeiro para não investidores	85
Quadro 36 Experiência com a instituição financeira para não investidores.....	85
Quadro 37 Aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário para não investidores	86
Quadro 38 Folhetos informativos para não investidores	86
Quadro 39 Publicidade através dos meios de comunicação para não investidores	86
Quadro 40 Aconselhamento de familiares e amigos para não investidores	86

Índice de Gráficos

Gráfico 4.1 Faixa etária	45
Gráfico 4.2 Género	46
Gráfico 4.3 Residência Habitual.....	47
Gráfico 4.4 Habilitações Literárias.....	48
Gráfico 4.5 Situação familiar.....	49
Gráfico 4.6 Descendentes ou ascendentes a cargo	50
Gráfico 4.7 Rendimento Bruto Anual.....	51
Gráfico 4.8 Principal fonte de rendimentos.....	52
Gráfico 4.9 Conhecimentos de produtos financeiros	53
Gráfico 4.10 Número de instituições financeiras de são clientes	54
Gráfico 4.11 Atenção para com a responsabilidade social da instituição financeira	55
Gráfico 4.12 Apoiar projetos sociais e/ou ambientais.....	57
Gráfico 4.13 Apostar na digitalização	58
Gráfico 4.14 Implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável	58
Gráfico 4.15 Implementar medidas e condições que visam promover uma melhoria da qualidade de vida dos colaboradores	59
Gráfico 4.16 Comportamento ético. (honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza).....	59
Gráfico 4.17 Respeito pelo estado de direito.....	60
Gráfico 4.18 Principal canal de comunicação	62
Gráfico 4.19 Gestor de conta.....	63
Gráfico 4.20 Vida profissional no setor financeiro	65
Gráfico 4.21 Adesão produtos financeiros socialmente responsáveis.....	67
Gráfico 4.22 Adesão produtos financeiros socialmente responsáveis.....	67
Gráfico 4.23 Cartão bancário totalmente sustentável.....	75
Gráfico 4.24 Gestão Discricionária de Carteira.....	76
Gráfico 4.25 Contratação Gestão Discricionária de Carteira	77
Gráfico 4.26 Recomendação de um produto financeiro socialmente responsável.....	78
Gráfico 4.27 Disposição perante aquisição de produtos/serviços bancários/financeiros socialmente responsáveis.....	79
Gráfico 4.28 Rentabilidade do produto financeiro socialmente responsável na aquisição .	82
Gráfico 4.29 Rentabilidade do produto financeiro socialmente responsável	83
Gráfico 4.30 Cartão bancário débito/crédito totalmente sustentável.....	87
Gráfico 4.31 Recomendação de um produto financeiro socialmente responsável por parte dos não investidores	88
Gráfico 4.32 Reconsideração na resposta “Já adquiriu produtos financeiros socialmente responsáveis”	89

Lista de abreviaturas

- AECO – Associação para o Estudo e Conservação dos Oceanos
- APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial
- BCE – Banco Central Europeu
- BCP – Banco Comercial Português
- BCSD – *The Business Council for Sustainable Development*
- BPI – *Bank of the Philippine Islands*
- CEO – *Chief Executive Officer*
- CGD – Caixa Geral de Depósitos
- CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- CO2 – Dióxido de Carbono
- EBA – *European Banking Authority*
- EDP – Energias de Portugal
- EIOPA – *European Insurance and Occupational Pensions Authority*
- ESG – *Environmental, social and corporate governance*
- ESMA – *European Securities and Markets Authority*
- EUA – Estados Unidos da América
- IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
- IFB – Instituto de Formação Bancária
- ODS – Objetivos de Desenvolvidimentos Sustentável
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto
- PME – Pequenas e Médias Empresas
- RSE – Responsabilidade Social Empresarial
- SEL – Semana de Empreendedorismo de Lisboa
- TCFD – *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*
- UE – União Europeia
- YTD – *Year to date*

1. Introdução

No seguimento do mestrado de Contabilidade e Gestão de Instituições Financeiras e com objetivo da obtenção do grau de Mestre, abordar-se-á nesta investigação os Produtos Financeiros Socialmente Responsáveis na banca portuguesa.

No âmbito do desenvolvimento e pesquisa efetuada nesta investigação pretende-se compreender a adesão quer dos clientes, quer das instituições financeiras, aos produtos financeiros socialmente responsáveis e o impacto que estes têm na dinamização da Finança Sustentável, podendo estes produtos virem a construir uma mais-valia para o setor financeiro, como meio de inovação e mitigação dos riscos climáticos e ambientais.

Ao longo dos anos, tem-se verificado um aumento da preocupação por parte dos bancos no nosso país, consequência das alterações climáticas, emissão de gases de efeito de estufa entre outros fatores relevantes. A sociedade começa a ter a literacia financeira suficiente para perceber que atuação no curto prazo, terá benefícios a longo prazo, estando assim a sociedade cada vez mais alinhada com a temática sustentabilidade, garantindo a preservação do ambiente e respeitando os direitos humanos.

Na sequência destas alterações, as instituições financeiras têm reagido adaptando a sua oferta direcionada para o conceito de sustentabilidade, numa lógica de acompanhar o desenvolvimento do mercado e atingir os objetivos implementados pela ONU para a Agenda 2030.

Desta forma, as instituições financeiras deverão provocar alterações na sua estrutura organizacional, adotando estratégias e elaborando práticas relacionadas com o financiamento sustentável, por forma a tornarem-se competitivas no médio e longo prazo.

1.1 Relevância do tema

A relevância da abordagem deste tema está relacionada com o facto dos produtos financeiros socialmente responsáveis serem produtos criados para incentivar os consumidores a procurar investir em empresas socialmente responsáveis, com boas práticas em domínios ambientais ou sociais.

Assim, as instituições financeiras ao comercializarem estes produtos estarão a contribuir de forma progressiva para a redução do impacto ambiental das empresas bem como para a promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes vertentes.

Além do mencionado anteriormente, a escolha do tema incide sobre o facto de ser um tema atualmente muito divulgado e promovido por parte das instituições e entidades competentes, tem sido alvo de muitas conferências e apresentações com objetivo de ser demonstrado que esta mudança, terá um impacto positivo no que diz respeito ao meio ambiente como também proporciona um alinhamento com a oferta internacional, tornando assim o mercado português competitivo e enquadrado com as ofertas existentes.

Neste contexto, é necessário estudar a importância da comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis, na perspectiva de estes criarem um impacto positivo e relevante quer para a instituição como para todos os seus *stakeholders* tornando-se assim um pilar fundamental a nível organizacional.

1.2 Objetivos

Através da elaboração desta dissertação pretende-se dar resposta às questões de investigação e como objetivo principal, perceber o impacto que os produtos financeiros socialmente responsáveis têm no setor financeiro enquanto contribuição para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como o seu impacto na redução das emissões de CO₂, por forma atingir-se a neutralidade carbónica para a agenda 2030.

Assim, este objetivo desdobra-se em 4 objetivos específicos:

- Entender qual a origem do conceito sustentabilidade e perceber do que se trata quando falamos de financiamento sustentável bem como a responsabilidade social das empresas.
- Compreender as características dos produtos financeiros socialmente responsáveis oferecidos no mercado português.
- Verificar se existe procura para produtos financeiros socialmente responsáveis no mercado português.
- Compreender as características mais adequadas para os produtos financeiros socialmente responsáveis considerando as preferências dos clientes portugueses.

1.3 Questões de investigação

A investigação pretende estudar a rentabilidade de produtos socialmente responsáveis e compreender a sua aceitação e adesão pelos clientes, comparativamente a produtos com diferentes características.

A fim de chegarmos a uma conclusão relativamente ao tema, deveremos alcançar resposta às seguintes questões de investigação.

Q1 - Qual o grau de envolvimento da banca portuguesa com produtos financeiros socialmente responsáveis?

Q2 - Qual o desempenho dos produtos financeiros socialmente responsáveis em Portugal?

Q3 - O mercado português estará recetivo a produtos financeiros socialmente responsáveis?

Q4 - Que características os produtos financeiros socialmente responsáveis deverão ter por forma a melhor corresponder aos interesses dos clientes?

Q5 - Existem clientes da banca especialmente interessados em produtos financeiros socialmente responsáveis, que constituam um nicho de mercado importante para a banca?

1.4 Estrutura da dissertação

A divisão do texto desta investigação foi realizada por 5 capítulos, iniciando-se com uma pequena introdução sobre a investigação, dando destaque à relevância do tema escolhido e aos objetivos da presente investigação.

O capítulo que se segue, pretende fazer um enquadramento sobre a temática em estudo, onde é descrito o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, abordadas as dimensões da sustentabilidade e o financiamento sustentável. Também é analisada a responsabilidade social das empresas, os produtos socialmente responsáveis comercializados pelas instituições financeiras que atuam no mercado português e não menos importante o impacto destes produtos numa visão internacional.

No terceiro capítulo é descrito pormenorizadamente a metodologia de investigação utilizada nesta investigação, abordando os 4 métodos utilizados, são eles a análise contextual, análise documental, abordagem quantitativa e qualitativa.

Os últimos dois capítulos 4 e 5, são constituídos pela discussão dos resultados obtidos e pela apresentação das conclusões da investigação, destacando os contributos para a teoria e prática e as limitações e sugestões para futuros estudos, respetivamente.

A presente dissertação termina com as referências bibliográficas e os anexos, que têm como objetivo complementar a informação desta investigação.

2. Enquadramento teórico

2.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

2.1.1 Definição do Conceito

O conceito sustentabilidade já nos acompanha numa grande caminhada de décadas de história. Na década de 1950 com os testes nucleares ficou a conhecer-se a realidade das chuvas radioativas, dada a perceção, nos anos seguintes os debates sobre a sustentabilidade tiveram um maior impacto não só em toda a comunidade como também a nível governamental, pois era evidente que existia um risco ambiental em escala global. (Nascimento, 2012, p.51-64)

No ano de 1980, segundo Rui Matoso (2010, p. 43) o tema foi abordado pela primeira vez num relatório da *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*, e na altura sugeria o termo Desenvolvimento Sustentável, como “uma aproximação estratégica à integração da conservação e do desenvolvimento coerente, com os objetivos de manutenção dos ecossistemas, preservação da diversidade genética e utilização sustentável dos recursos naturais.”

Em 1983, as Nações Unidas convidaram Gro Harlem Brundtland, ex-primeira ministra norueguesa, para dirigir a nova Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento. Anos mais tarde, em 1987, a conhecida Comissão de Brundtland publicou o documento: “Nosso Futuro Comum”, em que indicava o facto do desenvolvimento económico e globalização, apresentar consequências ambientais negativas, por outro lado oferecia soluções para os problemas existentes consequência do crescimento populacional e da industrialização. Foi a partir dessa mesma data que se tomou consciência que os recursos não eram ilimitados e existia a possibilidade de muitos deles se esgotarem (BCSD Portugal)¹

Uma das definições mais referenciadas é de facto a que surge neste documento, segundo a qual, “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo o

¹ <https://bcdportugal.org/sustentabilidade/> consultado em abril de 2022

equilíbrio entre o crescimento económico, o cuidado com o ambiente e o bem-estar social.”
(Relatório Brundtland citado em BCSD, 1987).²

As consequências do desenvolvimento sustentável podem ter impacto positivo quando este é tido em consideração, verificando-se o oposto, como se pode observar nas figuras 2.1 e 2.2 que se seguem (Castanheira & Gouveia, 2004, p.12).

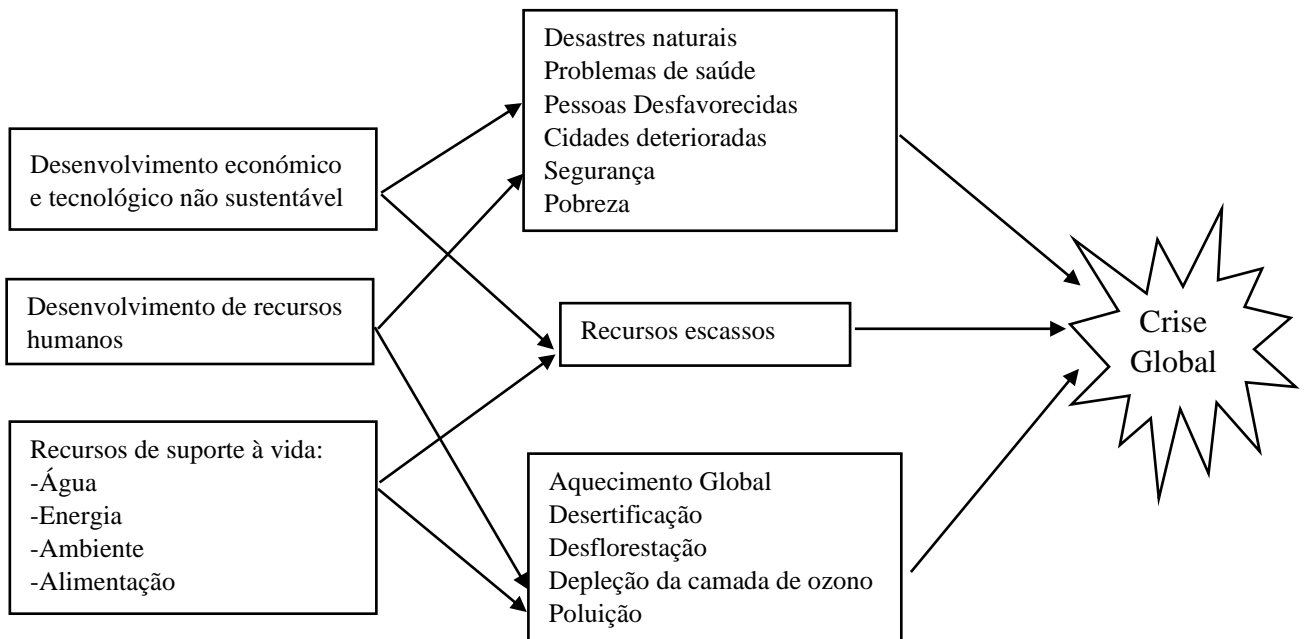


Figura 2.1 Consequências de um Desenvolvimento não sustentável.

Fonte Adaptado de Castanheira e Gouveia (2004, p.12)

² Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). *Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Oxford University Press.

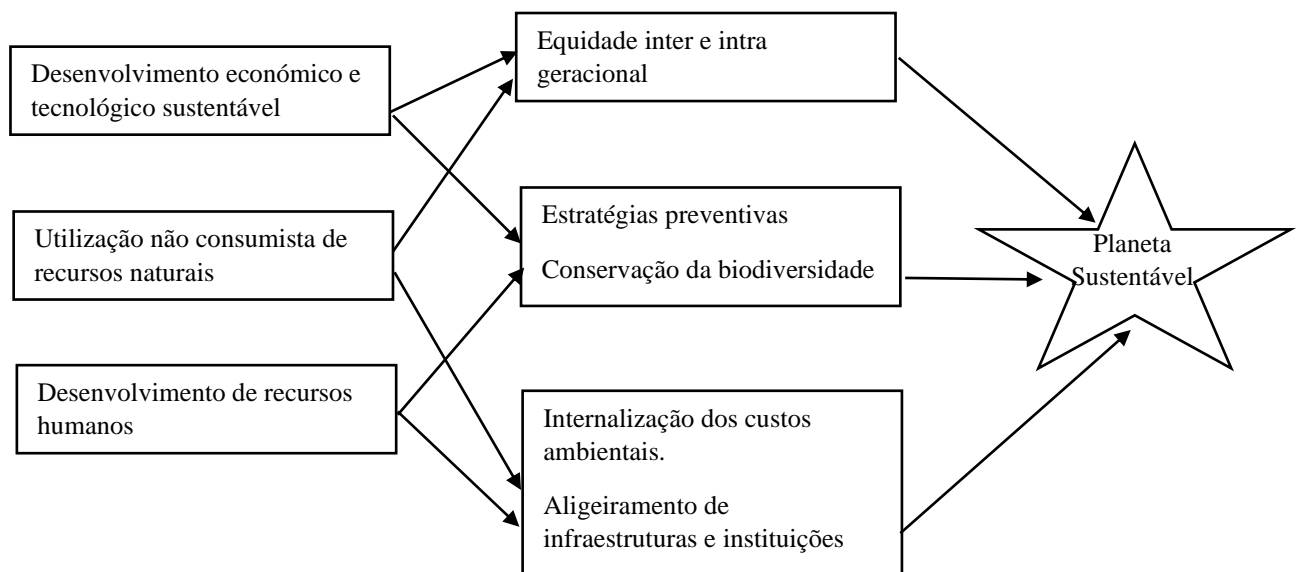


Figura 2.2 Consequências de um Desenvolvimento Sustentável

Fonte Adaptado de Castanheira e Gouveia (2004, p.13)

Na análise da Figura 2.1 e 2.2, percebe-se que o desenvolvimento económico e tecnológico não sustentável, o desenvolvimento de recursos humanos e os recursos de suporte à vida, trazem consequências como, a escassez de recursos, desastres naturais, aquecimento global, que entre outros, levam a uma inevitável crise global. Pelo contrário, percebemos que o desenvolvimento sustentável se resume num conceito de equidade inter e intragerações, tendo em atenção os 3 grandes pilares do Desenvolvimento Sustentável: o ambiental, o económico e o social (Castanheira & Gouveia, 2004, p.13).

2.1.2 As dimensões da sustentabilidade

Atualmente, sustentabilidade é um tema chave, pois cada vez mais o foco está no desempenho ambiental, social e económico. Os *stakeholders* exigem que a orientação estratégica tenha que ser orientada para o conceito sustentável para que a curto e longo prazo, se consiga manter as oportunidades e qualidade de vida das gerações futuras. Assim, os objetivos do Desenvolvimento Sustentável são uma proposta para melhorar as condições de vida e realizar um desenvolvimento económico eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável (Dicionário de desenvolvimento, 2019).

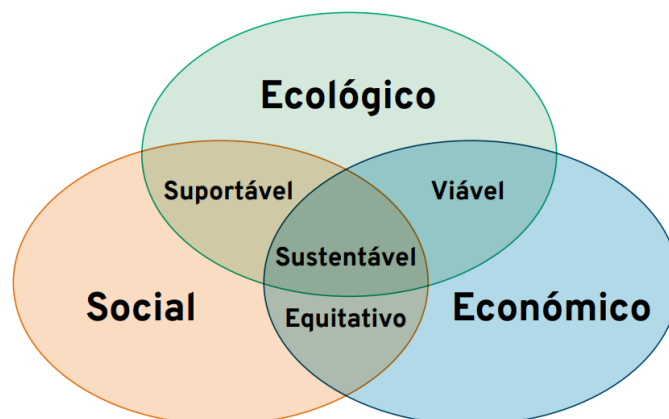


Figura 2.3 Pilares do Desenvolvimento Sustentável

Fonte Dicionário do desenvolvimento (2019)

É importante destacar as três dimensões da sustentabilidade, todas elas com o seu objetivo e importância para a prevenção do nosso meio envolvente (Figura 2.3).

A dimensão ambiental apresenta um destaque na conservação dos recursos naturais, com especial atenção aos não renováveis e nos fundamentais para o nosso quotidiano. Para que tal aconteça, é necessária a implementação de ações que visem promover a redução dos impactos negativos no meio marítimo, terrestre ou aéreo, bem como a preservação da biodiversidade, aqui com vista à proteção e melhoria da qualidade do ambiente (BCSD Portugal).³

Numa dimensão social, é importante realçar os direitos humanos e a igualdade de oportunidade para todos os cidadãos. A inclusão social e a eliminação da pobreza são dois dos fatores que visam a promover uma sociedade mais justa (BCSD Portugal).³

A dimensão económica, é apresentada cada vez mais com um impacto maior, pois é aqui que existe a criação de riqueza promovendo a eficiência da atividade económica (BCSD Portugal).³

³ <https://bcsdportugal.org/sustentabilidade/> consultado em abril de 2022

2.1.3 Financiamento sustentável

O Financiamento Sustentável, também designado como *Sustainable Finance*, tem como principal objetivo a decisão de financiamento tendo em conta os impactos ambientais, sociais e de governança (ESG) (Comissão Europeia).⁴

Numa visão de investidor, o Financiamento Sustentável baseia-se na integração dos critérios ESG, ou seja, ambientais, sociais e de *governance*, nas decisões de investimento. Quando se fala numa visão empresarial, o financiamento sustentável tem como objetivo alcançar a sustentabilidade corporativa integrando práticas sustentáveis (BCSD Portugal).⁵

Agenda do financiamento sustentável, da Comissão Europeia

A União Europeia apoia ativamente a construção de um sistema financeiro alicerçado no crescimento sustentável, apoiando assim a transição para uma economia hipo carbónica (Comissão Europeia).⁴

Em 2015, foram celebrados acordos internacionais de referência, com a adoção da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre o Clima (Comissão Europeia).⁴

A neutralidade carbónica foi um dos objetivos impostos pelo sistema financeiro em resposta ao Acordo de Paris, tornando necessária a reorientação dos capitais privados para investimentos mais sustentáveis para uma economia mais verde (Coelho, 2020).

Em 2018, a Comissão Europeia desenvolveu uma agenda política, que incluía o Plano de Ação para Financiar o Crescimento Sustentável, onde o setor financeiro tem vindo assumir um papel evidente na transformação para setor financeiro verde. Foi então definido um conjunto de fatores legislativos, com objetivo de acelerar a ligação com as finanças sustentáveis (Comissão europeia).⁶

- Reorientar os fluxos financeiros de forma a beneficiar atividades e negócios sustentáveis.

⁴ https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_pt consultado em abril de 2022

⁵ <https://bcdportugal.org/sustentabilidade/> consultado em abril de 2022

⁶ https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_pt consultado em abril de 2022

- Promover uma melhor gestão dos riscos financeiros sociais e ambientais, com vista a promover transparência e uma visão de longo prazo para o setor.

Certo é que para atingir o cumprimento dos objetivos estabelecidos é necessário, reforçar as medidas, no que diz respeito ao reporte não financeiro de empresas, desenvolver uma taxonomia, sendo este um dos fatores com maior impacto, pois irá permitir obter uma classificação de sustentabilidade para as suas atividades económicas e investimentos (BCSD Portugal).⁷

Outra medida, e não menos importante é a inclusão de riscos ambientais na análise de risco bancário e de seguradoras e a criação de normas e referenciais de baixo carbono (Comissão Europeia).⁸

A Comissão apresentou em 11 de dezembro de 2019, o Pacto Ecológico Europeu, com objetivo de tornar a Europa o primeiro continente com neutralidade climática até 2050. No início do ano de 2020, a 14 de janeiro, o mesmo organismo apresentou o plano de investimento para a estratégia apresentada a 11 de dezembro de 2019, com vista a criar o ambiente adequado para estimular os investimentos públicos e privados necessários à transição para uma economia verde (Comissão Europeia).⁹

A Comissão Europeia, em setembro de 2020, apresentou o plano de metas climáticas para 2030, com o principal objetivo de reduzir as emissões. A UE já está a contribuir por forma a atrair os investimentos necessários com o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos bem como a promover outras iniciativas, no entanto, é necessário o apoio do setor público e principalmente do setor financeiro, para contribuir para a realização desses objetivos, podendo assim o setor financeiro reorientar os investimentos para tecnologias e empresas mais sustentáveis, financiar o crescimento de forma sustentável a longo prazo e contribuir para a criação de uma economia hipo carbónica, resiliente às alterações climáticas (Comissão Europeia).⁸

Ainda em 2020 a Comissão Europeia anunciou o lançamento da Estratégia Renovada da Europa para o Financiamento Sustentável, com objetivo de fornecer os instrumentos políticos de modo a conectar ainda mais o setor financeiro e os seus

⁷ <https://bcsdportugal.org/sustentabilidade/> consultado em abril de 2022

⁸ https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_pt consultado em abril de 2022

⁹ https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_pt consultado em abril de 2022

intervenientes para com a sustentabilidade, bem como apoiar na recuperação do impacto negativo que a pandemia COVID-19 provocou.

A estratégia concentrada, em três vertentes, tem como metas, primeiro, fortalecer as bases para o investimento sustentável, uma vez que as empresas financeiras e não financeiras ainda não se concentram nas oportunidades e desafios no longo prazo.

A segunda vertente passa por aumentar as oportunidades para os *stakeholders*, criando assim um impacto positivo com o financiamento verde.

A última e não menos importante é a integração e gestão dos riscos climáticos no sistema financeiro tendo em consideração igualmente os riscos sociais (BCSD Portugal).

2.1.1.1. A história do financiamento sustentável

O financiamento sustentável já vem de alguns anos. Em 1999 foi fundada a *Finance UNEP Initiative*, passados sete anos a *Dow Jones Sustainability Indexes* tendo sido criadas até 2012 mais cinco entidades alinhadas com o Financiamento Sustentável (Figura 2.4).



Figura 2.4 Entidades alinhadas com o Financiamento Sustentável (1992 – 2012)

Fonte Adaptado do *Webinar* – Sustentabilidade e o seu impacto nas entidades financeiras e seguradoras (2021/02/09)

A partir de 2015 existiu uma maior aceleração, com a entrada de reguladores (Figura 2.5).



Figura 2.5 Entidades alinhadas com o Financiamento Sustentável. (2015 – 2019)

Fonte Adaptado do *Webinar – Sustentabilidade e o seu impacto nas entidades financeiras e seguradoras* (2021/02/09)

Segundo a publicação realizada em novembro de 2020, pelo Banco Central Europeu, o guia sobre riscos climáticos e ambientais e expectativas de supervisão relativas à gestão e divulgação de riscos, define 13 expectativas (Anexo 1) (Banco Central Europeu, 2020).

Quadro 1 Expectativas de supervisão

Número	Expectativa
1	Prevê-se que as instituições compreendam o impacto dos riscos climáticos e ambientais.
2	Consigam integrar em riscos climáticos e ambientais que impactam o seu negócio ambiental em curto, médio e longo prazo.
3	Espera-se que a Administração considere riscos ambientais e relacionados com o clima quando desenvolver a estratégia de negócios geral da instituição
4	Espera-se que as instituições explicitamente incluam riscos climáticos e ambientais na sua estrutura.
5	Espera-se que as instituições atribuam responsabilidade pela gestão de recursos relacionados com o clima e riscos ambientais.
6	Espera-se que as instituições reportem dados de risco agregados que reflitam a exposição dos seus riscos climáticos e ambientais.
7	Espera-se que igualmente as instituições identifiquem e quantifiquem esses riscos no processo geral de garantir a adequação do capital.
8	Na gestão de risco de crédito, são esperadas que as instituições considerem os riscos climáticos e ambientais.
9	Espera-se que as instituições considerem a importância dos eventos ambientais.
10	Espera-se que as instituições monitorizem numa base contínua o efeito climático e os fatores ambientais nas suas posições de risco do mercado.
11	Avaliar a adequação dos seus testes de stress com o objetivo de os incorporar na linha de base e nos cenários adversos.
12	Espera-se que as instituições avaliem se o clima material e os riscos ambientais.
13	Para fins de investigação reguladas, espera-se que as instituições publiquem informações e métricas-chave sobre os riscos materiais ambientais e relacionados com o clima.

Fonte: Adaptado de Banco Central Europeu, 2020

Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal, 2019

A Instituição Financeira do Desenvolvimento (IFD), é uma instituição portuguesa de fomento nacional, tem como objetivo criar instrumentos financeiros para colmatar as insuficiências de mercado e facilitar o acesso ao financiamento pelas PME e *Mid-Caps* (empresas com até 3000 trabalhadores). No dia 8 de julho de 2019, assinou a Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal.

A seguir foi criado o Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável, grupo composto por diversas entidades, como reguladores, instituições financeiras e Bolsa de Valores, associações de bancos, seguradores, emitentes e fundos, o Ministério do Ambiente e da Transição Energética, o Ministério da Economia e o Ministério das Finanças. O principal foco do organismo foi alinhar as recomendações com vista acelerar o processo para a obtenção do principal objetivo da Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentabilidade (CMVM, 2019).

O documento tem como principal objetivo atingir uma economia neutra de carbono em 2050, para isso promove a incorporação de critérios ambientais e de sustentabilidade no setor financeiro. A adesão voluntária dos seus signatários à Carta de Compromisso, permite dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Grupo de Reflexão (Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável, 2019, p. 5).

Com relevância para esta investigação, entre muitos signatários fazem parte a Euronext, o BPI, Banco Montepio, Barclays, CGD, Crédito Agrícola, IFD, Millennium, Novo Banco e Santander. Os signatários assumem o compromisso de promover a integração dos riscos e oportunidades climáticas na definição das estratégias das instituições financeiras, já nas análises de financiamento e investimento, pretendem promover a formação em financiamento sustentável, outro objetivo igualmente importante é acompanhar a revisão dos critérios da PME Líder e PME Excelência (IAPMEI) de forma a incorporar gradualmente, os temas da sustentabilidade (Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável, 2019, p.6-8).

2.2 Responsabilidade social das empresas

O Conceito de Responsabilidade Social tem vindo a evoluir ao longo dos tempos, na década de 50, do século XX, o conceito de responsabilidade social da empresa estava

associado à metodologia da ética nos negócios, marcando assim início na abordagem americana de gestão.

2.2.1 O conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE)

A responsabilização da empresa perante a sociedade abrange quatro pontos distintos, que se passa a enunciar (Santos, Silva, Sampaio, Henriques & Eusébio, 2005 p. X - *Prefácio*).

-Responsabilidades económicas: a criação de bens e serviços que a sociedade deseja, em condições de rendibilidade dos capitais investidos;

-Responsabilidades legais: o cumprimento das leis em vigor;

-Responsabilidades éticas: as expectativas da sociedade que se traduzem em normas sociais;

-Responsabilidades discricionárias: que resultam da escolha individual dos gestores ou proprietários da empresa (a filantropia).

Em 2001 a Comissão Europeia definiu responsabilidade social como a “integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.” (Livro Verde, 2001).

Em 2002 foi comunicado pela Comissão das Comunidades Europeias a “Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável.” Nesta comunicação afirma-se que são cada vez mais as empresas que optam por uma cultura de responsabilidade social. Apesar da vasta variedade de abordagens da RSE, as principais características reúnem um consenso generalizado: (Comissão das Comunidades Europeias, 2002).

- Por RSE entende-se um comportamento que as empresas adotam voluntariamente para além de prescrições legais, porque consideram ser do seu interesse a longo prazo;
- A RSE está estreitamente associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, as empresas têm de integrar nas suas operações o impacto económico, social e ambiental;
- A RSE não é um “acrescento” opcional às atividades nucleares de uma empresa, mas sim à forma como esta é gerida.

Numa outra perspectiva, a prática de RSE, pode ser vista como um investimento para a empresa, mas também como uma prioridade (Instituto de Marketing Research, 2019).

Nos dias de hoje a responsabilidade social faz parte do ADN do mundo empresarial, sem dúvida que implementação da responsabilidade social a nível empresarial é sustentada em razões que a justificam. Segundo o Instituto de Marketing Research (2019), são 7 as razões que justificam essa implementação.

Quadro 2 Razões para implementação da responsabilidade social

Razão	Justificação
Reconhecimento da marca	Uma das características mais importante que uma empresa pode ter, torna-se mais atrativa para a sociedade pelo contributo positivo que desenvolve para a comunidade.
Reconhecimento por parte da sociedade	O volume de negócios da empresa aumenta, estando orientadas na sua missão empresarial e cativando o interesse da comunidade.
Aumento das vendas	Ao aumentarem as vendas, é possível conquistar mais clientes, segundo um estudo do <i>Grupo Cone Communications e da Encho Research</i> , publicado em 2018, conclui-se que 90% dos consumidores inquiridos revelam que são capazes de confiar mais numa empresa socialmente responsável do que uma empresa não sustentável.
Implementação da responsabilidade social	Esta estratégia, não gera só um melhor relacionamento com as entidades externas, mas também permite um melhor relacionamento com os colaboradores, estes trabalham mais motivados ao saber que estão a contribuir para um mundo melhor, sendo que cada vez mais a sociedade é “guiada” para esta temática e procura alinhar os seus objetivos profissionais com a mesma.
Vantagens sobre a concorrência	Esta é uma razão que poderá ter maior impacto na escolha da implementação deste conceito. Pois alguma falha por parte da empresa no que diz respeito ao processo de produção dos seus produtos poderá ser uma razão para a concorrência aumentar as suas vendas.
<i>Stakeholder's</i>	Os <i>stakeholder's</i> são uma peça importante na empresa, por isso ao adotar uma estratégia socialmente responsável, reforça as ligações nomeadamente com os fornecedores e parceiros promovendo novos desafios, enquanto se marca o impacto positivo na sociedade.
Contribuir para um mundo melhor	É uma razão que deveria levar a adotar a responsabilidade social empresarial, para além dos lucros as empresas devem promover quer o bem-estar social, como ambiental.

Fonte: Adaptado de Instituto de Marketing Research, 2019.

Segundo Falck e Hebllich (2007 citado em Augusto, 2012 p. 6),¹⁰ a responsabilidade social é uma forma de contribuir positivamente para a sociedade aumentando a reputação da empresa. Na ótica do fornecedor, uma boa reputação retém, atrai e motiva os trabalhadores de qualidade. Quanto à ótica do cliente uma boa reputação aumenta a *goodwill* e o valor da marca.

2.2.2 Índice de sustentabilidade empresarial (ISE)

Nos mercados financeiros segundo Augusto (2012, p. 43) “existem vários índices que têm por base o desempenho socialmente responsável das organizações”, por isso é importante reorientar as organizações para obterem um bom desempenho, quer ambiental como social.

Os índices de sustentabilidade são compostos por empresas que adotam uma gestão apoiada no conceito *Triple Bottom Line*, ou seja, que reportam sobre questões ambientais, sociais e económicas, permitindo assim compreender melhor as dimensões da empresa nas diversas áreas de atuação (Augusto, 2012, p. 32).

O primeiro índice de sustentabilidade, assente no conceito *Triple Bottom Line*, foi apresentado em 1999, o *Dow Jones Sustainability Index* nos Estados Unidos. Já nos anos 2000, em 2001, em parceria com a bolsa de valores de Londres em conjunto com o *Ethical Investment Research Service*, surgiu o FTSE4good. Passados 3 anos, a bolsa de Johannesburgo, lançou o JSE SRI, sem passar muito tempo foi em 2005 que a Bolsa de valores de São Paulo apresentou o primeiro índice sustentável da América, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (Cristófalo, Akaki, Abe, Morano & Miraglia, 2016).

O investimento em empresas que compõe Índices de Sustentabilidade, impulsiona o uso de melhores práticas de sustentabilidade empresarial, criando um maior valor para as empresas, mas para todos os seus *stakeholders* (Cristófalo et al, 2016).

2.2.3 Agenda da CMVM para a sustentabilidade

A Comissão de Mercado de Valores Mobiliários é sem dúvida um organismo importante, quando falamos do tema sustentabilidade. A entidade abraçou o projeto em 2019, pretendendo principalmente incluir os princípios de sustentabilidade. A CMVM considera-se uma instituição com bom desempenho ambiental e social, orientando as diversas

¹⁰ Falck, O., & Hebllich, S. (2007). Corporate Social Responsibility: doing well by doing good. *Business Horizons*, 50(3), 247-254.

entidades, quanto aos aspetos fundamentais nas práticas de mercado e nos modelos de supervisão.

A CMVM assumiu como prioridade estratégica, a partir de 2019, a integração de princípios de sustentabilidade (ESG) na sua atuação, por um lado, trazendo o tema para o debate público e, por outro lado, através da inclusão ponderada de aspetos ambientais, sociais e de governação nas práticas de mercado e modelos de supervisão.

É uma entidade reguladora que tem como missão regular e supervisionar os mercados financeiros, sempre com objetivo de proteger os investidores. Segundo a mensagem do conselho de administração existe o compromisso de assegurar a eficiência, equidade, segurança e transparência do mercado de valores mobiliários.

Quadro 3 Competências da CMVM

Número	Competência
1	Sancionar as infrações ao Código dos Valores Mobiliários e legislação complementar;
2	Assegurar a estabilidade dos mercados financeiros, contribuindo para a identificação e prevenção do risco sistémico;
3	Contribuir para o desenvolvimento dos mercados de instrumentos financeiros;
4	Prestar informação e tratar as reclamações dos investidores não qualificados;
5	Proceder à mediação de conflitos entre entidades sujeitas à sua supervisão e entre estas e os investidores
6	Coadjuvar o Governo e o respetivo membro responsável pela área das Finanças;
7	Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.

Fonte: CMVM ¹¹

A CMVM é também um órgão que integra o Sistema Europeu de Supervisores Financeiros e o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

¹¹ <https://www.cmvm.pt/pt/CMVM/Apresentacao/Pages/Apresentacao-o-que-e-a-CMVM.aspx> consultado em julho de 2022

2.2.4 Análise da rentabilidade de fundos ESG

2.2.4.1 Global DWS ESG Top World DE0009769794

Com objetivo de perceber o comportamento do mercado no âmbito da temática ESG, foram observados dois fundos de investimento da DWS, ambos convertidos em ESG ao longo da sua existência, estes fundos são comercializados no mercado português.



Figura 2.6 Performance Anual since start

Fonte TeleTrader 2021

MONTHLY PERFORMANCE													
	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec	Total
1997	-	1.78	0.38	3.90	3.21	6.32	11.40	-9.96	3.66	-7.08	4.41	0.89	+19.06%
1998	4.43	5.98	2.89	-1.38	2.44	4.23	1.18	-12.12	-3.12	3.95	11.66	1.35	+21.50%
1999	2.30	1.30	10.27	5.06	-3.30	5.25	-1.45	2.11	-3.16	7.08	10.16	5.77	+48.56%
2000	-0.66	1.70	4.21	2.41	-5.09	1.26	-0.06	6.08	-3.06	-2.62	-6.83	-4.63	-7.86%
2001	0.45	-8.37	-5.99	5.65	2.47	-3.44	-4.60	-8.68	-9.59	6.40	7.31	2.74	-16.42%
2002	-2.45	0.05	3.27	-6.21	-2.84	-6.94	-6.53	-0.16	-9.21	6.72	4.60	-9.84	-27.12%
2003	-5.51	-1.58	-0.95	6.46	1.08	4.72	1.65	4.58	-3.98	2.63	-1.16	1.89	+9.52%
2004	3.03	1.41	-1.01	0.55	-1.87	2.14	-2.42	-1.11	1.35	-1.27	2.34	0.00	+3.01%
2005	2.30	2.91	-0.07	-2.96	6.91	2.56	3.29	-1.41	4.68	-3.66	4.95	1.13	+22.00%
2006	3.60	0.41	-0.93	-0.88	-7.63	0.67	0.65	1.56	1.89	2.02	-0.08	1.24	+2.08%
2007	1.18	-3.40	1.60	3.43	3.72	-0.21	-2.16	-1.04	3.40	3.29	-3.26	-0.77	+5.54%
2008	-11.50	-0.79	-4.71	5.77	4.21	-7.99	-1.18	2.15	-11.95	-7.45	-6.52	-5.43	-38.30%
2009	1.90	-6.39	3.52	8.70	3.56	0.58	6.52	2.95	2.26	-0.63	-0.64	5.35	+30.40%
2010	-2.56	3.20	7.38	0.50	-5.15	-2.33	-0.45	-2.24	3.14	2.16	4.54	4.87	+13.01%
2011	-0.70	1.49	-1.48	-0.27	-0.55	-3.15	0.54	-7.97	-2.07	5.89	-2.99	5.45	-6.40%
2012	4.32	3.71	2.30	-0.43	-2.41	0.60	6.00	-0.21	0.97	-3.64	0.07	-1.50	+9.76%
2013	2.52	2.83	4.37	-0.64	2.62	-3.09	1.41	-1.55	2.42	1.77	2.62	0.51	+16.69%
2014	-2.27	3.15	-0.57	0.47	3.45	1.03	1.68	3.24	2.73	1.87	3.05	1.30	+20.68%
2015	5.16	5.96	3.12	-2.43	2.96	-3.65	3.29	-8.75	-4.33	10.57	3.24	-3.92	+10.00%
2016	-8.81	1.53	2.48	1.23	1.76	-2.13	4.98	1.34	-1.80	0.27	3.93	2.01	+6.26%
2017	1.16	4.85	0.00	-0.17	-0.22	-1.46	-0.95	-1.83	3.32	3.36	0.27	0.72	+9.16%
2018	1.34	-1.92	-4.39	2.78	1.95	-0.41	3.43	1.45	0.72	-4.68	0.77	-7.41	-6.76%
2019	6.52	4.18	2.59	5.77	-5.01	4.17	3.93	-1.24	2.41	1.18	3.88	1.62	+33.79%
2020	1.29	-8.49	-11.55	10.07	1.27	0.41	0.82	5.05	-2.44	-1.52	8.23	1.19	+2.25%
2021	1.96	0.44	6.70	2.60	0.11	3.40	1.70	2.41	-1.96	4.17	2.27	-	-

Single months: Dividends not considered

Figura 2.7 Performance Mensal since start

Fonte TeleTrader 2021

O Global DWS ESG Top World DE0009769794, é um fundo com data de lançamento do dia 17/01/1997, foi convertido em ESG no dia 01/12/2020, é um fundo de distribuição, pagando dividendos anualmente, desde a data de criação teve uma performance positiva. No ano de 2021, à data de novembro, já apresentava uma performance significativa de 26,27% (Figura 2.7).

Este fundo é composto na sua maior parte por ações, sendo caracterizado como um fundo de ações.

Estes fundo de ações, podendo ser estas cotados ou não, são caracterizados por uma rentabilidade superior e igualmente com grandes crescimentos, mas consequentemente apresentam um risco superior.

Este fundo em análise é um fundo internacional, sendo que as empresas dos EUA representam 61.2% da sua composição.

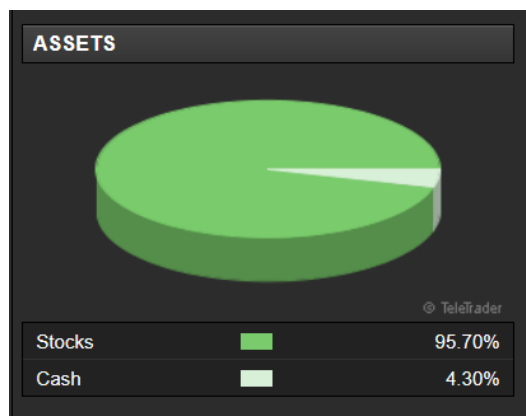


Figura 2.8 Ativos subjacentes ao fundo Global DWS ESG Top World

Fonte TeleTrader 2021

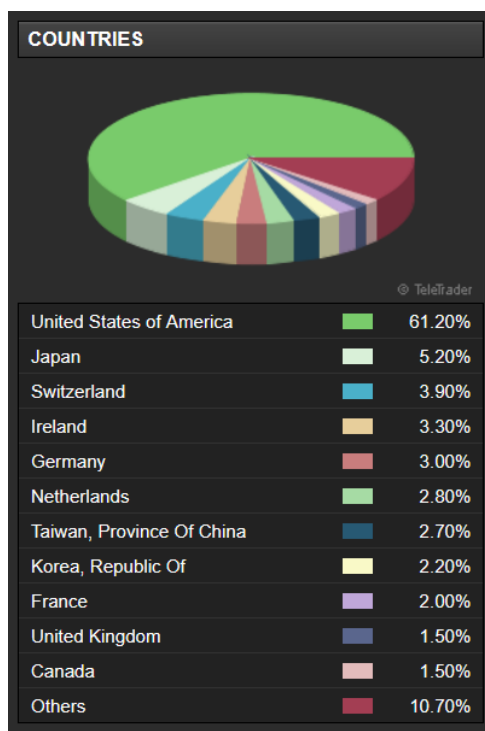


Figura 2.9 Países associados ao fundo Global DWS ESG Top World

Fonte TeleTrader 2021

No que diz respeito à volatilidade, este é um fundo pouco volátil apresentando em 5 anos uma volatilidade de 14,11%, uma vez que enfrentámos grande variação no mercado dado a pandemia Covid-19, é assim possível concluir que este fundo apresenta conforme mostra a Figura 2.10 volatilidades baixas face às variações existentes no mercado.

	YTD	6 Months	1 Year	3 Years	5 Years
Volatility	9.70%	8.39%	9.43%	16.24%	14.11%

Figura 2.10 Volatilidade do fundo Global DWS ESG Top World

Fonte TeleTrader 2021

Seguidamente passa-se analisar o fundo DWS Invest ESG Climate Tech LU1863264153.

2.2.4.2 DWS Invest ESG Climate Tech LU1863264153



Figura 2.11 Performance anual since start (DWS Invest ESG Climate Tech LU186326415)

Fonte TeleTrader 2021

MONTHLY PERFORMANCE													
	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec	Total
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.81	-9.49	-
2019	8.68	6.73	0.97	4.89	-4.40	5.99	3.20	-1.79	2.27	-1.66	3.59	2.36	+34.54%
2020	2.64	-6.84	-13.09	15.05	4.11	2.81	4.41	8.73	1.46	-0.15	13.69	5.05	+40.57%
2021	3.02	-2.78	6.40	-0.31	-0.71	5.21	1.11	3.63	-3.40	6.84	1.12	-	-

Figura 2.12 Performance mensal since start

Fonte TeleTrader 2021

O DWS Invest ESG Climate Tech LU1863264153, é um fundo com data de lançamento no dia 01/10/2018, foi convertido em ESG no dia 31/12/2020. É um fundo de acumulação o que significa que não tem pagamento de resultados anuais. Desde o seu lançamento apresentou no ano 2019, uma performance de 34,54% e no ano 2020 40,57%, mesmo no decorrer de uma crise pandémica, o fundo não desvalorizou e obteve uma excelente performance. No decorrer do ano 2021, já apresentava em novembro uma performance de 21,37% (Figura 2.12).

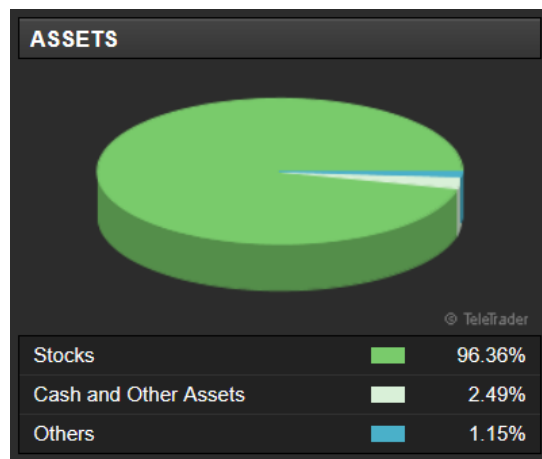


Figura 2.13 Ativos subjacentes ao fundo DWS Invest ESG Climate Tech

Fonte TeleTrader 2021

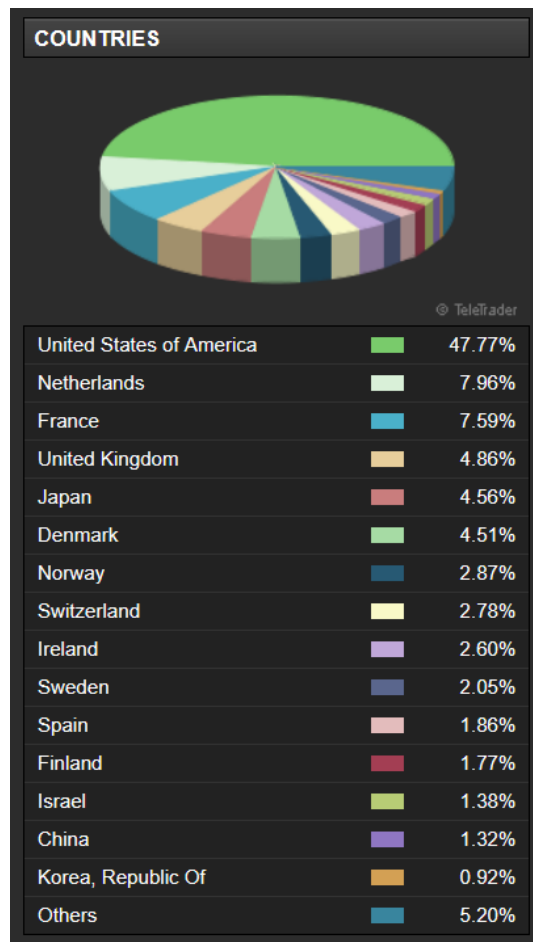


Figura 2.14 Países associados ao fundo DWS Invest ESG Climate Tech

Fonte TeleTrader 2021

Existem duas vertentes relacionadas rentabilidade e risco, quando maior rentabilidade maior é o risco dos ativos subjacentes inerentes ao fundo de investimento. À semelhança do outro fundo é composto na sua maioria por ações e mais uma vez com empresas representadas pelos EUA totalizando 47,77% de representatividade (Figura 2.14).

No que diz respeito à volatilidade é um fundo que apresenta uma volatilidade desde o seu lançamento de 19,31%, sendo YTD com menos 3 pontos percentuais (Figura 2.15).

	YTD	6 Months	1 Year	3 Years	5 Years
Volatility	16.22%	11.91%	15.77%	19.31%	-%

Figura 2.15 Volatilidade do fundo DWS Invest ESG Climate Tech

Fonte TeleTrader 2021

3. Metodologia de investigação

Neste capítulo, serão abordadas as principais questões de investigação, bem como a análise contextual efetuada e por último será descrita e justificado a metodologia utilizada.

A metodologia de investigação tem um papel importante aquando da realização de uma dissertação. A metodologia de investigação utilizada neste estudo pretende compreender qual a adesão a produtos financeiros socialmente responsáveis, a situação dos produtos financeiros em Portugal e a sua aceitação por parte dos clientes.

Quadro 4 Metodologia de investigação utilizada

Análise Contextual	<ul style="list-style-type: none">• Análise de conferências em que a investigadora participou
Análise Documental	<ul style="list-style-type: none">• Análise de documentos institucionais, de instituições financeiras que atuam no mercado português
Abordagem Quantitativa	<ul style="list-style-type: none">• Inquérito aos consumidores de Produtos Financeiros.
Abordagem Qualitativa	<ul style="list-style-type: none">• Entrevista ao Dr. Mário Franco, Presidente da comissão de Finanças Sustentáveis do organismo de Normalização Setorial da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial.• Entrevista ao Dr. Hugo Freitas, Team Leader do Investment Products no Abanca, Portugal.

Fonte: Elaboração própria

3.1 Análise contextual

De modo a obter uma visão sobre as finanças sustentáveis e a sustentabilidade, foi importante participar em conferências relacionadas com estas temáticas. Dado à atualidade do tema e ao interesse por parte das entidades e organizações foram realizadas ao longo do ano de 2021, penúltimo ano da investigação diversas conferências sobre a temática.

Participou-se assim em quatro conferências que irão ser exploradas nos pontos abaixo, a facilidade da participação justificou-se pelo facto de todas elas terem sido em formato digital, permitindo assim a participação conforme desejado.

O objetivo da análise contextual, foi de perceber qual o impacto e dimensão desta temática em estudo e entender qual a forma da sociedade se organizar perante os desafios criados em torno da sustentabilidade.

A análise contextual bem com a revisão de literatura efetuada foram elementos importantes para reflexão, que conduziu à definição dos objetivos e das questões de investigação.

Quadro 5 Conferências

Conferência / Webinar	Entidade organizadora	Data
“Finanças Sustentáveis”	Coorganização do Banco Montepio e associação APEE.	17/11/2020
Conferência “Encontros de Sustentabilidade – Conversas na CMVM: Das Finanças Sustentáveis a um Planeta Sustentável”	Organizada pela CMVM	15/12/2020
Webinar “Sustentabilidade e o seu impacto nas entidades financeiras e seguradoras.”	Organizada pela empresa António Belém & António Gonçalves, SROC.	09/02/2021
“O papel do financiamento verde e social na recuperação das cidades e regiões.”	Este debate foi organizado pela SystemicSphere.	25/05/2021
"Finanças Sustentáveis - Uma Oportunidade para o Financiamento da Sustentabilidade Ambiental."	Organizado pela Ordem dos Economistas em parceria com a Euronex.	26/05/2021

Fonte: Elaboração própria

3.1.1 Conferência “Finanças Sustentáveis.”

No dia 17 de novembro de 2020, realizou-se uma conferência sobre Finanças sustentáveis com coorganização do Banco Montepio e associação APEE.

Esta conferência contou com a presença da Moderador Ana Sanlez, jornalista do Jornal de Negócios, Miguel Almeida presidente do Fundo de Apoio Municipal, Miguel Martins,

investidor de Impacto e *Partner in Grosvenor House of investments*. Mário Franco, presidente da Subcomissão de Finanças Sustentáveis do Organismo de Normalização Setorial APEE, João Tomaz, assessor Económico e Financeiro na Associação Portuguesa de Bancos, Mário Parra da Silva, presidente APEE, Pedro Leitão CEO do Banco Montepio e Nuno Mota Pinto, administrador da Comissão Executiva do Banco Montepio.

O primeiro ponto a destacar na conferência foi a intervenção do Dr. Pedro Leitão sobre a carta de compromisso social assinada e aprovada em Assembleia Geral, que assenta em três pilares: a economia social (onde o banco tem uma grande quota de mercado), o empreendedorismo social e a sustentabilidade numa lógica de ESG.

Dr. Mário Franco faz referência a uma notícia de 12 de novembro de 2020, segundo a qual 450 bancos de desenvolvimento assinaram o objetivo de alinhar os seus investimentos com o acordo de Paris e com o desenvolvimento sustentável. Este tema é importante, não só na medida de estar alinhado com os grandes investimentos, mas também com a necessidade de olhar para o tema não só como uma obrigação moral, mas também como uma grande oportunidade de negócio para onde estão a convergir os grandes investimentos.

Dr. Mário Franco afirmou ainda que o aumento da população mundial atinge um ritmo crescente muito elevado, o que cria a necessidade de investir na sustentabilidade, advinda da relação assimétrica que existe entre os recursos disponíveis e as necessidades da população cada vez maior. Esta escassez irá provocar não só conflitos ambientais e económicos, mas também sociais. Para este responsável a área digital é também uma área estratégica para melhorar a eficiência e atingir a sustentabilidade nos setores financeiros.

Ainda nesta conferência ficou-se a saber que o BCE, identificou os riscos relacionados com o clima como sendo muito importantes para o setor bancário e apresentou um projeto guia sobre riscos climáticos e ambientais.

Ouvimos ainda referência ao Pacto ecológico europeu, que prevê que a União Europeia seja o primeiro continente a atingir a neutralidade carbónica até 2050 e que em termos mundiais, o papel dos municípios em relação à sustentabilidade é crucial, uma vez que cerca de dois terços do investimento realizado na prevenção das alterações climáticas é realizado pelos municípios e pelas regiões, tendo o setor da administração local um papel importante nesta vertente. Assim sendo, as agências de financiamento local têm vindo a emitir *Green Bonds* e *Social Bonds* como uma forma dos municípios se financiarem (as agências suecas e dinamarquesas, sobretudo, já emitiram este tipo de obrigações durante o ano 2019).

3.1.2 Conferência “Encontros de Sustentabilidade – Conversas na CMVM: Das Finanças Sustentáveis a um Planeta Sustentável”

Os Encontros de Sustentabilidade, foi o tema da conferência, no âmbito da iniciativa da CMVM “Conversas na CMVM: das Finanças Sustentáveis a um Planeta Sustentável”¹², conferência para debater e refletir sobre os desafios colocados pela vertente sustentável das decisões financeiras.

Realizado no dia 15 de dezembro de 2020, estiveram presentes (por ordem de intervenção):

- Rui Peres Jorge, diretor do Departamento de Análise Estratégica e Comunicação da CMVM
- Gabriela Figueiredo Dias, presidente do Conselho de Administração da CMVM
- João Wengorovius Meneses, secretário-geral do BCSD
- Helena Vieira, diretora geral de Política do Mar
- Ricardo Barradas, presidente da AECO
- Moderador - António Costa, diretor do Jornal ECO

De todos os temas importantes abordados nesta conferência destaca-se a participação de Rui Peres Jorge, diretor do Departamento de Análise Estratégica e Comunicação da CMVM, que explicou como surgiu esta iniciativa por parte da CMVM, eventos que se devem ao facto da entidade reguladora apesar de já ter um percurso na área da sustentabilidade em anos anteriores, mas com maior visibilidade desde o final de 2018, assumir agora um papel de grande empenho no debate e na reflexão sobre estas matérias.

Na mesma conferência, Rui Jorge disse ainda que o empenho não provém só da avaliação de que há vantagens do ponto de vista da própria estabilidade financeira e de desenvolvimento sustentável, mas também da sustentabilidade social, que no contexto da crise que passamos nos dias de hoje vemos aplicado com muito dinamismo nesta área.

Noutro contexto, mas refletindo o tema, o valor de inscrição pago pelos interessados em assistir a esta conferência foi decido aplicá-lo num projeto relacionado com o Planeta Sustentável e que a entidade esteja alinhada com finanças sustentáveis. Os organizadores fizeram assim uma ligação do mundo financeiro ao mundo real.

¹² Conversas da CMVM disponível em <https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/ConferenciasdaCMVM/Pages/encontros-de-sustentabilidade-2020.aspx>

Na conferência o moderador António Costa, diretor do ECO lançou a questão, se as Finanças Sustentáveis deixaram de ser uma moda e se já passaram a ter dimensão estrutural, ao que Gabriela Dias, presidente do Conselho de Administração da CMVM, respondeu que não deixaram de ser moda, é já algo estrutural e que deve ser usado de forma inteligente e controlada.

Para Gabriela Dias, as modas são todas indevidas esta não escapa ao padrão e, portanto, houve incentivos e houve formas de trazer “para cima da mesa” o tema das finanças sustentáveis. Acrescentou ainda que consciência mais generalizada de sustentabilidade levou a que se lançasse uma moda que não tem na sua base uma convergência “fútil”, mas sim um propósito.

Com maior relevância para esta dissertação, a mesma responsável da CMVM assumiu que no setor financeiro, em particular no mercado, a geração de retorno financeiro seja ela de que forma for, continuará a constituir a essência do exercício de qualquer atividade financeira.

Segundo a análise de Gabriela Dias, a sustentabilidade vê-se como uma moda associada a todos os agentes económicos e nas políticas públicas adotadas, e que todos os governantes bem como instituições internacionais encontram-se posicionadas de forma proativa sobre este tema, já na agenda de 80% dos países.

Na conferência Encontros de Sustentabilidade participou também João Wengorovius Meneses, secretário-geral do BCSD, uma das organizações que há mais tempo em Portugal tem em atenção o tema sustentabilidade. Para este responsável as empresas portuguesas estão numa transição acelerada quando se fala de sustentabilidade, um assunto que já vem a ser trabalhado de há 20 anos a esta parte.

Para o secretário-geral da BCSD, investidores, clientes, colaboradores todos têm bem presente este tema até porque o regulador assim o exige, no entanto sublinha a importância de continuar a dar a conhecer às empresas o que são produtos sustentáveis.

O moderador da conferência António Costa, quis saber se por parte dos investidores já existe uma capacidade de avaliação de risco, benefícios de investimento em por exemplo obrigações verdes e se o mercado já sinaliza essas diferenças.

Em resposta Gabriela Dias, da CMVM, diz que as diferenças já estão a ser sinalizadas pelo mercado, e que existe alguma capacidade para selecionar investimentos e racionalizar algumas escolhas.

Ficamos a saber pela mesma responsável que Portugal ainda está num avanço mais tímido em comparação com outros países, no entanto, os investidores estão a dar bons sinais particularmente em 2020 em que a pandemia parece ter contribuído para o despertar da consciência para a sustentabilidade.

A CMVM e como regulador preocupa-se essencialmente com a proteção dos investidores individuais, em que o investimento sustentável faz-se sobretudo através de Fundos e Obrigações Verdes.

Em forma de balanço, Gabriela Dias, da CMVM, deixou a indicação de que a oferta e a procura neste tipo de produtos está a encontrar-se de forma natural, porque o mercado percebeu que este é o caminho a seguir.

Nesta conferência “Encontros de Sustentabilidade”, Gabriela Dias salientou que em 2021 a CMVM teve como prioridade apoiar as sociedades cotadas no cumprimento dos seus deveres de divulgação de informação não financeira de forma simplificada, de forma que fosse, comparável, simples e estandardizada.

3.1.3 Webinar - “Sustentabilidade e o seu impacto nas entidades financeiras e seguradoras.”

No dia 9 de fevereiro de 2021 realizou-se um *webinar*- “sustentabilidade e o seu impacto nas entidades financeiras e seguradoras”.¹³

Esta conferência foi organizada pela empresa António Belém & António Gonçalves, SROC e teve como principal objetivo falar sobre os vários riscos financeiros e oportunidades de mercado da sustentabilidade, bem como alertar para a importância desta temática que irá acompanhar a próxima década.

Nesta conferência estiveram presentes António Gonçalves e António Belém, parceiros na António Belém & António Gonçalves, SROC, a investigadora nas áreas de sustentabilidade corporativa e sustentabilidade financeira, Catarina Alves, e a especialista em sustentabilidade corporativa e finanças climáticas, Sofia Santos.

¹³ Webinar disponível em <https://www.abag-sroc.pt/post-1/webinar-sobre-sustentabilidade-e-o-seu-impacto-nas-entidades-financeiras-e-seguradoras-09-02-2021>

Na conferência realçou-se o aumento significativo do PIB Mundial nos últimos 70 anos e o facto de as alterações climáticas poderem ser um fator de preocupação (uma vez que, se nada alterar, em 2100 a temperatura poderá atingir até um aumento de 4,8°C).

A intervenção de Catarina Alves falou sobre o que está a impulsionar a transição verde, tanto a nível nacional como a nível internacional e segundo a qual são sem dúvida os objetivos de desenvolvimento sustentável adotados pela maior parte das empresas, nomeadamente no Acordo de Paris, assinado em 2015. Este acordo apresenta 3 grandes objetivos, mitigar o aumento da temperatura, a adaptação ao aumento da temperatura e, por último, o financiamento para suportar esta transição.

Sobre todos estes pontos, Sofia Santos, evidenciou a obrigatoriedade de reporte não financeiro para as grandes empresas (Decreto-Lei nº89/2017), ou seja, que a demonstração não financeira tem de conter informação sobre questões ambientais, sociais, igualdade de género, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno. Para esta especialista integrar a sustentabilidade em empresas financeiras e seguradoras é seguir as recomendações TCFD (*Task Force on Climate- Related Finacial Disclosures*), em relação ao reporte financeiro climático.

Sofia Santos, sublinhou também que as instituições financeiras têm um papel fundamental para a transição verde sendo para isto necessário 5 a 7 triliões de dólares por ano.

3.1.4 Mesa-redonda em formato online sobre “O papel do financiamento verde e social na recuperação das cidades e regiões.”

No dia 25 de maio de 2021 realizou-se uma mesa-redonda em formato online sobre “O papel do financiamento verde e social na recuperação das cidades e regiões”. Este evento foi promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e a Made of Lisboa no âmbito da 10ª Semana do Empreendedorismo De Lisboa (SEL) - de 24 a 30 de maio de 2020.¹⁴

Este debate foi organizado pela *SystemicSphere*, contando assim com a moderação da sua Diretora-Executiva Sofia Santos, especialista em sustentabilidade corporativa e finanças climáticas. Este debate teve a participação de Filipe Almeida, em representação do Fundo de Inovação Social, Duarte Costa, em representação da Grosvenor – House of Investments, Ricardo Nogueira, Green washington dc – Green Bank e por fim Isabel Matos em representação do Crédito Agrícola.

¹⁴ Conferência disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xXeutCidSmo>

Nesta conferência os principais pontos a realçar foram o facto de o critério ambiental e os critérios sociais começarem a ser relevantes, não só como política para as instituições financeiras, mas fundamentalmente a nível da regulamentação. Desde março de 2021 que os fundos de investimento têm de cumprir diversas regras, nomeadamente, como os riscos ambientais e sociais são incorporados na política de investimentos. Em junho de 2021, existiu ainda uma recomendação por parte do Banco Central Europeu para os grandes bancos incorporarem os critérios ambientais e sociais na concessão de empréstimos.

Filipe Almeida, como representante do fundo de Inovação Social, refere que já existem 581 projetos no âmbito do fundo de inovação social, e que as oportunidades de investimento estão muito relacionadas com sustentabilidade e que são as boas práticas de *governance* que levam a que as empresas se foquem na sustentabilidade.

Na ótica Internacional (Estados Unidos), Ricardo Nogueira, afirmou que um “Banco verde” tem como papel principal ajudar a banca privada a compreender melhor os novos negócios verdes, de forma que esta abordagem se consiga expandir.

Isabel Matos, afirma que o Crédito Agrícola tem um grande impacto a nível ambiental e social, tendo em 2020 apoiado diversas iniciativas sociais no valor de dois milhões de Euros, distribuídos por mais de 1100 beneficiários. O Crédito Agrícola tem também uma grande participação social no que diz respeito à proximidade com a sociedade, estando presente em 250 localidades em Portugal em que não existe mais nenhum balcão. Em agosto de 2021, o Crédito Agrícola dispôs da aplicação de questionários, para perceber se os clientes são ambientalmente sustentáveis. Este questionário teve como objetivo contribuir para incluir os riscos sociais e ambientais na análise de risco de crédito.

3.1.5 Conferência online sobre o tema "Finanças Sustentáveis - Uma Oportunidade para o Financiamento da Sustentabilidade Ambiental"

No dia 26 de maio de 2021, a Ordem dos Economistas em parceria com a Euronex, realizaram uma conferência online sobre o tema "Finanças Sustentáveis - Uma Oportunidade para o Financiamento da Sustentabilidade Ambiental". A conferência teve a participação de Rui Leitão, bastonário da Ordem dos Economistas, Isabel Ucha, presidente do Conselho de Administração da Euronext Lisbon, João Wengoroviu Meneses, secretário-geral BCSD, Sofia Santos, consultora em sustentabilidade ambiental SystemicSphere, Rui Teixeira CFO

da EDP e com a moderação de Raul Marques, membro da direção da Ordem dos Economistas.¹⁵

Isabel Ucha, nesta conferência destacou-se a necessidade de apostar no financiamento à Sustentabilidade ambiental, sendo para isso necessário que exista formação. E que a transição para a economia de baixo carbono exige uma mudança a nível de modelos de negócios por parte das instituições.

Isabel Ucha pela Euronext explicou que a instituição fez uma análise de materialidade através de conjuntos de entrevistas e de inquéritos, onde chegou à conclusão de que existem grandes áreas em que era necessário concentrar a atenção, por forma a dar respostas aos seus *stakeholders*. A primeira seria no mercado, nos produtos e serviços que oferecem, para que exista maior canalização de fundos para projetos e iniciativas sustentáveis. Na área dos parceiros da Euronext, deveria existir uma influência do ESG em articulação com os clientes, reguladores, governos. Outra grande área passa pelo capital humano da Euronext e o papel perante a sociedade em que se promove a literacia financeira e de mercados. A área do ambiente é também bastante importante, uma vez que, enquanto empresa, tem o objetivo de reduzir a pegada ambiental.

Para Isabel Ucha, o *ESG bonds*, é um tipo de financiamento que se destina a financiar projetos com objetivos ambientais, sociais ou de sustentabilidade, definidos pela ONU. Alguns emitentes nacionais são a EDP, Bioelétrica, Pestana, Tagus STC (Green Belém RMBS e Grupo Amorim). O aumento crescente da emissão de CO₂, deve-se à dependência do consumo de energias e de combustíveis fósseis.

João Meneses fez referência ao CEO do maior fundo investimento do mundo (Larry Fink's) que acredita na transição de uma *shareholder economy* para uma *stakeholder economy*.

João Meneses lembrou-se ainda que muitos jornais internacionais já destacam a questão da sustentabilidade, como o *Financial Times: Climate Changes*, *Fast Company: Sustainability*, *The New York Times: Sustainable Business*.

Para o secretário-geral do BCSD, o cabaz de empresas ESG obteve uma melhor performance durante a pandemia do que, por exemplo, o S&P 500 ou o Euro stoxx 600, o que refletiu o comportamento dos mercados.

¹⁵ Conferência disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ME5ya3s2bVg&t=15s>

Sofia Santos Consultora em Sustentabilidade Ambiental, interveio na Conferência onde abordou a questão da Regulação Europeia para as Finanças Sustentáveis.

Em primeira nota introdutória explicou a necessidade de acelerar no processo de descarbonização, indicando que o dinheiro faz mexer o mundo por isso tem de ser o motor para avançar a grande velocidade na questão da sustentabilidade. Uma dificuldade para esta especialista, está no facto do mercado ter dificuldade em atualizar no futuro as decisões do presente.

Sofia Santos lembrou que os temas do ambiente não são novos, datam de 1970-1980, a indústria já vem a trabalhar nesta área há algum tempo, mas agora foi a vez do setor financeiro também ser chamado a contribuir.

Para o efeito em 2018 a União Europeia lançou um plano de ação assente em três pontos, orientar os fluxos de capitais para investimentos sustentáveis a fim de garantir um crescimento sustentável inclusivo, gerir os riscos financeiros recorrentes das alterações climáticas e promover uma visão de longo prazo nas atividades económicas financeiras.

Para Sofia Santos o que passou despercebido pelo setor financeiro em 2018, era o início de toda uma grande transformação no setor financeiro nesta área, situação que a pandemia não fez abrandar.

O plano de ação da União Europeia tem três objetivos e dez atividades, Sofia Santos identificou-os os objetivos da seguinte forma: primeiro, definir o que são atividades sustentáveis, ou seja, a Taxonomia, segundo quais os critérios sociais e de governação e por último a União Europeia fazer uma análise da componente ambiental, isto é, que características é que uma atividade tem de ter para ser considerada ambientalmente sustentável.

No último ponto a União Europeia definiu que uma atividade para ser reconhecida ambientalmente sustentável tem de contribuir em pelo menos seis critérios de contribuição, redução das emissões de CO₂, adaptação às alterações climáticas, uso e proteção dos recursos marinhos, prevenção de resíduos e reciclagem (economia circular, prevenção e controlo da poluição e proteção dos ecossistemas saudáveis e sustentáveis).

Na conferência Sofia Santos, lembrou também que por seu turno, a Associação de Bancos Centrais de todo o mundo identificou o clima como um risco financeiro e desenvolveu uma *task force* para criar um conjunto de informação que os bancos devem divulgar junto dos seus investidores.

A partir de 2022, espera-se que os fundos de investimento e o *private equatys* comecem a reportar informação concreta relativamente aos seus investimentos, informação sobre as emissões de CO2 das suas empresas, percentagem de energia renováveis no consumo de energia, intensidade energética, percentagem das empresas que apostam nos combustíveis fósseis no seu portfólio. Estes requisitos deverão ser obrigatoriamente reportados, podendo existir a hipótese de existir alguma empresa que não reporte, assumindo-se, portanto, que os seus fundos não contêm qualquer tipo de preocupação.

No dia 21 de abril de 2021 foi lançado pelas autoridades europeias o *Sustainable Finance Package*, um pacote de regulação e de proposta diretiva. Este pacote refere-se ao ato delegado referente à taxonomia, que explicava do ponto de vista científico, o porquê da identificação de como é que uma atividade económica contribui para a mitigação ou para a adaptação climática. Este regulamento foi realizado numa ótica científica e agora cabe às instituições financeiras implementar.

A terminar a intervenção Sofia Santos deixou a nota que a partir de 2024 vai ser obrigatório um relatório de sustentabilidade corporativa para todas as grandes empresas, independentemente de serem cotadas ou não, e para as PME, que são cotadas em bolsa.

Rui Teixeira CFO da EDP disse que a empresa tem um foco muito grande na transição energética.

Rui Teixeira referiu ainda, que a EDP ao longo destes anos tem vindo a desenvolver um trabalho na área de ESG, já fazendo parte atualmente em mais de 10 Índices de sustentabilidade. A EDP encontra-se alinhada com os ODS. No que diz respeito à parte ambiental, destaca-se o facto de virem a atingir a neutralidade carbónica até 2030. Na componente social destacam-se 2 grandes objetivos, nomeadamente obter mais 35% de colaboradores femininos até 2030 e investir mais de 100 milhões de euros em investimentos sociais. Quando se fala da componente de *governance*, o destaque vai para o facto de vir atingir remuneração alinhada com o desempenho ESG e a gestão de risco reforçada.

3.2 Análise documental

A análise documental consiste em representar outra forma a informação contida em documentos, com a utilização de procedimentos de transformação. (Bardin, 2018, p. 47)

A análise documental permite converter um documento primário em secundário, por outras palavras permite converter uma informação “em bruto” para informação representativa do primeiro (Bardin, 2018, p. 47)

3.2.1 Responsabilidade social na banca portuguesa, compromisso com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados pela ONU, em 2015. Foram definidos 17 objetivos, estes assentam em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental), promovendo a paz, a justiça e instituições eficazes (Nações Unidas, 2015).

Ainda não existe uma consciencialização no que diz respeito à mentalidade e de cultura, sendo ainda uma visão direcionada para o curto prazo e não para o longo prazo. É fundamental existirem parceiros, entidades, associações que implementem os Objetivos de Desenvolvimento sustentável como um desafio que irá proporcionar mudanças no longo prazo (Cabo, 2018, p. 86).

As instituições financeiras portuguesas são as entidades que poderão vir a contribuir de forma intensiva para a Agenda 2030 em Portugal, através dos projetos desenvolvidos nesse âmbito, dos produtos/serviços bancários que comercializam, as instituições são assim fulcrais para que o setor financeiro esteja direcionado para o Financiamento Sustentável e tornar a finança sustentável.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na banca portuguesa

Para perceber o impacto dos ODS, no setor financeiro analisamos a contribuição das 5 maiores instituições financeiras para Agenda 2030.

CGD

Caixa Geral de Depósitos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a caixa no seu site institucional dedica um separador à temática sustentabilidade e aqui encontramos todos os programas e atividades desenvolvidas neste âmbito para cada um dos 17 objetivos, totalizam 50 atividades desenvolvidas em alinhamento com os ODS (Anexo 2).

A sustentabilidade é transversal quando observamos o seu modelo de gestão, desde o Conselho de Administração, Comissão Executiva, Comissão de Governo e o Comité de

Sustentabilidade, todos estes implementam a Estratégia de Sustentabilidade no seu processo (CGD).¹⁶

Novo Banco

Novo banco, orientado também para redução da sua pegada ambiental, apresenta igualmente uma área destinada à sustentabilidade com 8 tópicos direcionados para os ODS, são eles: Princípios Orientadores, *Stakeholder's* e parcerias, Oferta ESG, Pegada Ambiental, Relatórios de Sustentabilidade, Dividendo Social, Mecenato e solidariedade e Literacia Financeira (Novo Banco).¹⁷

Santander

O Santander, à semelhança dos outros bancos já referidos, também contribui para os ODS, definidos pela ONU, no seu site institucional apresenta tudo o que contribui para uma Banca Responsável, assim para além da reciclagem de cartões para poupar o ambiente, as zero emissões CO₂ até 2050 e os relatórios de Banca Responsável, o Santander também contribui para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, apoiando um crescimento inclusivo e sustentável, através do financiamento de projetos sustentáveis, considerando na sua análise de operações os riscos ambientais como também as oportunidades ambientais e sociais (Santander).¹⁸

Millennium BCP

O Millennium BCP, destaca a sua parceria com vários membros relacionados com a sustentabilidade no espaço dedicado à sustentabilidade, bem como os contributos para os ODS, o Millennium será talvez um dos primeiros bancos em que 100% da sua energia é verde, quer isto dizer que entre a energia produzida pela central fotovoltaica do banco e a energia adquirida com certificado de energia renovável.

“O BCP identificou, nesta fase, como prioritários para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os ODS 1 (Erradicar a Pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Género), 7 (Energias Renováveis e Acessíveis), 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), 10 (Reduzir as Desigualdades), 13 (Ação Climática), 15

¹⁶ <https://www.cgd.pt/Sustentabilidade/Pages/Sustentabilidade.aspx> consultado dia 20/04/2022

¹⁷ <https://www.novobanco.pt/institucional/sustentabilidade/negocio-sustentavel/pegada-ambiental> consultado dia 20/04/2022

¹⁸ <https://www.santander.pt/institucional/banca-responsavel/relatorios-banca-responsavel> consultado dia 20/04/2022

(Proteger a Vida Terrestre) e 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos).” (ver anexo 3).

Estando estabelecidos os ODS prioritários, verificamos que já existem duas atividades direcionadas para o ODS 1, como a parceria com o banco alimentar contra a fome e com a campanha do pirilampo mágico 2021 (Millennium BCP).¹⁹

BPI

No seu site institucional é apresentado a área de responsabilidade social, com destaque para a Fundação “la caixa”, projetos de cariz social são os que apresentam maior destaque (BPI).²⁰

3.2.2 Produtos socialmente responsáveis no mercado português

Neste ponto serão apresentados alguns dos produtos financeiros socialmente responsáveis disponíveis no mercado português.

Para além de existir a oferta deste tipo de produtos é necessário que exista a procura, então para isso é necessário saber como promover este tipo de produtos, segundo o Grupo de Reflexão para o Financiamento Sustentável em Portugal (2019, p. 37), existem diversos pontos importantes, tais como:

- A promoção de ações de formação em financiamento sustentável;
- Promover o *Networking* entre intervenientes do setor financeiro português e outros países mais desenvolvidos nesta temática;
- Aumentar a sensibilização dos clientes das instituições financeiras para os investimentos sustentáveis;
- Melhorar a comunicação das formas de investimento sustentável disponibilizadas pelas instituições, dando maior importância aos seus benefícios;
- Promover novos produtos financeiros associados à sustentabilidade como o Crédito habitação verde, crédito auto para viaturas elétricas, fundos de investimento sustentáveis, entre outras.

¹⁹ <https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/sustentabilidade/Pages/sustentabilidade.aspx> consultado dia 20/04/2022

²⁰ <https://www.bancobpi.pt/responsabilidade-social> consultado dia 20/04/2022

Depósitos à ordem (neutra de emissão de Co2)

Uma conta de depósitos à ordem, constitui uma modalidade de depósito, a flexibilidade de movimentação é uma das características principais de uma conta depósitos, tem como principais meios de movimentação os cheques, cartão de débito e as ordens de pagamento.

Atualmente além de uma conta de depósitos à ordem normal, existe uma conta com vertente sustentável, este produto é apresentado pelo Novo Banco, consiste na medição anual das emissões CO₂ associadas a este tipo de conta, desde a utilização de computadores, do papel com as informações contratuais ou consultas realizadas na ATM, entre outras. Para se perceber a neutralização de emissões foram calculadas as emissões da conta desde a sua abertura até ao fecho seguindo a metodologia PAS 2050:2008. Todas as emissões que não são possíveis de serem emitidas são associadas a um projeto de compostagem de resíduos verdes na África do Sul, chamado Soil & More, que tem como objetivo a redução da emissão CO₂, mas contribui igualmente com benefícios sociais e económicos para as comunidades locais. (Novo Banco, 2022)

Plano de pensões (critérios de investimento socialmente responsável em todas as tipologias de ativos)

O plano de pensões, reúne um conjunto de benefícios e respetivas condições de acesso, é uma forma de financiamento que constitui um direito ao recebimento de uma pensão a título de reforma por velhice, invalidez ou até mesmo de sobrevivência, desde que seja uma situação que esteja prevista na legislação em vigor (Costa, 2022).

A Sociedade Gestora de Fundos de Pensões do grupo BBVA, foi pioneiro na criação de um plano poupança reforma com critérios de investimento socialmente responsável, introduzindo critérios ambientais, sociais e de governação, esta seleção de critérios além da mitigação dos riscos promove as oportunidades de investimento (Silva, 2020).

Ao ter uma preocupação na seleção dos ativos subjacentes a este fundo, considerando aqueles que tem menor probabilidade de eventos negativos no curto prazo e no longo prazo, um horizonte onde os benefícios de investimento sustentável são maximizados, considera-se um fundo que tem um perfil moderado, ainda com posições no mercado acionista entre 30% e 50% (Silva, 2020)

A criação deste plano de pensões contribui para o compromisso que o BBVA se comprometeu, cujo objetivo é contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

das Nações Unidas, que assenta no financiamento verde, social, energias renováveis e reduzir as emissões de CO₂. (BBVA, 2020)

Cartões de débito e/ou crédito (material reciclável)

Para além da reciclagem de cartões que muitas das instituições financeiras que atuam no mercado português já faz, através da recolha dos cartões caducados e inutilizáveis, por forma a reduzir os impactos ambientais.

Seria uma mais-valia esses cartões virem a ser produzidos através de materiais “amigos do ambiente”, segundo uma notícia publicada no SAPO, dia 21 de outubro de 2020, a Casa da Moeda procura desenvolver duas novas opções de cartões sustentáveis, feitos de PVC degradável e PETG reciclado, “apesar de ser plástico na mesma o PVC degradável pode ser colocado num aterro específico e tratado de forma adequada, acabando por não libertar gases tóxicos para o ambiente”. (SAPO, 2020)

Quando ao PETG, afirma a Imprensa Nacional Casa da Moeda, que é um tipo de poliéster que não liberta substâncias perigosas, o que permite que a sua reciclagem seja feita sem emissão de gases nocivos. (SAPO, 2020)

Obrigações empresariais (boas práticas de Responsabilidade social)

As obrigações empresariais com boas práticas de responsabilidade social, é um produto que poderá ser comercializado praticamente por qualquer instituição que tenha disponível a venda de obrigações, as obrigações verdes são um tipo de financiamento que se destina a financiar projetos com objetivos ambientais, sociais ou de sustentabilidade, definidos pela ONU. Alguns emitentes nacionais são a EDP, Bioelétrica, Pestana, Tagus STC, Green Belém RMBS e Grupo Amorim.

Fundos de investimento (socialmente responsáveis)

Os fundos de investimentos socialmente responsável, são fundos que ao selecionar os seus ativos subjacentes tem em consideração os critérios de carácter ambiental, social e governamental, não apenas critérios financeiros como a constituição de um fundo de investimento tradicional.

Para além da maioria dos fundos internacionais que estão disponíveis para aquisição através das instituições financeiras, existe fundos constituídos em Portugal que apresentaram o melhor desempenho em 2020, no qual se destaca as entidades BPI, CaixaGest e Montepio (RANKIA, 2021).

Crédito Pessoal (sustentável)

Este crédito oferece condições especiais quando a sua finalidade está relacionada com os critérios ESG, são exemplos deste tipo de crédito, crédito pessoal para a educação, crédito pessoal para as energias renováveis, podendo usar o valor para aquisição de equipamentos que promovem a produção de energia renovável, como por exemplo painéis solares.

Este crédito está à disposição do consumidor nas grandes instituições financeiras, consultando os seus sites institucionais encontra-se no Millennium BCP, o crédito pessoal “Energias Renováveis”, na Caixa Geral de Depósitos o crédito pessoal “Caixa Casa Amiga do Ambiente”, no Santander “Crédito para investir em energias renováveis”, no Novo Banco “Casa Eficiente”

Crédito Habitação (linha de casa eficiente)

Este tipo de crédito foi criado com objetivo de beneficiar todos aqueles que promovam a melhoria do desempenho ambiental através das suas habitações, com especial atenção na eficiência energética e hídrica, terão benefícios no momento da contratação do seu empréstimo como a redução do spread associado ao mesmo, é um dos exemplos mais aplicado na comercialização deste tipo de produto.

Este tipo de crédito na generalidade é oferecido pela maioria das instituições que atuam no mercado português.

Crédito Automóvel (aquisição de viaturas híbridas e elétricas)

O crédito Auto para aquisição de viaturas híbridas e elétricas, além de beneficiar de taxas anuais de encargos efetiva global (TAEG´S) inferiores para a contratação é um investimento que traz diversas vantagens fiscais, quer a nível particular como a nível empresarial.

Um dos benefícios para as empresas é que o Estado atribui um incentivo para os veículos exclusivamente elétricos novos, sendo possível a atribuição do incentivo pela introdução no consumo de veículos de baixas emissões, suportado pelo Fundo Ambiental, e que em 2019 correspondia a 2.250 € por viatura num máximo de 4 viaturas por empresa.

Quer a nível particular como empresarial os veículos elétricos estão igualmente excluídos do Imposto Único de Circulação (IUC), bem como atualmente do pagamento de paquímetros e portagens.

Crédito a empresas (desenvolvimento empresarial no âmbito sustentável)

O crédito a empresas é o produto com mais oferta a nível das instituições financeiras, promove as empresas a construir um futuro mais sustentável. Destacar as linhas de crédito descarbonização e economia circular, que apresenta como principal objetivo contribuir para as metas definidas em 2030, contribuindo para novos modelos de negócio e novos produtos.

As Linhas de Crédito Energias Renováveis e Eficiência Energética, tem como principal objetivo incentivar a mudança de consumo energético e fóssil para as energias renováveis.

Gestão discricionária de carteiras

Gestão Discricionária de Carteira, é um serviço disponibilizado pela banca a partir de um determinado valor de envolvimento que o cliente contrata com base no seu perfil de risco, conferindo ao banco o mandato de gerir o seu património, durante um período de tempo, e pelo qual se dispõe a pagar uma determinada comissão, com objetivo de obter níveis de rentabilidade do seu património a longo prazo. Atualmente já é possível contratar este serviço numa vertente sustentável, em que todos os ativos subjacentes são direcionados para os critérios ESG.

A Gestão discricionária de carteiras à semelhança do crédito habitação, é um produto comercializado pela maioria das instituições financeiras que atuam na banca portuguesa, cada instituição apresenta o seu nível de performance, esta performance é diferente de instituição para instituição tendo em atenção a visão global da mesma ao selecionar os ativos subjacentes para cada estratégia comercializada.

3.3 Abordagem Quantitativa

Como metodologia quantitativa foi selecionado o inquérito por questionário.

O questionário tem como principal objetivo a recolha de dados primários, composto com questões relacionadas com o tema em estudo (Baptista & Sousa, 2011).

Segundo Corbin e Strauss, (2015, citado em Santos & Henriques, 2021),²¹ “a investigação quantitativa é aquela que gera resultados numéricos ou estatísticos.”

Para um bom resultado, o questionário deve seguir regras fundamentais, para isso foi elaborado com secções, com perguntas direcionadas ao tema em estudo. O questionário teve

²¹ Corbin, J. M., & Strauss, A. L. (2015). *Basics of Qualitative Research*. Sage Publications.

por base o tipo Misto, isto significa, que contém perguntas maioritariamente fechadas, mas uma pergunta de opinião aberta, sem carácter obrigatório. O questionário misto tem como função a obtenção de informação qualitativa para complementar a informação quantitativa. (Santos & Henriques, 2021).

Para aplicação do questionário considerou-se relevante ser aplicado em formato digital, atualmente considera-se a forma mais ágil de chegar à maior parte do público-alvo.

De modo que se obtenha a conclusão do questionário por parte dos inquiridos, é importante que o mesmo apresente as perguntas com carácter obrigatório, sendo que as perguntas não respondidas, ou até mesmo as que não cumprem o objetivo da resposta, comprometam a submissão do questionário. (Santos & Henriques, 2021).

Foi elaborado um inquérito por questionário, composto por 44 questões, tendo em conta que o questionário apresenta 6 opções de resposta, no máximo o entrevistado responde a 28 perguntas.

Opções de resposta:

1 – Não tem conta bancária em instituições financeiras e não teria em atenção a Responsabilidade Social se fosse abrir conta (11 questões), estas divididas por 2 secções, sendo a primeira composta por 10 questões relacionadas com o perfil sociodemográfico do inquirido e uma questão relacionadas com nível de aceitação e ponderação face à Responsabilidade Social nas instituições financeiras.

2 – Não tem conta bancária em instituições financeiras e teria em atenção a Responsabilidade Social se fosse abrir conta (12 questões), tendo em conta que é dividido por 2 secções, sendo a primeira composta por 10 questões relacionadas com o perfil sociodemográfico do inquirido e as restantes 2 questões relacionadas com nível de aceitação e ponderação face à Responsabilidade Social nas instituições financeiras.

3 – Se o entrevistado já adquiriu produtos socialmente responsáveis, mas não conhece um produto de Gestão discricionária de carteiras (27 questões). Neste caso existem 5 secções, sendo a primeira com questões relacionadas com o perfil sociodemográfico do inquirido. Na segunda secção questões relacionadas com nível de aceitação e ponderação face à Responsabilidade Social nas instituições financeiras bem como o que mais valoriza aquando da escolha de uma instituição financeira. A terceira secção compreende questões relacionadas com o canal de comunicação que utiliza e os produtos financeiros que possui e a sua relação a nível profissional com a banca. Quarta secção pretende compreender que tipo

de produtos financeiros socialmente responsáveis possui. Por fim a quinta secção prende-se com o facto de perceber se o entrevistado recomendaria um produto financeiro sustentável.

4 – A quarta opção de resposta consiste em abordar o entrevistado que já adquiriu produtos socialmente responsáveis, e conhece um produto de gestão discricionária de carteiras (28 questões), sendo este composto pelas mesmas 5 secções da opção 3 de resposta.

5 – Analisamos se o entrevistado estaria disposto a adquirir produtos financeiros socialmente responsáveis, mesmo que nunca tenha adquirido (28 questões)

6 – Esta última opção de resposta, avalia o facto de inquirido nunca ter adquirido produtos financeiros socialmente sustentáveis e perceber qual a razão que leva o entrevistado a não estar disposto a adquirir.

Como foi referido anteriormente, o questionário teve por base o tipo Misto, ou seja, contém perguntas maioritariamente fechadas, mas uma pergunta de opinião aberta, sem carácter obrigatório. O questionário misto tem como função a obtenção de informação qualitativa para complementar a informação quantitativa. (Santos & Henriques, 2021).

A recolha de dados foi realizada através da ferramenta Google Forms, sendo assim classificado como método de Inquérito pela Internet, uma vez que não é respondido de forma presencial, gera a possibilidade de erros em virtude de não se saber quem é efetivamente o inquirido. (Pereira, 2004, p. 226)

A recolha de dados foi realizada entre os dias 9 de agosto de 2021 e 23 de outubro de 2021. As respostas obtidas foram exportadas para uma folha de cálculo Microsoft Excel, através da ferramenta online Google Forms.

Com objetivo de minimizar estes erros e de ter uma amostra mais fidedigna, optou-se por realizar o inquérito por conveniência, acreditando assim que a veracidade dos dados é conseguida. Sendo assim, a sua partilha é efetuada através do envio de mensagens de correio eletrónico (ver anexo 4).

A amostra escolhida foi constituída a profissionais da banca, a quem foi solicitado o envio a investidores e foi igualmente constituída por outras pessoas do círculo de relacionamento da investigadora não diretamente relacionados com a atividade bancária.

O inquérito foi sujeito a um pré teste anteriormente à sua divulgação. Este pré-teste teve como objetivo corrigir alguns erros existentes, e foi aplicado a um grupo de 10 pessoas, com as mesmas características da amostra em estudo, tendo sido enviado por correio eletrónico

(ver anexo 5). Após a conclusão do pré-teste, entre os dias 5 de julho de 2021 e 19 de julho de 2021, foi sugerida a correção de alguns erros ortográficos e um dos inquiridos no pré-teste sugeriu a modificação de uma escala para resposta, de modo que não ocorra dificuldade de interpretação.

3.4 Abordagem Qualitativa

Na presente dissertação foi utilizada a metodologia qualitativa além da metodologia quantitativa, segundo Tashakkori e Teddlie (2003) a investigação qualitativa é complementar da investigação quantitativa, e nenhuma metodologia é suficiente por si só.

Por outro lado, a metodologia qualitativa permite analisar, os comportamentos, as atitudes e desenvolver conceitos e ideias recorrendo a padrões, mostrando-se uma abordagem menos limitada que análise quantitativa. (Baptista & Sousa, 2011)

O método qualitativo usado foram as entrevistas, tendo como objetivo aprofundar a análise em determinadas áreas desta investigação.

Quadro 6 Entrevistas realizadas

Entrevistado	Duração	Dia
Dr. Mário Franco	01:22:54	15/09/2021
Dr. Hugo Freitas	Respondida por escrito	18/10/2021

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas são um elemento fundamental nesta dissertação, as mesmas permitiram fazer uma pesquisa mais aprofundada, permitindo a oportunidade de recolher informação sobre a forma que cada um dos entrevistados vê a temática em estudo. Através de outros instrumentos de investigação seria mais difícil a obtenção dessa informação de forma mais detalhada. (Duarte, 2004, p. 215).

As entrevistas realizadas para esta investigação, foram estruturadas em perguntas de resposta aberta. Foi realizado um guião para estruturação da entrevista. (ver anexo 6). Os guiões tiveram por base a revisão de literatura e as questões de investigação, bem como a função desempenhada por cada um dos entrevistados.

Foram identificados para a realização das entrevistas, o Dr. Mário Franco Presidente da comissão de Finanças Sustentáveis do organismo de Normalização Setorial da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, considerando a sua reconhecida apresentação e participação na conferência “Finanças Sustentáveis” realizada no dia 17 de novembro de 2020, uma coorganização do Banco Montepio e Associação APEE.

O Dr. Hugo Freitas, *Team leader do Investment products* no Abanca, Portugal, esta escolha justificada pela especificidade da área de atuação do departamento pelo qual é responsável.

Foi enviado um convite via *LinkedIn* ao Dr. Mário Franco, de forma a obter o seu endereço eletrónico, para agendar a entrevista (ver anexo 7). Posteriormente foi enviado por correspondência eletrónica, o convite formal para participação numa reunião, onde foram discutidas questões relacionadas com a temática abordada nesta investigação. (ver anexo 8 e 9).

No seguimento do agendamento das entrevistas, a entrevista ao Dr. Mário Franco foi realizada no dia 15 de setembro, foi gravada após autorização do entrevistado, para a realização da respetiva transcrição e posterior envio para leitura e eventual correção por parte do entrevistado. A entrevista ao Dr. Hugo Freitas foi respondida por escrito, tendo-se enviado o guião por correio eletrónico, dada a dificuldade de agendamento (ver anexo 10).

Com vista a discutir o resultado obtido através das entrevistas, será apresentado no capítulo 4, ponto 4.2 uma análise aos conteúdos das mesmas.

Como referido anteriormente as entrevistas permitiram aprofundar a pesquisa, beneficiando a dissertação com a opinião e conhecimento de dois entrevistados que trabalham diretamente com a temática em estudo.

De forma a complementar a metodologia utilizada, que apresenta uma grande relevância para o estudo realizado, em virtude da mesma fornecer uma vasta aprendizagem foi também utilizada a análise conteúdo.

A análise de conteúdo consiste segundo Berelson, auxiliado por Lazarsfeld (1948, citado em Bardin, 2018, p.20)²²“é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.”

²² B. Berelson e P. F. Lazarsfeld, *The analysis of communications content*, University of Chicago and Columbia University, Preliminary Draft, Chicago e Nova Iorque, 1948; depois, B. Berelson, *Content analysis in communication research*, Glencoe, IL, The Free Press, 1952; e B. Berelson, “Content Analysis em G. Lindzey” (org.), *Handbook os Social Psychology*, Cambridge, Addison-Wesley Publishing Co., 1945.

4. Discussão de resultados

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados das metodologias utilizadas nesta investigação.

4.1 Resultado dos inquéritos

4.1.1 Caracterização da amostra

A amostra é constituída por 61 respostas, para efeito de análise foram contabilizadas a totalidade das respostas como válidas.

No entanto, optamos por realizar o método de amostragem não-casual, também designado por método não probabilístico, dado à complexidade da recolha e análise a toda a população, o método não probabilístico utilizado foi de amostragem por conveniência com objetivo de obter uma amostra mais fidedigna, apesar de apresentar desvantagens dado ao facto de não ter a garantia que amostra seja razoavelmente representativa do Universo (Hill & Hill, 2009, p. 49).

Assim sendo, o presente trabalho contou com a recolha de dados de uma amostra de 61 inquiridos durante os meses agosto, setembro e outubro de 2021.

4.1.2 Análise dos resultados

Pergunta 1. Faixa etária

Respondem todos os inquiridos n=61

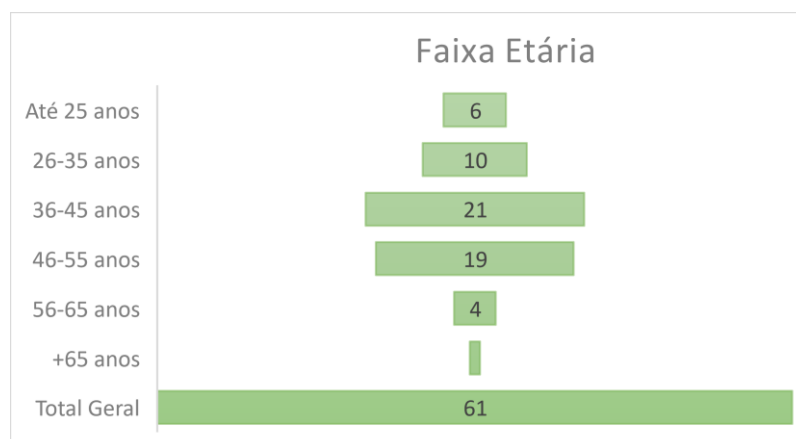


Gráfico 4.1 Faixa etária

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7 Distribuição dos Inquiridos por faixa etária

Inquiridos		%
Até 25 anos	6	9,8%
26-35 anos	10	16,4%
36-45 anos	21	34,4%
46-55 anos	19	31,1%
56-65 anos	4	6,6%
+65 anos	1	1,6%
Total Geral	61	100%

Fonte: Elaboração própria

Conforme mostra o gráfico 4.1, podemos analisar que a amostra é composta maioritariamente por inquiridos com idade entre os 36 e 45 anos de idade, correspondendo a 34,4% dos inquiridos (n=21). A faixa etária com menor percentagem de participação é o grupo etário com mais 65 anos, correspondendo a 1,6% (n=1) em virtude de ser a classe com acesso limitado à tecnologia.

Pergunta 2. Género

Respondem todos os inquiridos n=61

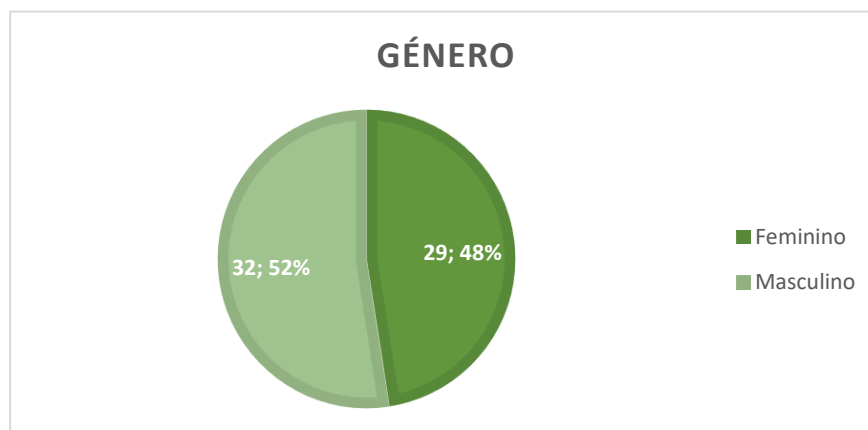


Gráfico 4.2 Género

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao Género, apresentamos uma amostra equilibrada, em que 52% (n=32) dos inquiridos são do sexo Masculino e os restantes 48 pontos percentuais do sexo feminino (n=29) (Gráfico 4.2).

Pergunta 3. Residência Habitual

Respondem todos os inquiridos n=61

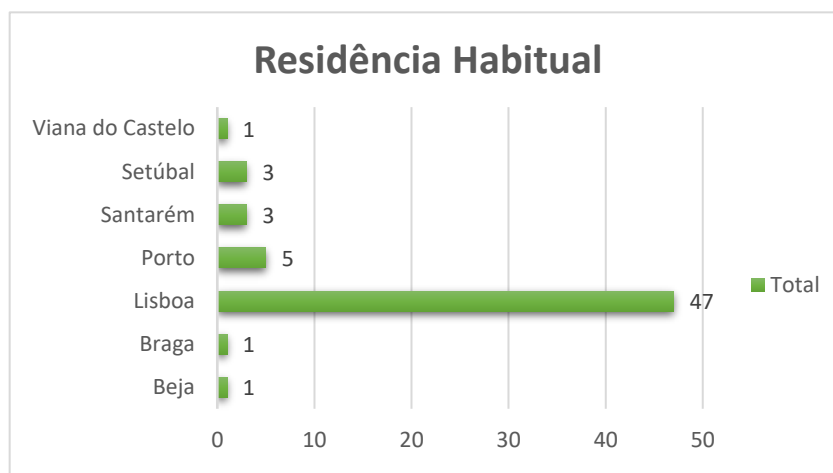


Gráfico 4.3 Residência Habitual

Fonte: Elaboração própria

Quadro 8 Distribuição dos Inquiridos por faixa etária

	Inquiridos	%
Beja	1	1,6%
Braga	1	1,6%
Lisboa	47	77,0%
Porto	5	8,2%
Santarém	3	4,9%
Setúbal	3	4,9%
Viana do Castelo	1	1,6%
Total Geral	61	100%

Fonte: Elaboração própria

Quanto à residência habitual, constatou-se que Lisboa apresenta uma percentagem significativa face aos restantes distritos, contando assim com 47 inquiridos dos 61, o que equivale a 77% da amostra em estudo (Gráfico 4.3 e Quadro 8).

Pergunta 4. Habilitações literárias

Respondem todos os inquiridos n=61

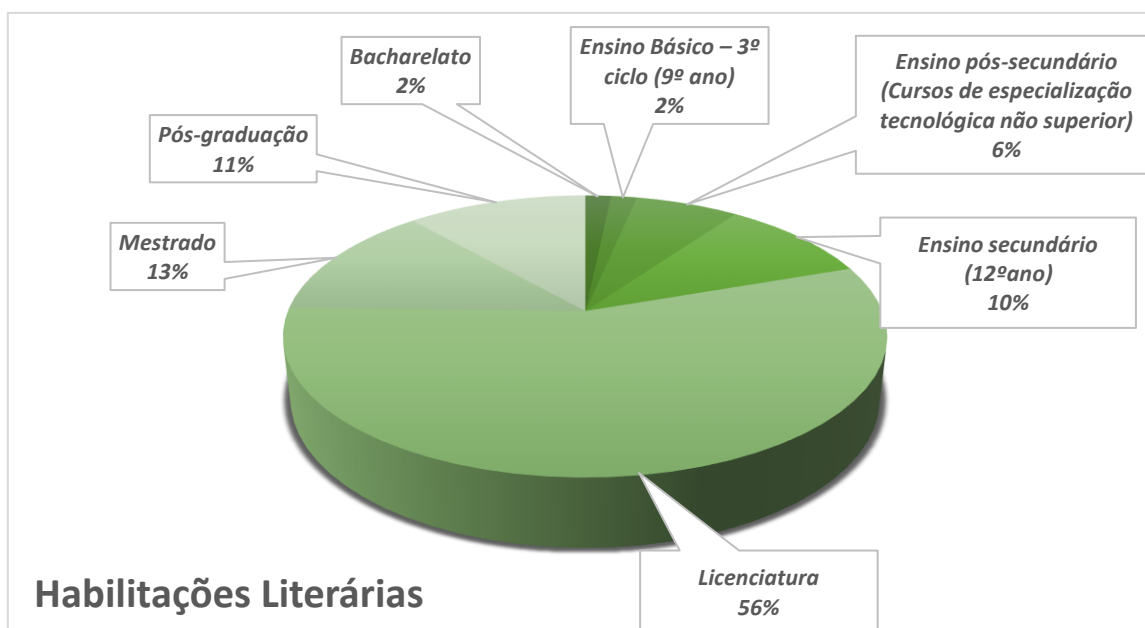


Gráfico 4.4 Habilitações Literárias

Fonte: Elaboração própria

Quando analisamos as habilitações literárias da amostra em estudo (n=61), como mostra o Gráfico 4.4, conclui-se que 56% dos inquiridos têm licenciatura, seguidamente com treze pontos percentuais estão os inquiridos com mestrado. Com menor relevância atingindo um total de 10% estão os inquiridos com Bacharelato (2%), Ensino básico 3º ciclo - 9º ano (2%) e ensino pós-secundário - cursos de especialização tecnológica não superior (6%).

Pergunta 5. Qual a sua situação familiar?

Respondem todos os inquiridos n=61

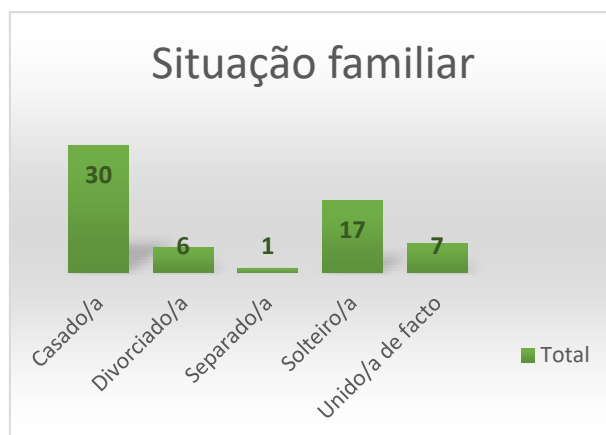


Gráfico 4.5 Situação familiar

Fonte: Elaboração própria

Quadro 9 Distribuição dos Inquiridos por situação familiar

	Inquiridos	%
Casado/a	30	49,2%
Divorciado/a	6	9,8%
Separado/a	1	1,6%
Solteiro/a	17	27,9%
Unido/a de facto	7	11,5%
Total Geral	61	100%

Fonte: Elaboração própria

Observando o Gráfico 4.5, é refletido que 30 inquiridos (49,2%) são casados, 27,9% são solteiros e 11,5% estão em unido/a de facto e os restantes inquiridos são divorciados e solteiros.

Pergunta 6. Tem descendentes/ascendentes dependentes a cargo?

Respondem todos os inquiridos n=61

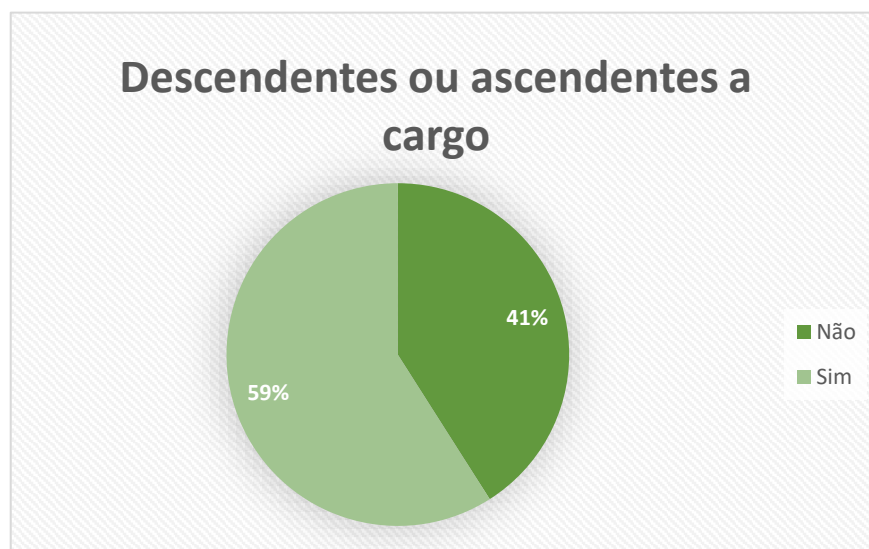


Gráfico 4.6 Descendentes ou ascendentes a cargo

Fonte: Elaboração própria

Com esta questão pretendemos apurar o facto de os inquiridos terem descendentes ou ascendentes a cargo. Foi então possível concluir que mais de metade dos inquiridos (59%) tem descendentes ou ascendentes a cargo. (Gráfico 4.6)

Pergunta 7. Qual o seu nível de rendimento bruto anual?

Respondem todos os inquiridos n=61

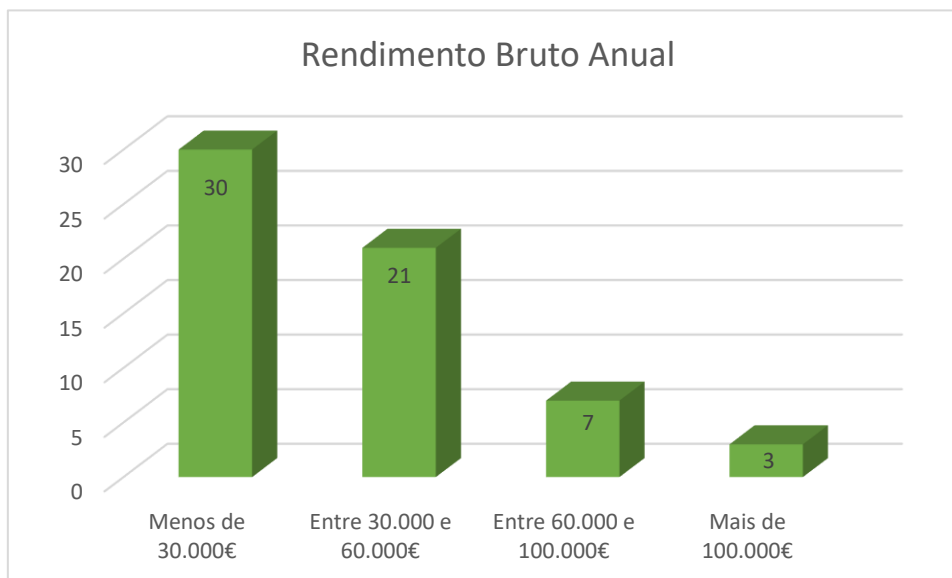


Gráfico 4.7 Rendimento Bruto Anual

Fonte: Elaboração própria

Quadro 10 Distribuição dos Inquiridos por rendimento bruto anual

	Inquiridos	%
Menos de 30.000€	30	49,2%
Entre 30.000 e 60.000€	21	34,4%
Entre 60.000 e 100.000€	7	11,5%
Mais de 100.000€	3	4,9%
Total Geral	61	100%

Fonte: Elaboração própria

Podemos observar com base na análise do Gráfico 4.7 e no Quadro 10, que 49,2% da população tem menos de 30.000€ de rendimento bruto anual (n=30), 34,4% um rendimento bruto anual entre os 30.000€ e os 60.000€ (n=21), 7 inquiridos entre 60.000€ e 100.000€ correspondente a 11,5% e os restantes 4,9% (n=3), um rendimento acima de 100.000€ brutos anuais.

Pergunta 8. Qual a sua principal fonte de rendimentos?

Respondem todos os inquiridos n=61

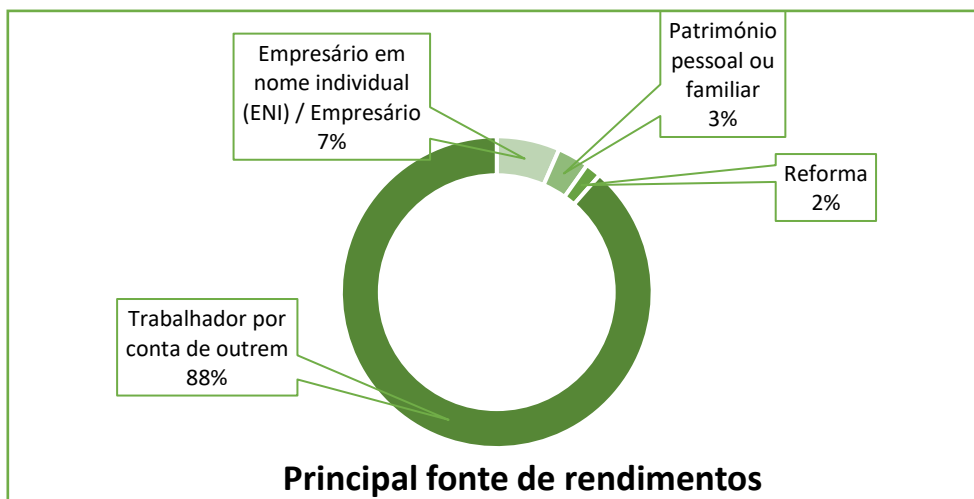


Gráfico 4.8 Principal fonte de rendimentos

Fonte: Elaboração própria

Tendo em consideração a análise ao Gráfico 4.8, concluímos que grande parte da amostra, trabalha por conta de outrem perfazendo um total de 88%. A principal fonte de rendimentos com menor relevância nesta amostra é a reforma, sendo a situação de apenas 2% dos inquiridos.

Pergunta 9. Tem conhecimento do que são produtos financeiros?

Respondem todos os inquiridos n=61

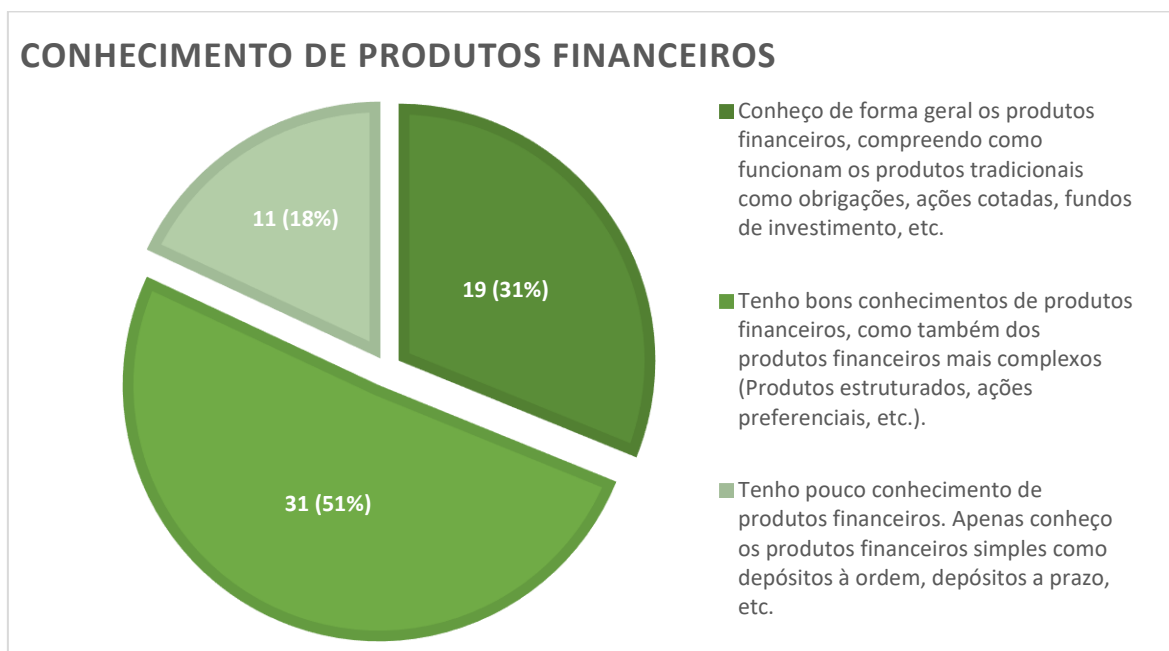


Gráfico 4.9 Conhecimentos de produtos financeiros

Fonte: Elaboração própria

Com base na análise do Gráfico 4.9 conclui-se que 51% dos inquiridos têm bons conhecimentos de produtos financeiros, como também dos produtos financeiros mais complexos, 31% conhecem de forma geral os produtos financeiros e os restantes inquiridos têm pouco conhecimento, conhecendo apenas produtos financeiros simples.

Pergunta 10. Em quantas instituições financeiras tem conta?

Respondem todos os inquiridos n=61

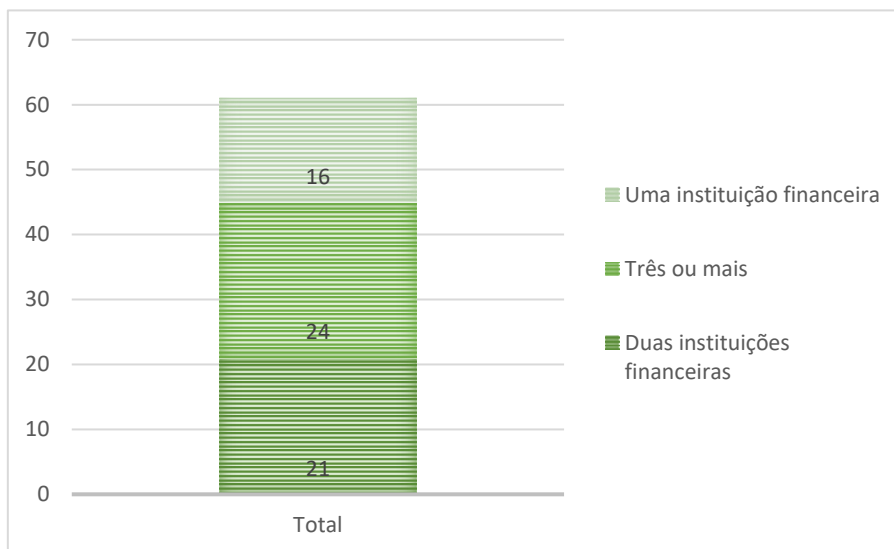


Gráfico 4.10 Número de instituições financeiras de são clientes

Fonte: Elaboração própria

Quadro 11 Distribuição dos Inquiridos por Instituições Financeiras de que são clientes

Instituições Financeiras	Inquiridos	%
Uma	16	26,2%
Duas	21	34,4%
Três ou mais	24	39,3%
Total Geral	61	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que 73,7% dos inquiridos é cliente de duas ou mais instituições financeiras e 16 inquiridos tem conta apenas numa única instituição (Gráfico 4.10 e Quadro 11).

Pergunta 11. Se hoje pretendesse abrir uma nova conta, na escolha da instituição financeira teria em atenção a Responsabilidade Social da mesma?

Respondem todos os inquiridos n=61

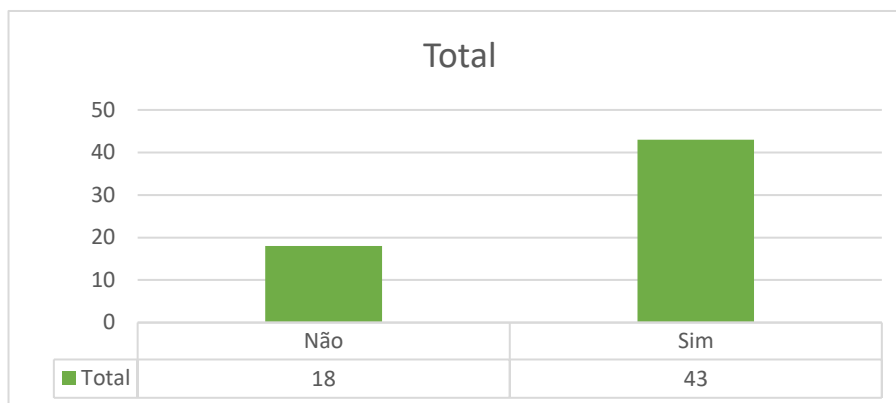


Gráfico 4.11 Atenção para com a responsabilidade social da instituição financeira

Fonte: Elaboração própria

Quadro 12 Distribuição dos Inquiridos por atenção para com a responsabilidade social

	Inquiridos	%
Não	18	29,5%
Sim	43	70,5%
Total Geral	61	100%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao tema Responsabilidade Social, conclui-se através da análise aos dados obtidos através dos inquéritos, refletidos no Gráfico 4.11 e no Quadro 12, que 70,5% da amostra teria em consideração a Responsabilidade Social da Instituição Financeira aquando da abertura de nova conta bancária, o que significa que apenas 29,5% dos inquiridos (n=18), não teria em consideração esta temática.

Pergunta 12. Considerando que nos dias de hoje a preocupação da sustentabilidade e do socialmente responsável é uma das características do mundo em que vivemos, selecione quais as frases que cumprem este critério?

Respondem todos os inquiridos n=61

Quadro 13 Frases que cumprem os critérios de sustentabilidade

	Inquiridos	%
Investir nas empresas que se situa/ situam na liderança do seu setor em termos de cumprimento de critérios ambientais, sociais e de governação corporativa.	42	68,9%
Carteiras de investimento focalizadas sobretudo, em empresas que fornecem bens e serviços cujo objetivos estão associados à eficiência dos recursos (clima, energia, água, saúde ou alimentação).	42	68,9%
Produtos financeiros de empresas que se dedicam à produção de produtos tais como: Álcool, tabaco ou produtos para jogos de apostas.	0	0,0%
Investimentos baseados em energia limpa, igualdade de género, cidades inteligentes, entre outros, que contribuem para atenuar os problemas sociais e ambientais, uma vez que estão direcionados para empresas que oferecem soluções para esses problemas.	51	83,6%
Empresas que desenvolvem atividades sem ter em consideração uma análise da sua cadeia de fornecedores não investigando a utilização de mão de obra infantil.	1	1,6%
Investimentos direcionados para produzir quer uma rentabilidade atrativa quer um impacto social ou ambiental positivo e quantificável.	46	75,4%
Fundos de investimento que incluem no seu universo empresas que se dedicam à produção de armamento e energia nuclear.	3	4,9%

Fonte: Elaboração própria

Esta pergunta teve como objetivo perceber se a população em estudo, através de diversas frases disponibilizadas selecionava as que cumpriam o critério da sustentabilidade e responsabilidade social, nesta questão era possível os inquiridos responderem a várias opções. Conclui-se assim que a totalidade dos inquiridos concorda que não cumpre o critério

em estudo a frase “Produtos financeiros de empresas que se dedicam à produção de produtos tais como: Álcool, tabaco ou produtos para jogos de apostas.”, é possível analisar que apenas 4,9% (n=3), selecionou a opção “Fundos de investimento que incluem no seu universo empresas que se dedicam à produção de armamento e energia nuclear”. É de realçar que 4 das 7 frases que apresentam uma percentagem significativa, são realmente as que cumprem o critério de sustentabilidade e de responsabilidade social podendo assim concluir-se que grande parte da amostra, tem um conhecimento generalizado sobre esta abordagem. (Quadro 13)

Pergunta 13. Como classifica cada um destes aspetos de responsabilidade social em termos da atenção que os mesmos recebem da Banca Portuguesa, numa escala de 1 a 5?

Respondem todos os inquiridos n=61.

Análise aos Gráficos 4.12 a 4.17, encontram-se na sequência da apresentação das figuras.

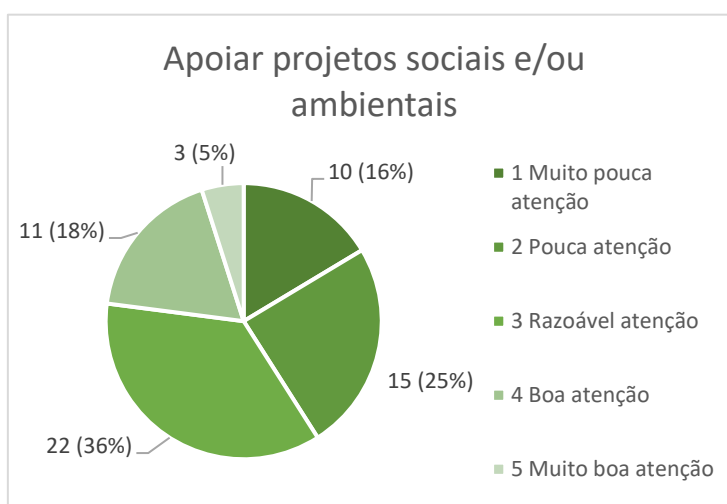


Gráfico 4.12 Apoiar projetos sociais e/ou ambientais

Fonte: Elaboração própria

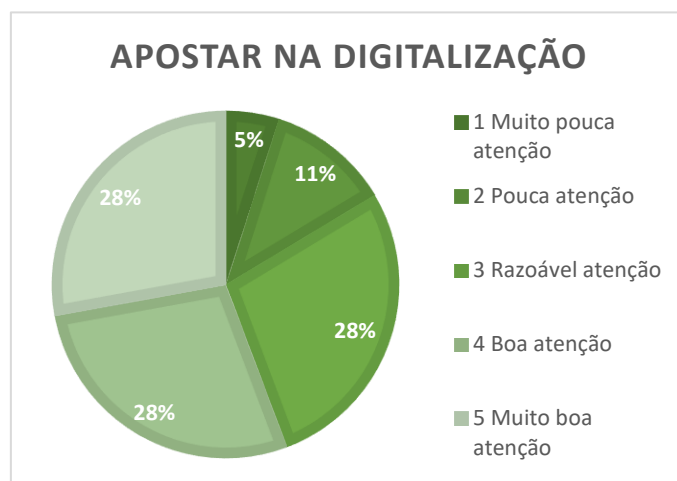


Gráfico 4.13 Apostar na digitalização

Fonte: Elaboração própria

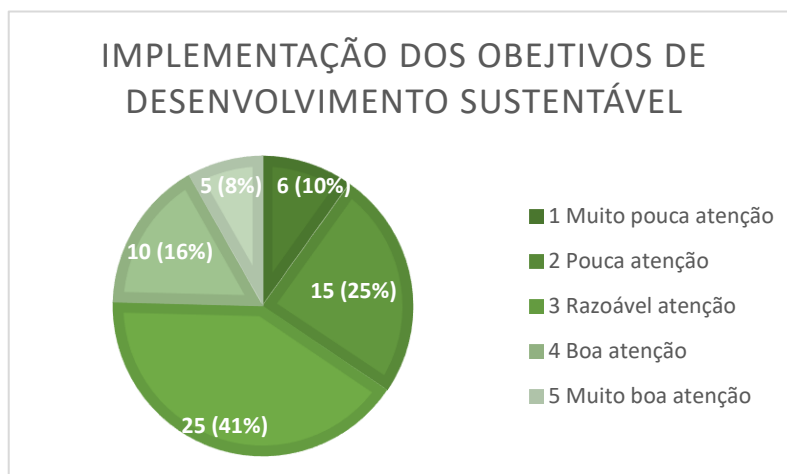


Gráfico 4.14 Implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaboração própria

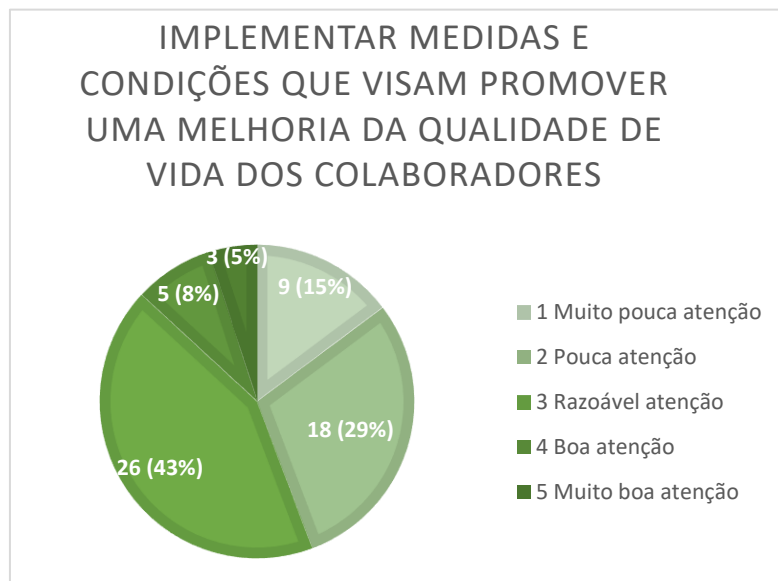


Gráfico 4.15 Implementar medidas e condições que visam promover uma melhoria da qualidade de vida dos colaboradores

Fonte: Elaboração própria

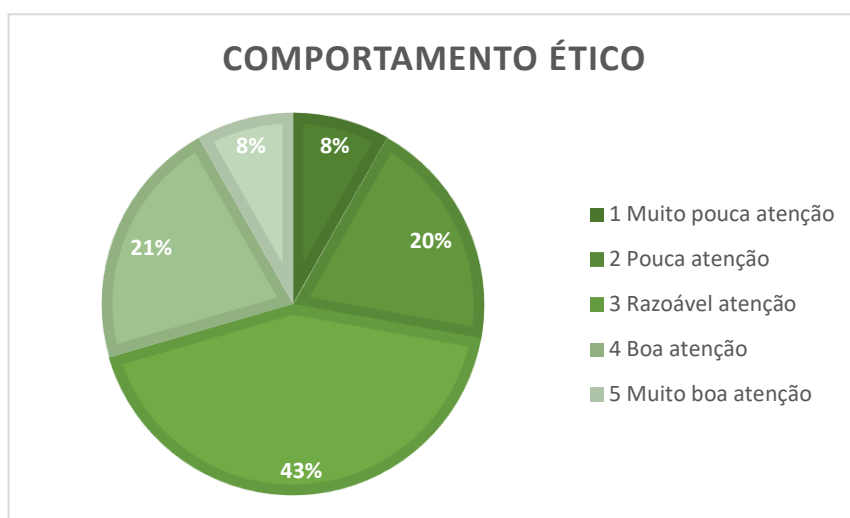


Gráfico 4.16 Comportamento ético. (honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza)

Fonte: Elaboração própria

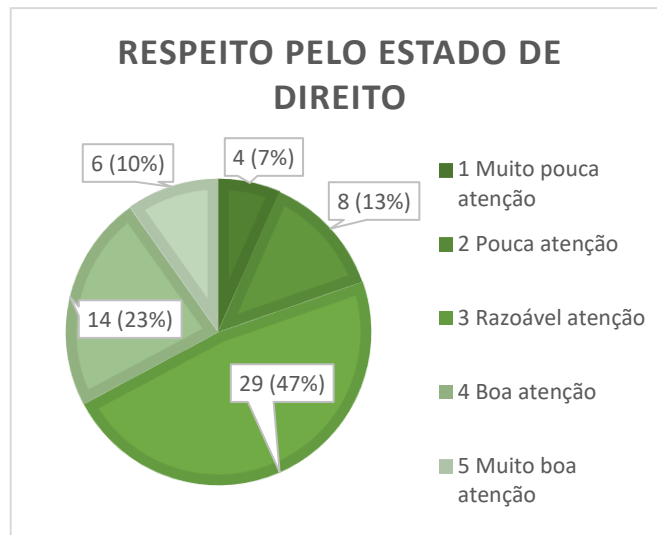


Gráfico 4.17 Respeito pelo estado de direito

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à Responsabilidade Social e a atenção que a banca portuguesa atribui a cada um destes 6 aspetos (Apoiar projetos sociais e/ou ambientais, apostar na digitalização, implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, implementar medidas e condições que visam promover uma melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, comportamento ético. (honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza) e respeito pelo Estado de Direito), as opiniões da amostra em estudo dividem-se como podemos observar pelos gráficos apresentados.

Quando falamos de apoiar projetos sociais e/ou ambientais, 36 inquiridos (59%) assumem que a banca portuguesa atribui desde uma razoável atenção, com 22 inquiridos a selecionar essa opção, a uma muito boa atenção contanto assim com mais 5% das respostas (n=3). É necessário ter em consideração que ainda 25 dos inquiridos, consideram que a banca portuguesa atribui desde muito pouca a pouca atenção a esta temática. (Gráfico 4.12)

Com base no Gráfico 4.13, apostar na digitalização, é umas das medidas de facto mais ouvidas e publicitadas nos sites das instituições financeiras é sem dúvida a medida que nesta questão obtêm maior percentagem de como de facto a banca oferece uma especial atenção, contando assim com uma resposta positiva de cerca 84% (24%+24%+24%). Outra medida que também não passou despercebida foi o Respeito pelo Estado Direito contando com 80% (47%+23%+10%) dos inquiridos a considerar que a banca portuguesa atribui desde uma razoável atenção a uma muito boa atenção (Gráfico 4.17).

Analisando o Gráfico 4.14 e o Gráfico 4.15, percebemos que relativamente às temáticas implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e implementação de medidas e condições que visam promover uma melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, são temáticas que por parte das respostas obtidas se verifica que ainda não transparece uma grande atenção e preocupação por parte da banca portuguesa, considerando que na opinião dos inquiridos 35% e 44% respetivamente a banca atribui desde muito pouca atenção a pouca atenção.

Pergunta 14. O que mais valoriza aquando da escolha da instituição financeira?

Respondem todos os inquiridos n=61

Quadro 14 O que valoriza na escolha da instituição financeira

	Inquiridos	%
Nome da instituição financeira	5	8,2%
Antiguidade da instituição no mercado	14	23,0%
Antiguidade da instituição no mercado	51	83,6%
Rendibilidade dos produtos	22	36,1%
Responsabilidade social	20	32,8%
Publicidade/site da instituição	1	1,6%
Contactos do gestor de conta ou outras iniciativas por parte da instituição financeira	18	29,5%
Localização geográfica de balcões e acessibilidade	16	26,2%

Fonte: Elaboração própria

Na hora da escolha da instituição financeira, existem alguns fatores relevantes que justificam a opção. Sem dúvida para os inquiridos que poderiam selecionar no máximo três fatores relevantes, se destaca a estabilidade da instituição financeira para 83,6% (n=51), seguidamente a rendibilidade dos produtos com 36,1% (n=22) e com maior relevância para este estudo é o facto de 32,8% considerar a Responsabilidade Social da instituição financeira o terceiro fator mais relevante aquando da escolha da instituição financeira. (Quadro 14).

Pergunta 15. Qual o seu principal canal de comunicação com a sua instituição financeira?

Respondem todos os inquiridos n=61

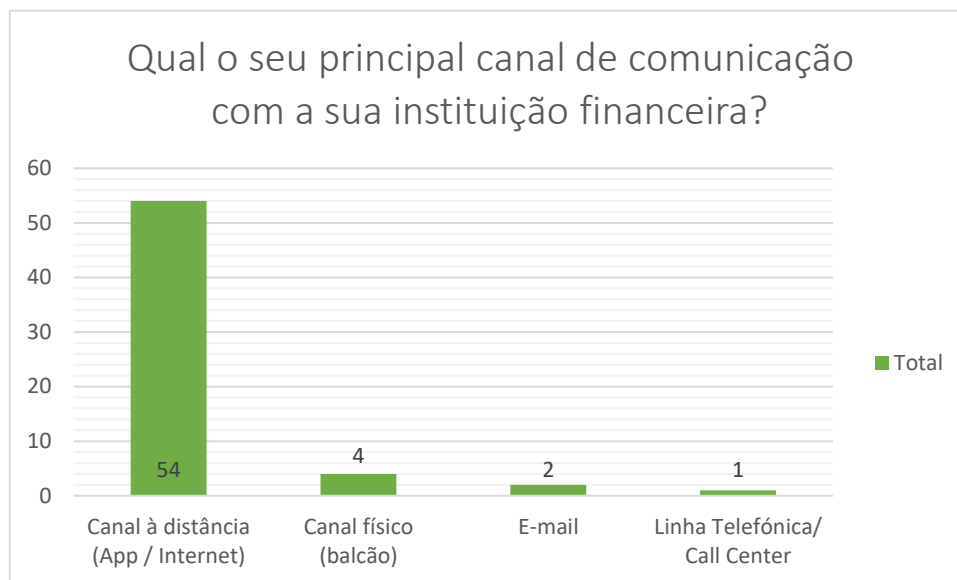


Gráfico 4.18 Principal canal de comunicação

Fonte: Elaboração própria

Quadro 15 Distribuição dos Inquiridos por principal canal de comunicação

	Inquiridos	%
Canal à distância (App / Internet)	54	88,5%
Canal físico (balcão)	4	6,6%
E-mail	2	3,3%
Linha Telefónica/ Call Center	1	1,6%
Total Geral	61	100%

Fonte: Elaboração própria

Conforme já começa a ser tendência nos dias de hoje, o digital é o canal de comunicação que se destaca com 91,8% dos inquiridos, tendo em particular destaque para o “canal à distância (App/Internet)” com 88,5% (n=54), segue-se o “canal físico (balcão)” com 6,6% (n=4), sendo o canal de comunicação “e-mail” e “Linha Telefónica/Call Center”, os canais com menos aderência na amostra em estudo, com n=3, somando 5,2% (Gráfico 4.18 e Quadro 15).

Pergunta 16. Independentemente do canal de comunicação que utiliza, no dia de hoje tem gestor de conta?

Respondem todos os inquiridos n=61



Gráfico 4.19 Gestor de conta

Fonte: Elaboração própria

Apesar do digital liderar nos dias de hoje, os inquiridos com gestor de conta ainda representam 82% da amostra (n=50) (Gráfico 4.19).

Pergunta 17. Que produtos/serviços bancários/financeiros possui?

Respondem todos os inquiridos n=61

Quadro 16 Produtos/serviços bancários/financeiros

	Inquiridos	%
Serviços Mínimos Bancários	5	8,2%
Depósito à ordem	59	96,7%
Depósito a prazo	34	55,7%
Certificados de aforro	12	19,7%
Dívida Pública	2	3,3%
Seguros de Risco (Vida, Multiriscos, carro etc)	34	55,7%
Seguros Capitalização/Investimento (Poupança Reforma)	17	27,9%
Plano de pensões	13	21,3%
Obrigações empresariais	8	13,1%
Ações, participações ou certificados em entidades cotadas	16	26,2%
Fundos de investimento	25	41,0%
Produtos estruturados	6	9,8%
Crédito Habitação	36	59,0%
Crédito Pessoal / consumo	30	49,2%
Crédito Empresa	3	4,9%
Crédito Automóvel/leasing	6	9,8%
Cartões de Débito e/ou Crédito	48	78,7%
Conta ordenado	29	47,5%

Fonte: Elaboração própria

Observando o Quadro 16, verificamos que a totalidade dos produtos/serviços bancários/financeiros é selecionada pelo menos por um dos inquiridos, o que revela que a amostra em estudo é bastante abrangente no que diz respeito à diversificação de produtos que possuem. Com maior representatividade é o produto “Depósitos à ordem”, com 59 inquiridos (96,7%), de seguida com 78,7% é o produto “cartão de Débito e/ou crédito” (n=48). Os 3 outros produtos que têm uma percentagem acima de 50% são, “crédito habitação” (59%), “depósito a prazo” e “Seguros de risco”, ambos com 55,7%.

Pergunta 18. Na sua vida profissional desempenha/desempenhou funções no sector financeiro?

Respondem todos os inquiridos n=61

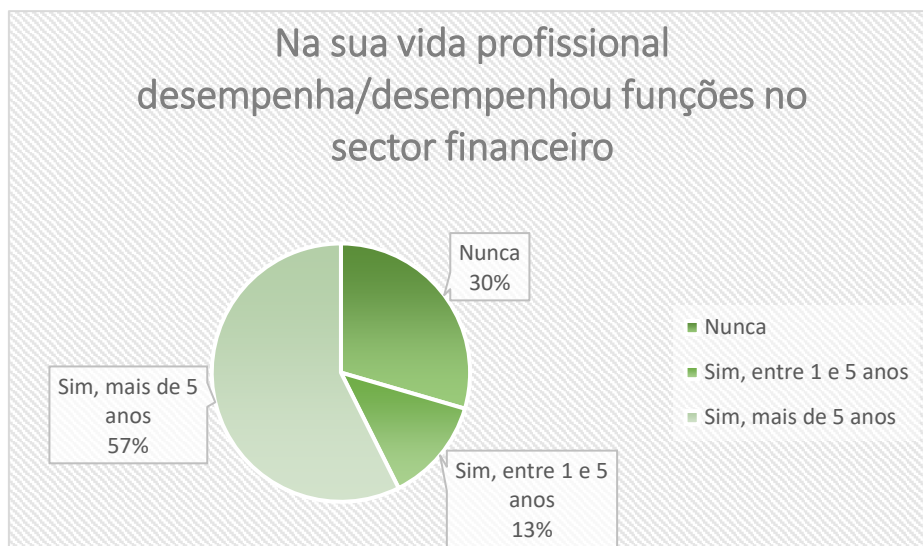


Gráfico 4.20 Vida profissional no setor financeiro

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao desempenho da vida profissional no setor financeiro verificamos que 57% da amostra em estudo desempenha ou desempenhou mais de 5 anos atividades no setor financeiro, com 30% de representatividade estão os inquiridos que nunca desempenharam atividades no setor financeiro (Gráfico 4.20).

De realçar que 70% dos inquiridos apresentam conhecimentos relacionados com a atividade bancária.

Pergunta 19. Reconhece o que são produtos financeiros socialmente responsáveis? Sabe quais destes produtos estão à sua disposição na instituição ou instituições financeiras de que é cliente?

Respondem todos os inquiridos n=61

Quadro 17 Distribuição dos Inquiridos por conhecimento de produtos financeiros socialmente responsáveis

	Inquiridos	%
Não estou dentro do tema.	11	18,0%
Sim, sei do que se trata quando se fala em produtos socialmente responsáveis na banca, mas não tenho conhecimento a nível das ofertas por parte das instituições financeiras.	20	32,8%
Sim, tenho um conhecimento geral do tema e sei alguns dos produtos que poderei adquirir junto das instituições financeiras.	30	49,2%
Total Geral	61	100%

Fonte: Elaboração própria

Com base na análise do Quadro 17, conclui-se que 49,2% dos inquiridos tem conhecimento de forma geral sobre o tema produtos financeiros socialmente responsáveis e conhecem alguns dos produtos que poderão adquirir junto das instituições financeiras, o que significa que será importante uma maior abordagem sobre esta temática, bem como a divulgação de forma adequada para que se consiga chegar a todo o público.

Pergunta 20. Já adquiriu produtos financeiros socialmente responsáveis?

Respondem os inquiridos que reconhecem o que são produtos financeiros socialmente responsáveis n=50



Gráfico 4.21 Adesão produtos financeiros socialmente responsáveis

Fonte: Elaboração própria

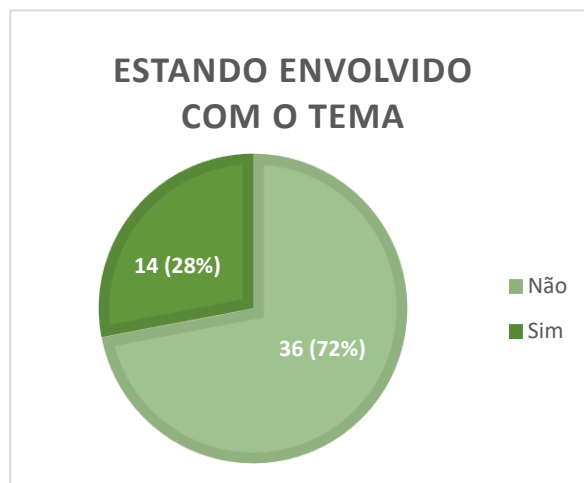


Gráfico 4.22 Adesão produtos financeiros socialmente responsáveis

Fonte: Elaboração própria

Com esta pergunta concluímos que apenas 14 inquiridos (28%) adquiriram produtos financeiros socialmente responsáveis, dos 50 inquiridos envolvidos com o tema obtidos na resposta anterior (Gráfico 4.22).

Existe 1 dos 11 inquiridos que não estão envolvidos com o tema abordado na pergunta 19, que adquiriu produtos financeiros socialmente responsáveis (Gráfico 4.21).

É assim possível dizer que da amostra de 61 inquiridos, apenas 15, adquiriram produtos financeiros socialmente responsáveis.

Análise das perguntas aos investidores de produtos financeiros socialmente responsáveis

Pergunta 21. Há quanto tempo investe em produtos financeiros socialmente responsáveis?

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

Quadro 18 Distribuição dos Inquiridos por período temporal em que investe

	Inquiridos	%
Há mais de um ano	10	66,7%
Há menos de um ano	5	33,3%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Nesta questão a amostra ficou reduzida a 15 inquiridos, uma vez que apenas estes investem em produtos financeiros socialmente responsáveis. Analisando o Quadro 18, verifica-se que 66,7% investe há mais de um ano neste tipo de produtos.

Pergunta 22. Quais as áreas que considera mais relevantes enquanto temas subjacentes ao investimento financeiro socialmente responsável?

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

Quadro 19 Áreas relevantes para temas subjacentes ao investimento financeiro socialmente responsável

	Inquiridos	%
Energia Renovável	5	33,3%
Eficiência Energética	5	33,3%
Gestão de Água	11	73,3%
Mobilidade sustentável	3	20,0%
Preservação de recursos naturais	6	40,0%
Crescimento económico, demográfico e bem-estar social	2	13,3%
Saúde	3	20,0%
Alterações climáticas	6	40,0%

Fonte: Elaboração própria

Nesta pergunta era permitida selecionar até 3 opções de resposta, para os 15 inquiridos as áreas com maior relevância enquanto tema subjacente ao investimento financeiro socialmente responsável é com uma percentagem significativa a “Gestão de água” com 73,3%, seguidamente com 40 pontos percentuais a área das “Alterações climáticas” e a “Preservação de recursos naturais”, ambos com 33,33% considera-se relevante a “Energia Renovável” e a “Eficiência Energética”.

É possível concluir que a vertente ambiental é a vertente mais escolhida pelos investidores, tendo com menor impacto a vertente social, ficando assim com baixa representatividade as áreas da “Saúde”, do “Crescimento económico, demográfico e bem-estar social” e da “Mobilidade sustentável” (Quadro 19).

Pergunta 23. Que tipo de produtos/serviços bancários/financeiros socialmente responsáveis já adquiriu?

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

Quadro 20 Tipo de produtos/serviços bancários/financeiros socialmente responsáveis adquiridos

	Inquiridos	%
Deposito à ordem (neutro de emissão de Co2)	3	20,0%
Plano de pensões (critérios de investimento socialmente responsável em todas as tipologias de ativos)	0	0,0%
Cartões de débito e/ou crédito (com material reciclado, PVC degradável ou PETG reciclado)	2	13,3%
Obrigações empresariais (empresas com boas práticas de Responsabilidade Social)	1	6,7%
Fundos de investimento (socialmente responsáveis)	12	80,0%
Produtos estruturados (empresas com boas práticas de Responsabilidade Social)	1	6,7%
Crédito Habitação (linhas de casa eficiente)	0	0,0%
Crédito Automóvel (aquisição de viaturas híbridas e elétricas.)	0	0,0%
Crédito a empresas (desenvolvimento empresarial no âmbito sustentável)	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria

Existe muitos produtos financeiros socialmente responsáveis recentes no mercado, por esse motivo estes serem um produto que ainda não faz parte da carteira de nenhum dos investidores, por sua vez inquiridos nesta investigação, sendo estes produtos, o “Crédito Habitação (linhas de casa eficiente)”, o “Crédito Automóvel (aquisição de viaturas híbridas e elétricas)”, o “Crédito a empresas (desenvolvimento empresarial no âmbito sustentável)” e os “Planos de pensões (critérios de investimento socialmente responsável em todas as tipologias de ativos)”.

Concluimos assim através da análise do Quadro 20, que dos 15 respondentes, 80% possui “Fundos de investimento socialmente responsáveis” (n=12).

Pergunta 24. Quais são as suas prioridades quando adquire/escolhe um produto financeiro socialmente responsável? Ordene de 1 a 4, sendo 1 menos importante e 4 mais importante.

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

Quadro 21 Garantia de capital investido

Garantia de Capital Investido	Inquiridos	%
1	8	53,3%
2	5	33,3%
3	1	6,7%
4	1	6,7%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 22 Retorno financeiro ou rentabilidade proporcionada pelo produto em termos históricos

Retorno financeiro ou rentabilidade proporcionada pelo produto em termos históricos	Inquiridos	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	6	40,0%
4	9	60,0%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 23 Liquidez do produto financeiro

Liquidez do produto financeiro	Inquiridos	%
1	1	6,7%
2	5	33,3%
3	5	33,3%
4	4	26,7%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 24 Tributação associada ao produto financeiro

Tributação associada ao produto financeiro	Inquiridos	%
1	6	40,0%
2	5	33,3%
3	3	20,0%
4	1	6,7%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente às prioridades quando adquire/escolhe um produto financeiro socialmente responsáveis considerando a escala de 1 a 4, sendo 1 menos importante e 4 mais importante, verificamos que a “Garantia do capital investido” para 8 dos 15 inquiridos é o fator menos importante em contrapartida o “Retorno financeiro ou rentabilidade proporcionada pelo produto em termos históricos” é o fator com mais relevância, classificado com a escala 3 e 4, para 100% dos inquiridos que investem (Quadro 21 e Quadro 22).

No que diz respeito à “Liquidez do produto financeiro” é considerado igualmente um fator importante somando 60% as escalas de 3 e 4 (Quadro 23).

Quanto à “Tributação associada ao produto financeiro” é um fator menos importante face aos restantes, apresenta 73,3%, 11 inquiridos classificaram com a escala de 1 e 2 (Quadro 24).

Pergunta 25. Quais os fatores mais relevantes no apoio à sua decisão de investimentos financeiros? Ordene de 1 a 5, sendo 1 o menos relevante e 5 o mais relevante.

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

Análise aos Quadros 25 a 29, encontram-se na sequência da apresentação dos quadros.

Quadro 25 Experiência com a instituição financeira

Experiência com a instituição financeira	Inquiridos	%
1	0	0,0%
2	0	0,0%
3	3	20,0%
4	7	46,7%
5	5	33,3%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 26 Aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário

Aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário	Inquiridos	%
1	1	6,7%
2	3	20,0%
3	2	13,3%
4	5	33,3%
5	4	26,7%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 27 Folhetos informativos

Folhetos informativos	Inquiridos	%
1	1	6,7%
2	5	33,3%
3	4	26,7%
4	1	6,7%
5	4	26,7%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 28 Publicidade através dos meios de comunicação

Publicidade através dos meios de comunicação	Inquiridos	%
1	6	40,0%
2	5	33,3%
3	2	13,3%
4	1	6,7%
5	1	6,7%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 29 Aconselhamento de familiares e amigos

Aconselhamento de familiares e amigos	Inquiridos	%
1	7	46,7%
2	2	13,3%
3	4	26,7%
4	1	6,7%
5	1	6,7%
Total Geral	15	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quando perguntamos aos inquiridos, quais os fatores mais relevantes no apoio à sua decisão de investimentos financeiros ordenando de uma escala de 1 a 5, sendo 1 menos relevante e 5 o mais relevante, concluímos que o aconselhamento de familiares e amigos é o fator menos relevante para 46,7% dos inquiridos seguindo-se da publicidade através dos meios de comunicação, sendo para 40% dos inquiridos este o fator menos relevante. Quanto ao fator mais relevante analisando os inquiridos em estudo conclui-se que a opinião divide-se em três fatores, a experiência com a instituição financeira somando 33,3%, o aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário com 26,7% e os folhetos informativos com um total igualmente de 26,7% (Quadro 25, 26, 27, 28 e 29).

Pergunta 26. Se a sua instituição financeira, lhe propusesse amanhã o pagamento de uma taxa adicional para que pudesse substituir o seu cartão bancário por um cartão totalmente sustentável (cartões de débito e crédito, produzidos através de PVC degradável ou PETG reciclado). Como reagiria?

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

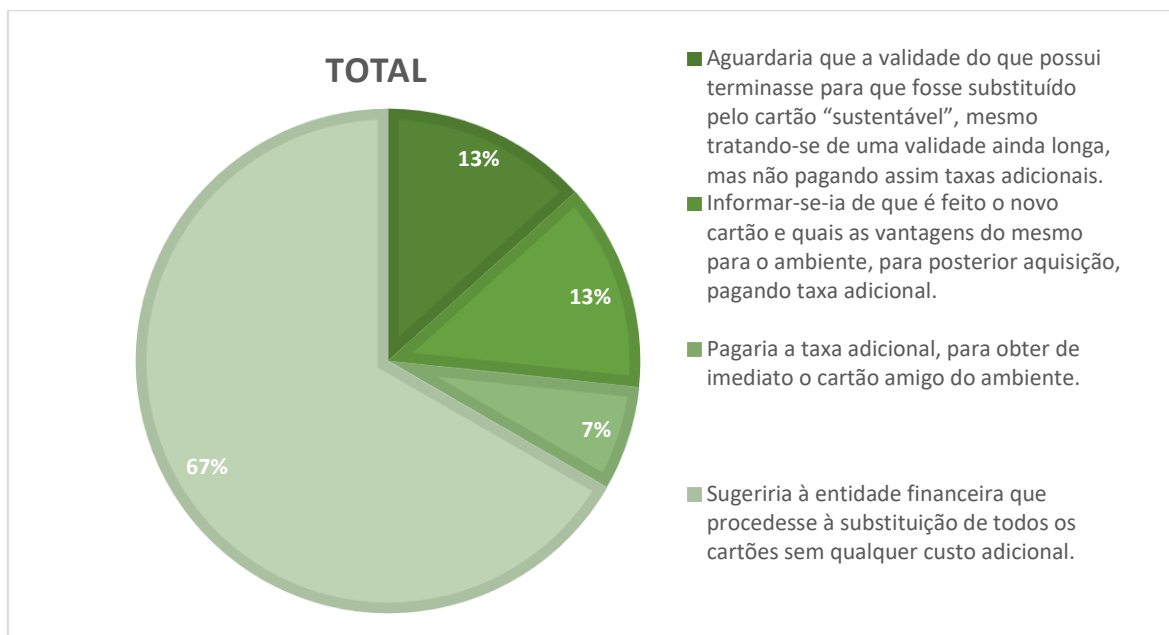


Gráfico 4.23 Cartão bancário totalmente sustentável

Fonte: Elaboração própria

Observando o Gráfico 4.23, de um total de 15 inquiridos é possível concluir que 67% dos inquiridos sugeriria à entidade financeira que procedesse à substituição de todos os cartões sem qualquer custo adicional, se a instituição na qual têm conta propusesse amanhã o pagamento de uma taxa adicional para que pudessem substituir o seu cartão bancário por um cartão totalmente sustentável (cartões de débito e crédito, produzidos através de PVC degradável ou PETG reciclado). De realçar ainda que apenas 7% dos inquiridos estaria disposto a pagar a taxa adicional, para obter de imediato o cartão amigo do ambiente

Pergunta 27. Já ouviu falar da Gestão Discricionária de Carteira?

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

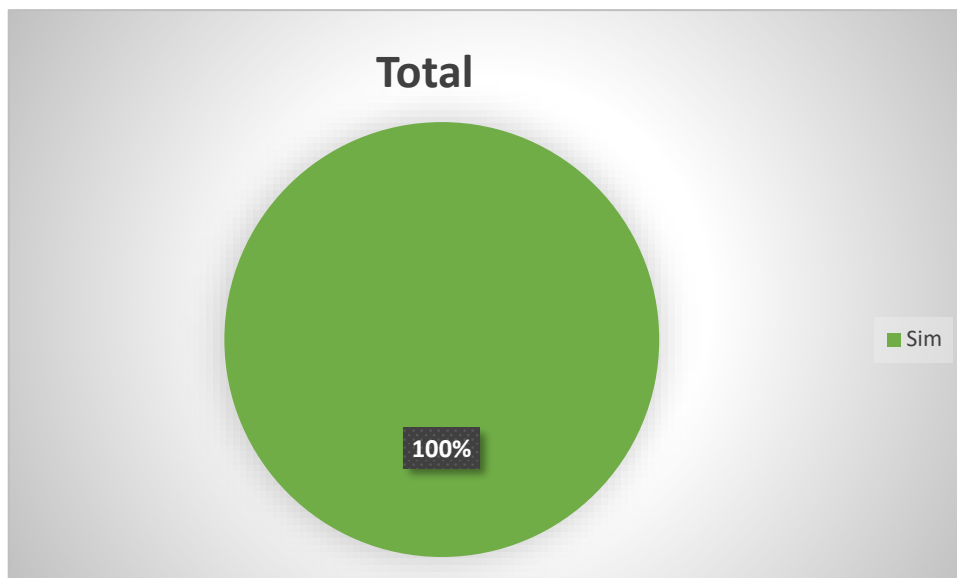


Gráfico 4.24 Gestão Discricionária de Carteira

Fonte: Elaboração própria

Com esta questão pretendeu-se perceber se dos 15 investidores sabiam o que se trata o produto Gestão Discricionária de Carteira, isto é um serviço disponibilizado pela banca a partir de um determinado valor de envolvimento que o cliente contrata com base no seu perfil de risco, conferindo ao banco o mandato de gerir o seu património, durante um período de tempo, e pelo qual o cliente se dispõe a pagar uma determinada comissão, com objetivo de obter níveis de rentabilidade do seu património a longo prazo, 100% dos inquiridos tem conhecimento deste produto disponível no mercado (Gráfico 4.24).

Pergunta 28. Já contratou o serviço de Gestão Discricionária de Carteiras numa vertente de investimento socialmente responsável?

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

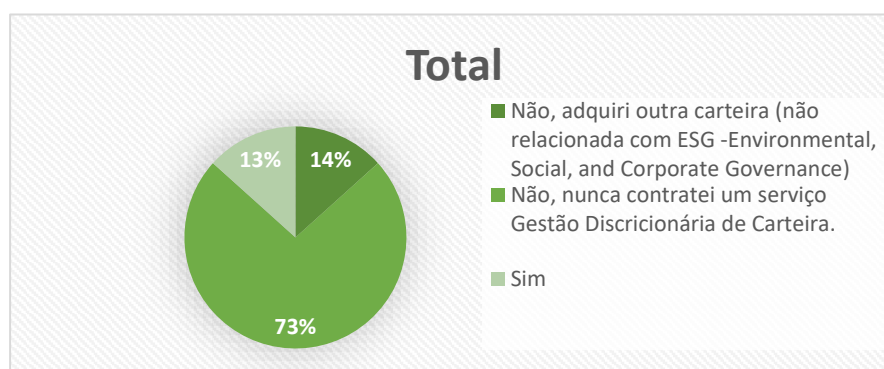


Gráfico 4.25 Contratação Gestão Discricionária de Carteira

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à contratação do serviço Gestão Discricionária de Carteira, é possível concluirmos que dos 15 inquiridos, 13% já adquiriu serviço Gestão Discricionária de Carteira numa vertente de investimento socialmente responsável, 14% adquiriu serviço Gestão Discricionária de Carteira não relacionada com ESG - Environmental, Social, and Corporate Governance (Gráfico 4.25).

Pergunta 29. Recomendaria um produto financeiro socialmente responsável a terceiros?

Respondem os inquiridos que investem em produtos financeiros socialmente responsáveis
n=15

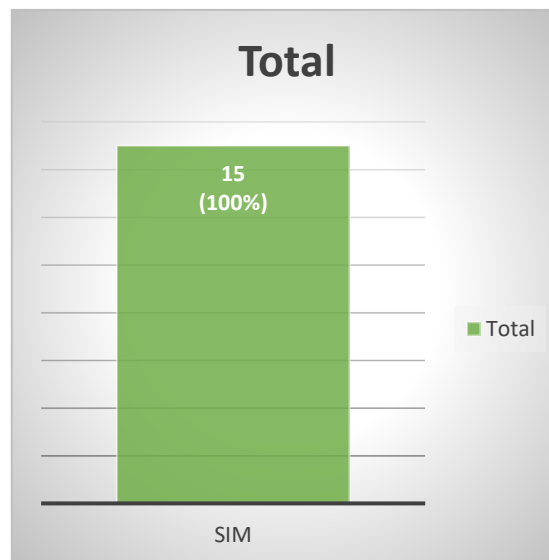


Gráfico 4.26 Recomendação de um produto financeiro socialmente responsável

Fonte: Elaboração própria

Conclui-se através desta pergunta que todos os investidores em produtos financeiros socialmente responsáveis, estão dispostos a recomendar produtos financeiros socialmente responsáveis a terceiros (Gráfico 4.26).

Análise das perguntas aos inquiridos que não adquiriram produtos financeiros socialmente responsáveis

Pergunta 21. Estaria disposto(a) a aderir a produtos/serviços bancários/financeiros socialmente responsáveis?

Respondem os inquiridos que não investem em produtos financeiros socialmente responsáveis n=46

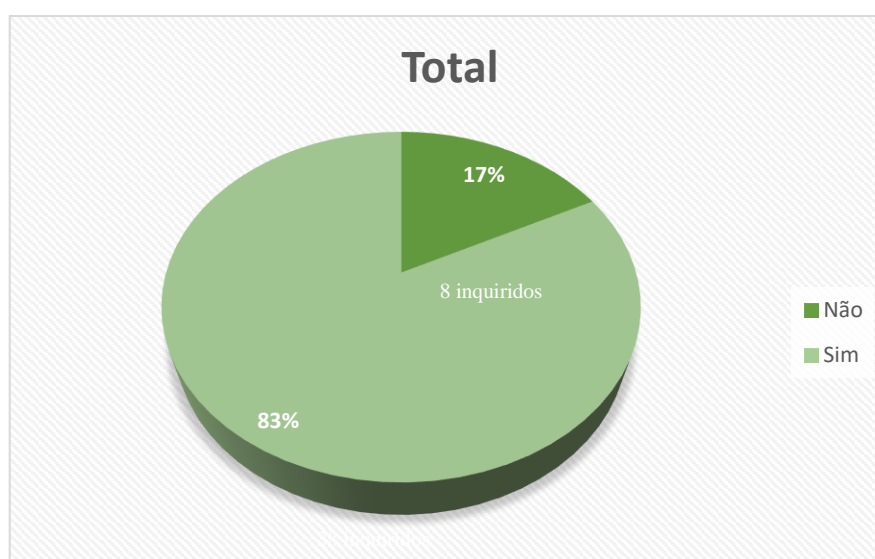


Gráfico 4.27 Disposição perante aquisição de produtos/serviços bancários/financeiros socialmente responsáveis.

Fonte: Elaboração própria

Analisando o Gráfico 4.27 concluímos que dos 38 inquiridos que não aderiram a produtos financeiros socialmente responsáveis, 83% estaria disposto a aderir a produtos relacionados com esta vertente, sendo que 17% não está disposto a adquirir a este tipo de produtos.

Análise das perguntas aos inquiridos que não estão dispostos adquirir produtos financeiros socialmente responsáveis

Pergunta 22. Quais as principais razões que o leva a não estar disposto a adquirir/subscrever um produto financeiro socialmente responsável?

Respondem os inquiridos que não investem e que não estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=8

Quadro 30 Razão para não adquirir /subscrever um produto financeiro socialmente responsável.

	Inquiridos	%
Desconhecimento do tema	6	75,0%
Indisponibilidade pessoal para investir	3	37,5%
Desemprego em longo prazo	0	0,0%
Risco de mercado financeiro	2	25,0%
Menor rentabilidade associada a estes produtos	0	0,0%
Maior risco associado a estes produtos	2	25,0%

Fonte: Elaboração própria

Dos 17% dos inquiridos (n=8), que não estão dispostos a aderir a produtos financeiros socialmente responsáveis, as principais razões que levam a esta decisão, podendo ser seleccionada mais que uma opção de resposta, são principalmente com 75% (n=6) por desconhecimento do tema, seguindo-se por indisponibilidade pessoal para investir com 37,5%, risco do mercado financeiro (25%) e o maior risco associado a estes produtos com igualmente 25% (Quadro 30).

Pergunta 22. Quais as áreas que considera mais relevantes enquanto área para um produto/serviço bancário/financeiro socialmente responsável?

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

Quadro 31 Áreas para um produto/serviço bancário/financeiro socialmente responsável

	Inquiridos	%
Produtos financeiros, como ações ou obrigações, ou portfólios de empresas com bom desempenho ambiental	16	42,1%
Produtos financeiros, como ações ou obrigações, ou portfólios de empresas com bom desempenho social	11	28,9%
Linhas de casa eficiente, com destaque para a eficiência energética, hídrica, como também a gestão de resíduos urbanos	18	47,4%
Produtos estruturados de empresas que se destacam na utilização de melhores práticas ambientais	7	18,4%
Produtos estruturados de empresas que se destacam na utilização de melhores práticas sociais	5	13,2%
Conta bancária, totalmente neutra de emissão de Co2	7	18,4%
Cartões de débito e crédito, produzidos através de PVC degradável ou PETG reciclado	13	34,2%
Linha de crédito, para incentivar aquisição de viaturas híbridas e elétricas.	12	31,6%
Linhas de crédito para empresas, que têm como principal objetivo reduzir os seus impactos ambientais e sociais negativos	13	34,2%
Não valorizo em particular nenhuma das alíneas acima indicadas	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria

Esta questão poderia ser respondida com mais de que uma opção de resposta, com base nessas respostas, é possível verificar que todos os inquiridos que estão dispostos a aderir a produtos/serviços bancários/financeiros socialmente responsáveis (n=38), consideram como áreas mais relevantes as “linhas de casa eficiente, com destaque para a eficiência energética, hídrica, como também a gestão de resíduos urbanos” com 47,4% (n=18), com 42% “Produtos financeiros, como ações ou obrigações, ou portfólios de empresas com bom desempenho ambiental”. Com 34,2% (n=13) temos um produto que deverá fazer parte de todas instituições financeiras, uma vez que são produzidos milhares por ano e teria um impacto significativo contribuindo para o bom desempenho ambiental que são os cartões de débito e crédito, produzidos através de PVC degradável ou PETG reciclado (Quadro 31).

Pergunta 23. Na sua compra teria em atenção a rentabilidade do produto financeiro socialmente responsável?

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

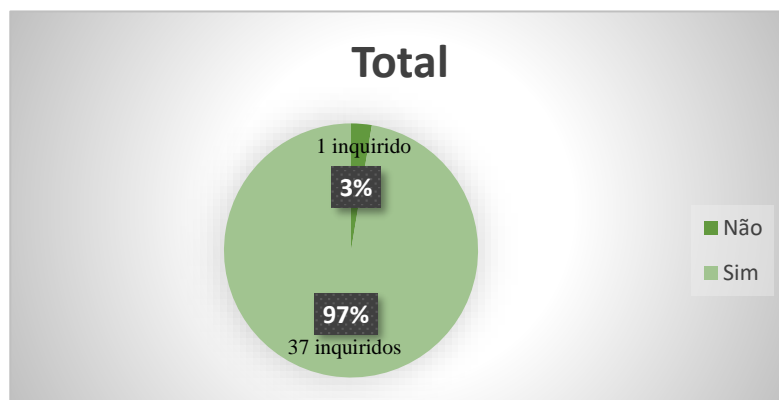


Gráfico 4.28 Rentabilidade do produto financeiro socialmente responsável na aquisição

Fonte: Elaboração própria

O fator rentabilidade, com base na análise do Gráfico 4.28, percebemos que seria um fato de extrema relevância para 97% dos inquiridos que ainda não possuem um produto financeiro socialmente responsável.

Pergunta 24. Mesmo que obtivesse uma rentabilidade mais baixa, estaria disposto a aderir dado que se trata de um produto financeiro socialmente responsável?

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

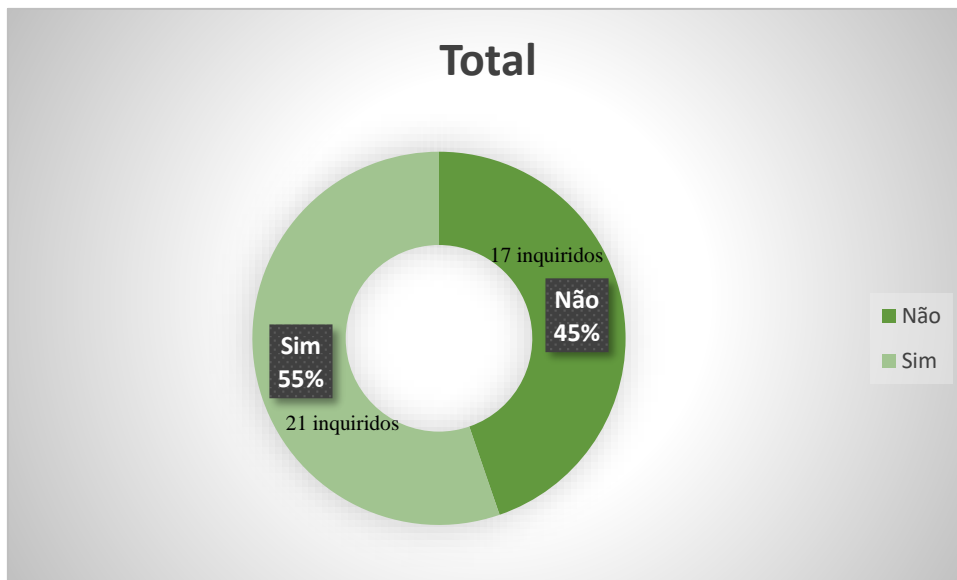


Gráfico 4.29 Rentabilidade do produto financeiro socialmente responsável

Fonte: Elaboração própria

Com análise do gráfico acima, percebemos que mais de 50% dos inquiridos, estaria disposto a aderir a um produto financeiro socialmente responsável mesmo que esse traduzisse uma rentabilidade inferior. Conclui-se assim que o facto de ser um produto que contribui para um bom desempenho ambiental e/ou social tem influência na hora da aquisição (Gráfico 4.29).

Pergunta 25. Quais as suas prioridades que teria em consideração aquando da escolha de um produto financeiro socialmente responsável? Ordene de 1 a 4, sendo 1 menos importante e 4 mais importante.

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

A análise aos Quadros 32 a 35, encontram-se na sequência da apresentação dos quadros.

Quadro 32 Garantia de capital investido para não investidores

Garantia de Capital Investido	Inquiridos	%
1	3	7,9%
2	5	13,2%
3	9	23,7%
4	21	55,3%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 33 Retorno financeiro ou rentabilidade proporcionada pelo produto em termos históricos para não investidores

Retorno financeiro ou rentabilidade proporcionada pelo produto em termos históricos	Inquiridos	%
1	4	10,5%
2	5	13,2%
3	17	44,7%
4	12	31,6%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 34 Liquidez do produto financeiro para não investidores

Liquidez do produto financeiro	Inquiridos	%
1	11	28,9%
2	16	42,1%
3	8	21,1%
4	3	7,9%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 35 Tributação associada ao produto financeiro para não investidores

Tributação associada ao produto financeiro	Inquiridos	%
1	20	52,6%
2	12	31,6%
3	4	10,5%
4	2	5,3%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quando falamos nas prioridades que os inquiridos não investidores teriam em consideração aquando da escolha de um produto financeiro, ordenado numa escala de 1 a 4, sendo 1 o menos importante e o 4 mais importante, destaca-se para a importância que 55,3% dos inquiridos atribui à Garantia do capital investido e com 31,6% para a importância do Retorno financeiro ou rentabilidade proporcionada pelo produto em termos históricos.

No que diz respeito às prioridades das quais são atribuídas menor grau de importância pelos inquiridos, tendo sido classificadas com a escala de 1 e 2, sendo 1 menos importante, são a liquidez do produto financeiro com 71% (28,9%+42,1%) de respostas e a tributação associada ao produto financeiro com 84,2% (52,6% +31,6%) (Quadros 32, 33, 34 e 35).

Pergunta 26. Quais os fatores que consideraria mais relevantes no apoio à sua decisão de investimentos financeiros? Ordene de 1 a 5, sendo 1 o menos relevante e 5 o mais relevante.

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

A análise aos quadros 36 a 40, encontram-se na sequência da apresentação dos quadros

Quadro 36 Experiência com a instituição financeira para não investidores

Experiência com a instituição financeira	Inquiridos	%
1	2	5,3%
2	2	5,3%
3	6	15,8%
4	9	23,7%
5	19	50,0%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 37 Aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário para não investidores

Aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário	Inquiridos	%
1	2	5,3%
2	1	2,6%
3	8	21,1%
4	15	39,5%
5	12	31,6%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 38 Folhetos informativos para não investidores

Folhetos informativos	Inquiridos	%
1	16	42,1%
2	9	23,7%
3	5	13,2%
4	6	15,8%
5	2	5,3%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 39 Publicidade através dos meios de comunicação para não investidores

Publicidade através dos meios de comunicação	Inquiridos	%
1	10	26,3%
2	20	52,6%
3	5	13,2%
4	3	7,9%
5	0	0,0%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quadro 40 Aconselhamento de familiares e amigos para não investidores

Aconselhamento de familiares e amigos	Inquiridos	%
1	8	21,1%
2	6	15,8%
3	14	36,8%
4	5	13,2%
5	5	13,2%
Total Geral	38	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Para os inquiridos não investidores os fatores que considerariam mais relevantes no apoio à sua decisão de investimentos financeiros, são com maior relevância obtendo uma classificação 5 a “Experiência com a instituição financeira” com 50% (n=19) e o “Aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário”, para 12 inquiridos (31,6%) e com menos relevância para os inquiridos, classificadas com a escala de 1, destaca-se os “Folhetos informativos” com 42,1% (n=16) e a “Publicidade através dos meios de comunicação” com 26,3% (n=10) (Quadros 36, 37, 38, 39 e 40).

Pergunta 27. Se a sua instituição financeira, lhe propusesse amanhã o pagamento de uma taxa adicional para que pudesse substituir o seu cartão bancário por um cartão totalmente sustentável (cartões de débito e crédito, produzidos através de PVC degradável ou PETG reciclado). Como reagiria?

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

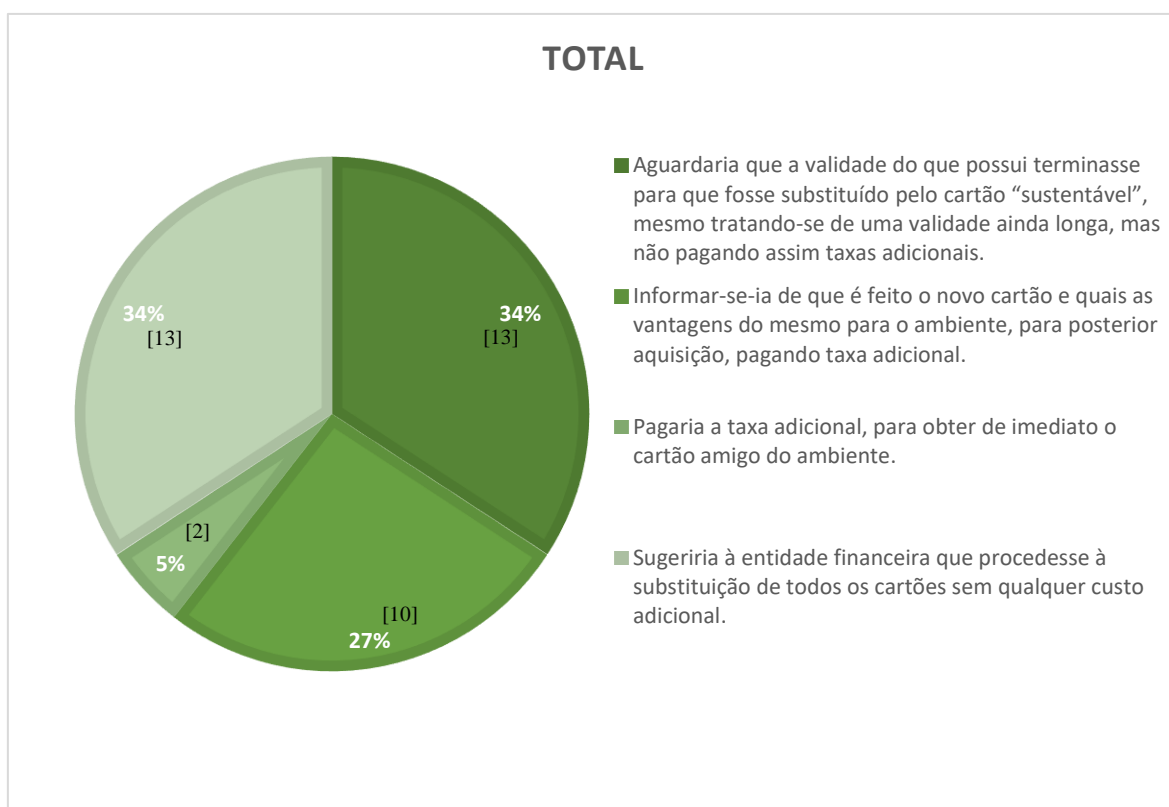


Gráfico 4.30 Cartão bancário débito/crédito totalmente sustentável

Fonte: Elaboração própria

Quando falamos do produto bancário com maior utilização no dia-a-dia, os 38 inquiridos que não adquiriram produtos financeiros socialmente responsáveis, dividem a sua opinião caso a entidade lhe propusesse o pagamento de uma taxa adicional para que pudesse substituir o seu cartão bancário por um cartão totalmente sustentável (cartões de débito e crédito, produzidos através de PVC degradável ou PETG reciclado). Com 32% (27%+5%) os inquiridos estariam dispostos a pagar uma taxa adicional para a substituição do cartão, 34% aguardariam que a validade do que possuem terminasse para que fosse posteriormente substituído por um cartão “sustentável” não pagando nenhum custo adicional e os restantes 34% sugeririam à entidade que procedesse à substituição sem qualquer custo adicional (Gráfico 4.30).

Pergunta 28. Recomendaria um produto financeiro socialmente responsável a terceiros?

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

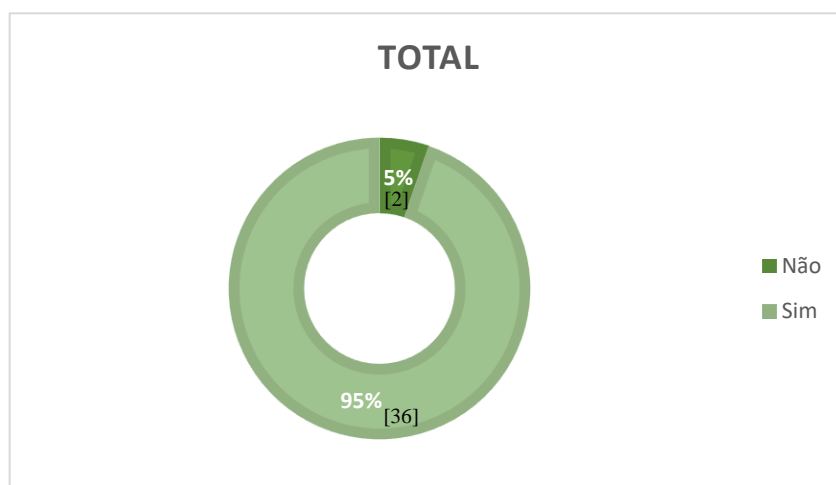


Gráfico 4.31 Recomendação de um produto financeiro socialmente responsável por parte dos não investidores

Fonte: Elaboração própria

Com base na análise do Gráfico 4.31 verificamos apesar de serem não investidores em produtos socialmente responsáveis, 95% dos inquiridos (n=36) estariam dispostos a recomendar um produto com estas características.

Pergunta 29. Após a resposta a este questionário, reconsidera a sua resposta à pergunta “Já adquiriu produtos financeiros socialmente responsáveis” pois já tinha adquirido produtos financeiros socialmente responsáveis, mesmo não sabendo que estava a adquirir?

Respondem os inquiridos que não investem e que estão dispostos a investir em produtos financeiros socialmente responsáveis n=38

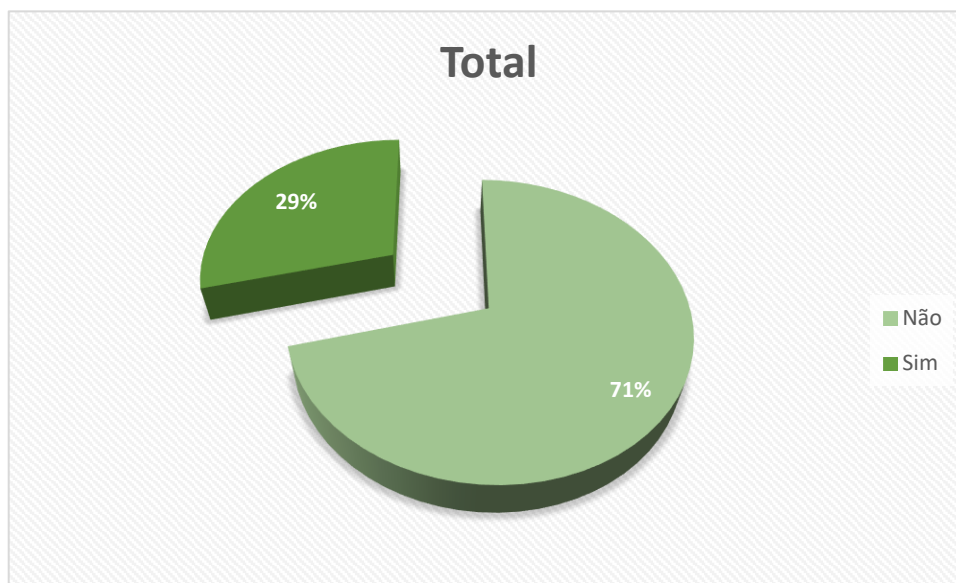


Gráfico 4.32 Reconsideração na resposta “Já adquiriu produtos financeiros socialmente responsáveis”

Fonte: Elaboração própria

Dos 38 inquiridos que responderam que nunca adquiriram produtos financeiros socialmente responsáveis, 29% (n=11) reconsidera a sua resposta e já tinham adquirido produtos financeiros socialmente responsáveis, mesmo não sabendo que estavam a adquirir (Gráfico 4.32).

4.2 Análise das Entrevistas realizadas

As entrevistas foram a abordagem qualitativa utilizada nesta investigação.

As entrevistas foram realizadas a dois intervenientes que trabalham diretamente com área em estudo nesta investigação.

Entrevista ao Dr. Hugo Freitas – Team Leader do Investment Products no Abanca Portugal, começou por indicar que a adesão a este tipo de produtos teve dois momentos distintos, até 2018 houve um ritmo moderado, entre outros, devido à falta de regulação ou clarificação legislativa e a desconfiança por parte dos potenciais interessados a esta nova realidade. Entretanto, com o aumento da regulação, as exigências de apresentação periódica de informação não financeira às empresas cotadas, assim como a massiva disseminação de produtos ESG na oferta dos bancos, esta realidade mudou significativamente.

Hugo Freitas concluiu sobre a adesão a produtos financeiros com o “selo” ESG, de que é inegável a nível global e ainda mais a nível europeu uma grande adesão a produtos de investimento ESG e Portugal não tem sido uma exceção neste continente, antes pelo contrário. Quanto à Europa, é líder mundial nesta luta contra as alterações climáticas e na sensibilização das pessoas por isso está também patente em comparação com as demais áreas geográficas nas alocações feitas a este tipo de estratégias.

Sobre o que leva os clientes a aderirem a este tipo de produtos, Hugo Freitas explicou que para além das preocupações sobre a sustentabilidade, as motivações de índole financeira começam cada vez mais a ser evidentes com a afirmação em pleno das estratégias ESG. Numa primeira fase notou-se uma oferta genericamente focada em ESG e muito baseada em critérios de exclusão, numa segunda fase os critérios ambientais começaram a ser mais trabalhados e por último tem-se assistido a um aumento da preocupação com oferta focada no “social” com apoios às comunidades mais carenciadas. Em 2022 dever-se-á entrar finalmente na área ainda menos explorada a Governance.

O responsável do Abanca Portugal deixou a indicação e sobre as áreas com melhor aceitação pelos clientes ao nível de produtos financeiros socialmente responsáveis e os produtos de maior adesão por parte dos clientes, só ao longo deste ano haverá uma maior definição.

Ainda sobre esta matéria o entrevistado especificou que no futuro, à medida que esta nova realidade for sendo assimilada, deveremos provavelmente começar a perceber um outro

nível de exigência e cultura ESG por parte dos investidores, onde estes queiram eventualmente ir mais longe, comparando métricas mais objetivas entre empresas ou mesmo entre veículos de investimento, métricas essas que à data de hoje ainda se encontram em fase de desenvolvimento, ou seja, a legislação sobre taxonomia prevista para 2022.

Sobre a aceitação das instituições financeiras para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis, Hugo Freitas disse que tem sido excelente, resultado de uma forte pressão regulatória e sobretudo porque os bancos têm preocupações de índole ambiental, social e de governo corporativo. Desta forma é uma oportunidade para demonstrar um corte com más práticas do passado, evidenciar processos operativos mais robustos e controlados e demonstrar que os bancos estão aptos a integrarem-se numa nova era mais digital e tecnológica em que o futuro da banca será bastante diferente do passado.

No ponto de vista fiscal Hugo Freitas defende uma tributação inferior, se o intuito for o de utilizar o sistema fiscal como forma de alinhar comportamentos, no entanto não lhe parece que o estado tenha grande margem de manobra nessa área ou, a ter, provavelmente cingir-se-ia a algo mais simbólico à semelhança dos atuais incentivos fiscais que existem, por exemplo, ao nível dos P.P.R.'s.

Comunidade, associações ambientalistas ou de outras áreas também deverão contribuir para o sucesso destes produtos financeiros, já que diz o entrevistado as empresas solidárias ou de proteção ambiental, ou de integração social obtêm mais apoios e passam a ter melhor aceitação da sociedade onde estão integradas. No entanto, não acredita no investimento feito única e exclusivamente devido a uma dada causa social, para esse efeito já existem os donativos sujeitos a benefícios fiscais.

Quanto aos prestadores de serviços, questões como inquirir os clientes sobre se exigem que sejam integrados ou não requisitos ESG no processo de Advisory serão uma realidade já durante este ano, isto é, os questionários de apuramento de perfil de investidor irão exigir a clarificação, tal como a lei passará a obrigar, por parte do cliente se aceita ou não a realização de aconselhamento financeiro sem a inclusão de requisitos ESG ou se exige que esse aconselhamento seja feito única e exclusivamente seguindo e cumprindo esses requisitos.

Resumindo, Hugo Freitas explicou que à medida que se vai percorrendo o caminho de drásticas mudanças no processo de aconselhamento financeiro, vão surgindo algumas exigências que terão de ser assimiladas por intermediários e por investidores e, à medida que os processos vão entrando em vigor no dia - a - dia da operativa de aconselhamento

financeiro, tornar-se-ão como uma *commoditie* ou uma nova prática standardizada e gradualmente, cada vez mais enraizada.

Quanto à entrevista ao Dr. Mário Franco, Presidente da Comissão Técnica 217 - Finanças Sustentáveis, coordenada pelo Organismo de Normalização Setorial APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, dever-se-á referir que o entrevistado em primeiro lugar quis deixar claro que apenas iria exprimir a sua visão e opinião pessoais, não comprometendo nenhuma das restantes organizações e entidades envolvidas neste processo em permanente evolução, explicou também que a subcomissão técnica de Finanças Sustentáveis, que estava integrada na Comissão Técnica 164 – Responsabilidade Social, foi autonomizada passando a Comissão Técnica (CT 217) como reconhecimento da importância do tema, do trabalho já realizado e da importância do painel de membros que dispõe, já com uma significativa representatividade.

Enquanto presidente na subcomissão de Finanças Sustentáveis do Organismo de Normalização Setorial APEE explicou que a comissão está a trabalhar em quatro pontos: acompanhamento e implementação do “Modelo de Negócio Estratégico” da Norma de Finanças Sustentáveis, aprofundamento do trabalho de definição das “Linhas Orientadoras Quadro de Finanças Sustentáveis”, ou seja, da futura Norma, acompanhamento e análise do documento de definição dos termos e conceitos de Finanças Sustentáveis e participação nos órgãos e grupos de trabalho da Norma.

Explicou ainda que do ponto de vista do conteúdo tem sido dada particular atenção à componente social das finanças sustentáveis e que se realizou uma sessão sobre o tema por ocasião da realização em Portugal da Cimeira Social da União Europeia em 2021. Sublinhou ainda que um dos principais objetivos são a normalização na área das finanças sustentáveis é a estabilização, harmonização e consolidação dos conceitos e definições associados às finanças sustentáveis tornando o mercado mais transparente e compreensível para todos.

Mário Franco aproveitou a oportunidade desta entrevista para divulgar alguns dos domínios de finanças sustentáveis que estão a ser trabalhados a nível internacional, futura ISO 32210, nos domínios ambientais, sociais e de governança (ESG), nas decisões de investimento no setor financeiro, considerando investimentos com perspectivas de mais longo prazo em atividades e projetos económicos sustentáveis, em particular alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDG).

Sobre a adesão por parte dos clientes das instituições financeiras a produtos financeiros socialmente responsáveis, o entrevistado explicou que não existem no mercado produtos financeiros sustentáveis em quantidade e qualidade que permitam ter dados que suportem afirmações conclusivas, no entanto crê que existe um interesse crescente pela sustentabilidade a todos os níveis e a área financeira não é exceção, sendo prova disso a ação regulatória que está em curso em todas as regiões do mundo. Quanto às motivações que levam a aderir a este tipo de produtos, referiu-se a algumas tendências que são hoje visíveis como seja a sustentabilidade, a segurança, a transparência, entre outros, que são uma resposta à vivência numa sociedade cada vez mais complexa, especializada, global e diversa que impele a procura de valores sólidos e de mais longo prazo. Ainda sobre este ponto na sua opinião a crise financeira de 2008, e muitos factos que se lhe seguiram, serviu também como um alerta para a necessidade criação de uma finança sustentável e assente numa visão de mais longo prazo.

Mário Franco, acredita que ainda é cedo para estabelecer quais as áreas melhor aceites pelos clientes, social, ambiental ou outras, julga não há um elemento único, e que as pessoas vão olhar para este tema no seu conjunto não esquecendo a questão da governação e as respetivas políticas que terão grande importância neste assunto.

Sobre a aceitação das instituições financeiras para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis, o presidente da Comissão Técnica 217, está convicto que será uma área de grande crescimento e existem muitos sinais da atenção das entidades financeiras no âmbito da responsabilidade social já que os produtos financeiros socialmente responsáveis dão uma resposta às questões que estão diretamente relacionadas com as preocupações dos clientes na sua vida quotidiana e esse será certamente um elemento dinamizador do mercado.

Para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis, Mário Franco apontou as que considera serem as duas barreiras principais, a falta de métricas e falta de normas detalhadas e globais, ou seja, são precisas métricas e dados objetivos, de *blockchain*, inteligência artificial e de sistemas de dados sofisticados.

Na área fiscal, este especialista indica que faria sentido que existisse uma tributação inferior, mas para isso seria necessário ver o tema num quadro geral da fiscalidade, ou seja, ver o deve e o haver, uma vez podem existir alguns benefícios numa tributação para um tipo de produto financeiro, mas também é necessário garantir a estabilidade financeira das

instituições e dos países. Achando a questão oportuna, sublinhou que o papel dos Estados é fundamental para uma efetiva transição do setor financeiro, para um novo modelo baseado nas finanças sustentáveis, pelo que muito ainda pode e deve ser feito em matérias de regulamentação, e supervisão nomeadamente através de emissão de dívida soberana sustentável, verde ou social.

Sobre o contributo da comunidade nomeadamente de associações ambientalistas na comercialização de produtos financeiros socialmente sustentáveis, Mário Franco diz que o principal contributo seria envolverem-se em educação e literacia financeira, ou seja, literacia em geral pois não se pode ter literacia financeira sem saber matemática ou português ou por exemplo analisar um investimento sustentável sem se perceber de sustentabilidade.

À questão sobre se a nível de prestadores de serviços, estarão reunidas as competências necessárias para a colaboração na definição de produtos financeiros socialmente responsáveis em Portugal, o presidente da Comissão Técnica 217, disse que não existe em Portugal o número de pessoas suficientes, como na generalidade dos países, sublinhando o papel fundamental que as universidades têm na criação dos futuros empregos incluindo esta matéria.

Em nota final e resumindo Mário Franco está convicto de que o tema da “sustentabilidade” evoluirá no sentido crescente e que a principal razão será a necessidade de atrair a atenção dos investidores e clientes que têm o tema da sustentabilidade como prioritário. Pelos contactos que tem tido no âmbito da Comissão Técnica e fora dela, verifica que as instituições financeiras e outras estão a trabalhar neste sentido. Em Portugal, não tem qualquer dúvida, que o tema vai ganhando prioridade, quer pela pressão externa e interna, e principalmente pela própria consciência dos gestores que diz serem de altíssima qualidade, coisa responsável pelo alargar da ideia a toda a comunidade.

5. Conclusões

5.1 Conclusões gerais

Foi objetivo desta dissertação de mestrado avaliar e compreender a adesão dos produtos financeiros socialmente responsáveis por parte das instituições financeiras que atuam no mercado português, bem como compreender a situação dos produtos financeiros em Portugal e a sua aceitação por parte dos clientes.

Nas últimas décadas, os problemas ambientais e sociais, tornaram-se um assunto com grande interesse para a comunidade, por sua vez as ações humanas provocam um aumento das consequências negativas para o meio ambiente. É importante ter presente que segundo o Relatório Brundtland, 1987, “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo o equilíbrio entre o crescimento económico, o cuidado com o ambiente e o bem-estar social.” É assim importante que o setor financeiro atue no que diz respeito a esta temática, face às questões ambientais como também às sociais, permitindo assim o bom desempenho empresarial e a garantia da sustentabilidade futura.

No âmbito da temática, sustentabilidade e financiamento sustentável, importa destacar que já conta com uma longa caminhada, começando a ter maior relevância no setor financeiro, nomeadamente a banca, a partir da criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015, incentivando as instituições financeiras a introduzirem esta temática na sua estrutura de trabalho.

Com este trabalho foi possível obter as respostas às questões de investigação, estabelecidas:

Q1 - Qual o grau de envolvimento da banca portuguesa com produtos financeiros socialmente responsáveis?

Mediante a análise documental foi possível concluir que a maior parte das instituições financeiras que atuam no mercado português já apresentam uma preocupação para com o Ambiente, o Social e o Governo Corporativo. Sobre a oferta de produtos financeiros, apesar de ainda “escassa”, é de destacar os produtos financeiros socialmente responsáveis atualmente comercializados, como: as linhas de casa eficiente, o crédito auto viaturas elétricas e hídricas, o crédito a empresas para promover a descarbonização e a economia circular, os cartões biodegradáveis, os fundo de investimento ESG e até mesmo as contas de depósitos à ordem neutras de emissões CO₂, podemos concluir que já existe um grau de

envolvimento significativo da banca portuguesa com produtos financeiros socialmente responsáveis.

Q2 - Qual o desempenho dos produtos financeiros socialmente responsáveis em Portugal?

O desempenho dos produtos financeiros socialmente responsáveis face aos não sustentáveis, como referido na entrevista realizada ao Dr. Hugo Freitas, que a título de exemplo mencionou que se verificou “um aumento claro da overperformance das estratégias ESG face às não ESG. (...) podemos constatar que o índice MSCI Europe performou entre 31.12.2019 e 15.10.2021 +11,38% ao passo que o índice MSCI Europe ESG Leaders performou +14,65%, evidenciando deste modo uma overperformance de +3,27%, as respetivas performances anualizadas diferem quase 2%! [+11,16% Vs +9,34% (+1,82%).]”

Q3 - O mercado português estará recetivo a produtos financeiros socialmente responsáveis?

Considerando a amostra analisada, pode-se apurar que a maioria dos inquiridos está recetivo a estes produtos financeiros socialmente responsáveis.

Em resumo, de uma amostra de 61 inquiridos, 15 inquiridos já adquiriram produtos com estas características e 38 inquiridos estão dispostos a aderir produtos financeiros desta natureza.

A oferta de produtos ESG, tem vindo mais que a duplicar se pensarmos nos últimos 5 anos, sendo que esta tendência não deverá mostrar algum tipo de abrandamento em 2022, antes pelo contrário.

Q4 - Que características os produtos financeiros socialmente responsáveis deverão ter por forma a melhor corresponder aos interesses dos clientes?

Os resultados do inquérito permitem concluir que existe pelo menos duas características com grande relevância que os produtos financeiros poderão apresentar por forma a corresponder aos interesses dos clientes que são a garantia do capital investido e o retorno financeiro ou rentabilidade proporcionada pelo produto em termos históricos. No que diz respeito ao que os inquiridos considerariam mais relevante no apoio à sua decisão de investimentos financeiros, foi destacado com maior relevância a experiência com a instituição financeira e o aconselhamento do gestor de conta/funcionário bancário.

Q5 - Existem clientes da banca especialmente interessados em produtos financeiros socialmente responsáveis, que constituam um nicho de mercado importante para a banca?

Após a análise das entrevistas realizadas e das respostas aos inquéritos analisados, ficou evidente que existem clientes da banca especialmente interessados em produtos financeiros socialmente responsáveis, que constituam um nicho de mercado importante para a banca, sendo que a esta realidade absorvida, irá existir um nível de exigência superior por parte dos clientes bancários no que diz respeito a esta temática.

Em conclusão, tornou-se evidente que o caminho a seguir é o da sustentabilidade no setor financeiro, uma vez que é através deste que irá ser possível atingir mais depressa a finança sustentável e por sua vez promover a literacia financeira. A banca encontra-se assim com os objetivos alinhados para o novo modelo de negócio baseado no investimento sustentável, permitindo atingir níveis de rentibilidade superiores no longo prazo.

5.2 Limitações do estudo

Esta investigação apresentou algumas limitações que em contrapartida poderão resultar em sugestões para investigações futuras.

A principal limitação, foi o facto de se ter recorrido a um questionário em formato digital, não sendo possível estar presente e perceber a dedicação de cada um dos inquiridos na sua resposta.

A amostra recolhida, não probabilística dificulta e condiciona a análise dos resultados obtidos para um universo maior.

Outra condicionante prende-se pelo facto de ainda não existir uma grande variedade e um leque diversificado de produtos financeiros socialmente responsáveis na banca portuguesa, o que não permite analisar o impacto que estes poderiam vir a ter na banca de retalho, caso houvesse uma maior diversidade destes produtos.

5.3 Sugestões para futuros estudos

Em investigações futuras, seria interessante efetuar uma análise a produtos que venham a surgir após a finança se tornar cada vez mais sustentável e o setor financeiro alinhado com os ODS. Seria igualmente interessante efetuar um contacto de acompanhamento a todos aqueles inquiridos que responderam que teriam interesse em aderir a produtos financeiros

socialmente responsáveis, realizando um inquérito de satisfação para com os mesmos com propósito de avaliar a atuação do mercado financeiro nesta vertente e a sua nova realidade, que é a sustentabilidade.

Por outro lado, também seria importante analisar quais as mudanças que estes produtos irão proporcionar no médio/longo prazo e não no curto prazo.

Bibliografia

- Augusto, C. E. (2018). *Investimento socialmente responsável: a tangibilidade financeira* (Tese de mestrado, Universidade de Évora, Évora, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/14636> [Consultado em novembro de 2021].
- Banco BPI. (2021). Responsabilidade Social [Web Site]. Disponível em <https://www.bancobpi.pt/responsabilidade-social> [Consultado em abril de 2022].
- Banco Central Europeu. (2020). *Guide on climate-related and environmental risks Supervisory expectations relating to risk management and disclosure*. Disponível em <https://www.bankingsupervision.europa.eu/ecb/pub/pdf/ssm.202011finalguideonclimate-relatedandenvironmentalrisks~58213f6564.en.pdf> [Consultado em abril de 2022].
- Baptista, C. S., & Sousa, M. J. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Tese e Relatórios - Segundo Bolonha*. (4ª Ed). Lisboa: Pactor.
- Bardin, L. (2018). *Análise de Conteúdo* (5ª ed.). Lisboa: Edições 70
- Coelho, C. (2020) Diretrizes da sustentabilidade [Web site]. Disponível em <https://bcsdportugal.org/diretrizes-da-sustentabilidade-sustainable-finance/> [Consultado em abril de 2022].
- BCSD. (2018). Sustainable Finance [Web site]. Disponível em <https://bcsdportugal.org/sustainable-finance/> [Consultado em abril de 2022].
- BCSD. (n.d). Sustentabilidade [Web site]. Disponível em <https://bcsdportugal.org/sustentabilidade/> [Consultado em abril de 2022].
- Cabo, I. (2018). *A sustentabilidade como fator impulsionador da competitividade empresarial - os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) o caso BNP PARIBAS* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.21/10850> [Consultado em novembro de 2021].
- Castanheira, L. & Gouveia, J. B. (2004). *Energia, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*. Porto: SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação

- CGD. (2019). *Áreas estratégicas de sustentabilidade da caixa*. Disponível em <https://www.cgd.pt/Institucional/Noticias/PublishingImages/Conferencia-ONU-Nov2019/ODS.pdf> [Consultado em março de 2022].
- CMVM. (n.d). O que é a CMVM? [Web site]. Disponível em <https://www.cmvm.pt/pt/CMVM/Apresentacao/Pages/Apresentacao-o-que-e-a-CMVM.aspx> [Consultado em julho de 2022].
- CMVM (2020, 15 de dezembro). *Conversas na CMVM: Das Finanças Sustentáveis a um Planeta Sustentável*. [Vídeo file] Disponível em <https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/ConferenciasdaCMVM/Pages/encontros-de-sustentabilidade-2020.aspx?v=> [Consultado em março de 2022].
- CMVM. (2019). CMVM assina carta de compromisso para o financiamento sustentável [Web site]. Disponível em <https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/Comunicados/Pages/20190715g.aspx> [Consultado em março de 2022].
- Comissão das comunidades europeias (2002). *Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52002DC0347&from=PT> [Consultado em abril de 2022].
- Comissão Europeia (2011). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas.
- Comissão Europeia (s.d). *Visão geral do financiamento sustentável*. Disponível em https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_pt [Consultado em março de 2022].
- Costa, D. (2022, 25 de fevereiro). O que são planos de pensões. RANKIA. Disponível em <https://www.rankia.pt/fundos-de-investimento/o-que-sao-planos-de-pensoes/>[Consultado em abril de 2022].
- Cristófaló, R., Akaki, A., Abe, T., Morano, R., & Miraglia, S. (2016). Sustentabilidade e o Mercado Financeiro: Estudo do desempenho de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial. *Revista de Gestão*. 4 (23). 286-297.

Dicionário do desenvolvimento (2019). *Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2019/01/DD_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL.pdf [Consultado em abril de 2022]

Duarte, R. (2004). *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Disponível em <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf> [Consultado em novembro de 2021].

Hill, M. M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Sílabo
Instituição Financeira do Desenvolvimento. (2019). *Carta de compromisso para o financiamento Sustentável em Portugal*. Disponível em http://www.ifd.pt/wp-content/uploads/Documents/outras_inf/Carta_Compromissos.pdf [Consultado em novembro de 2021].

Instituto de Marketing Research (2019). Responsabilidade social: 7 razões para a sua empresa adotar [Web Site]. Disponível em <https://www.imr.pt/pt/noticias/responsabilidade-social-7-razoes-para-a-sua-empresa-adotar> [Consultado em fevereiro de 2022].

Matoso, R., (2010). *Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável*. [e-book]. Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/8953> [Consultado em novembro de 2021].

Millennium BCP. (2020). *Contributo do BCP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das nações Unidas*. Disponível em https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/sustentabilidade/Documents/2020/Relat-ODS-Millenniumbcp_pt_16set20.pdf [Consultado em abril de 2022].

Millennium BCP. (2021). Sustentabilidade [Web Site]. Disponível em <https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/sustentabilidade/Pages/sustentabilidade.aspx> [Consultado em abril de 2022].

Nações Unidas (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> [Consultado em abril de 2022].

Nascimento, E. P. (2012). *Trajectoria da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. (Trabalho académico, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de

São Paulo, São Paulo, Brasil.) Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005> [Consultado em novembro de 2021].

Silva, B. (2020, 02 de julho). BBVA lança fundo de pensões gerido com critérios de investimento socialmente responsável. *ECO SAPO*. Disponível em <https://eco.sapo.pt/2020/07/02/bbva-lanca-fundo-de-pensoes-gerido-com-criterios-de-investimento-socialmente-responsavel/> [Consultado em abril de 2022].

Novo Banco. (2021). Sustentabilidade [Web Site]. Disponível em <https://www.novobanco.pt/institucional> [Consultado em abril de 2022].

Rankia. (2021). O que é Financiamento Sustentável e quais são suas vantagens? [Web Site]. Disponível em <https://www.rankia.pt/financas-pessoais/que-e-financiamento-sustentavel-vantagens/> [Consultado em abril de 2022].

Santander. (2021). Banca Responsável [Web Site]. Disponível em <https://www.santander.pt/institucional/banca-responsavel> [Consultado em abril de 2022].

Santos, J. R. & Henriques, S. (2021). *Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos*. [e-book]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/10696> [Consultado em novembro de 2021].

Santos, M. J. N., Almeida, J. L., Sampaio, J. J., Henriques, P. L. & Eusébio, C. (2005). *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*. Oeiras: Celta.

Sapo. (2020). Casa da Moeda tem novos cartões amigos do ambiente. São sustentáveis e degradáveis. [Web Site]. Disponível em <https://eco.sapo.pt/2020/10/21/casa-da-moeda-tem-novos-cartoes-amigos-do-ambiente-sao-sustentaveis-e-degradaveis/> [Consultado em novembro de 2021].

Tashakkori, A. & Teddlie, C. (2003). *The Sage Handbook of Mixed Methods Research in Social & Behavioral Research*. London: Sage.

Anexos

Anexo 1: Expectativas de supervisão relativas à gestão e divulgação de riscos

Tradução livre do autor. No original:

Número	Expectativa
1	<p>Prevê-se que as instituições compreendam o impacto dos riscos climáticos e ambientais no que toca ao mercado em que operam.</p> <p>O objetivo é a curto, médio e longo prazo, ser possível tomar melhores decisões económicas que levem a uma estratégia mais informativa</p>
2	<p>Quando determinando e implementando a sua estratégia de negócios, é esperado que as instituições consigam integrar em riscos climáticos e ambientais que impactam o seu negócio ambiental em curto, médio e longo prazo.</p>
3	<p>Espera-se que a Administração considere riscos ambientais e relacionados com o clima quando desenvolver a estratégia de negócios geral da instituição, objetivos de negócios e gestão de riscos, devendo exercer uma supervisão eficaz dos riscos ambientais e relacionados com o clima.</p>
4	<p>Espera-se que as instituições explicitamente incluam riscos climáticos e ambientais na sua estrutura.</p>
5	<p>Espera-se que as instituições atribuam responsabilidade pela gestão de recursos relacionados com o clima e riscos ambientais dentro da estrutura organizacional, de acordo com as três linhas de modelo de defesa.</p>
6	<p>Com o propósito de reporte interno, espera-se que as instituições reportem dados de risco agregados que reflitam a exposição dos seus riscos climáticos e ambientais para poderem ter uma visão de gestão e subcomitês relevantes que possam tomar decisões informativas.</p>

7	Espera-se que as instituições incorporem riscos relacionados com o ambiente e clima como fatores determinantes nas categorias de risco estabelecidas na estrutura de gestão de riscos existentes. Espera-se que igualmente as instituições identifiquem e quantifiquem esses riscos no processo geral de garantir a adequação do capital
8	Na gestão de risco de crédito, são esperadas que as instituições considerem os riscos climáticos e ambientais em todas as etapas relevantes no processo de concessão de crédito e monitorizar os riscos nos seus portfólios.
9	Espera-se que as instituições considerem a importância dos eventos ambientais e o impacto adverso na continuidade de negócio e na extensão em que a natureza das suas atividades possa aumentar o risco reputacional / risco de responsabilidade.
10	Espera-se que as instituições monitorizem numa base contínua o efeito climático e os fatores ambientais nas suas posições de risco do mercado atual e no nos futuros investimentos. E por fim desenvolver testes de stress que incorporem o risco climático e ambiental.
11	As instituições com riscos materiais relacionados com o ambiente e clima devem de avaliar a adequação dos seus testes de stress com o objetivo de os incorporar na linha de base e nos cenários adversos.
12	Espera-se que as instituições avaliem se o clima material e os riscos ambientais podem provocar saídas líquidas de caixa ou a diminuição de amortecedores de liquidez e incorporar esses fatores na gestão de risco de liquidez e no amortecedor de calibração de liquidez.
13	Para fins de investigação reguladas, espera-se que as instituições publiquem informações e métricas-chave sobre os riscos materiais ambientais e relacionados com o clima, no mínimo, de acordo com as diretrizes da comissão europeia sobre os relatórios. Suplemento sobre o relatório de informações relacionadas ao clima.

Fonte: Adaptado do Banca Central Europeu, 2020

Anexo 2: Áreas estratégicas de sustentabilidade da caixa e compromisso da Caixa para com os ODS



ÁREAS ESTRATÉGICAS DE SUSTENTABILIDADE DA CAIXA



O COMPROMISSO DA CAIXA PARA COM OS ODS



- Prémios Caixa Social
- Programa Sou Cidadão



- Carta Portuguesa para a Diversidade
- Princípios de Exclusão e Limitação Setorial



- Programa de Baixo Carbono
- Programa Eficiência Energética
- Sistema de Gestão Ambiental



- Voluntariado Corporativo
- Movimento Zero Desperdício



- Programa Casa Eficiente
- Inovação Digital - App Pagamentos e abertura conta online com autenticação digital
- Acessibilidade 3AAA site institucional
- Princípios de Exclusão e Limitação Setorial



- Prémios Caixa Social
- Princípios de Exclusão e Limitação Setorial
- Voluntariado Corporativo



- Programa Sou Cidadão
- Voluntariado Tempo Extra



- Agências Caixa Móvel
- Acessibilidade 3AAA site institucional
- Programa Sou Cidadão
- Prémios Mais Mundo
- Prémios Caixa Social



- Prémios Caixa Social
- Programa Floresta Caixa
- Princípios de Exclusão e Limitação Setorial



- Programa de Literacia Financeira - Saído Positivo
- Bolsas a Estudantes do Ensino Superior
- Protocolos Ensino Superior



- Declaração de Compromisso de Respeito pelos Direitos Humanos
- Carta Portuguesa para a Diversidade
- Código de Conduta
- Política de Privacidade e Proteção de Dados
- Política Fiscal
- Princípios de Exclusão e Limitação Setorial



- Carta Portuguesa para a Diversidade



- Produto com benefício ambiental - Crédito Auto
- Linhas Protocoladas de Crédito Eficiência Energética e Economia Circular
- Sistema de Gestão Ambiental



- Prémios Mais Mundo - Academia / DGE
- Prémios Caixa Social - 3.º setor
- Projeto de Reciclagem de Cartões Bancários em parceria com Extruplás



- Sistema de Gestão Ambiental
- Parceria água da torneira - EPAL



- Sistema de Gestão Ambiental
- Movimento Zero Desperdício
- Projeto Papel Zero



- Produto com benefício ambiental - Crédito Auto e Leasing para Viaturas Híbridas e Elétricas
- Linhas Protocoladas de Crédito Eficiência Energética e Economia Circular
- Programa Casa Eficiente



Anexo 3: Contributo do BCP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, no contexto do plano diretor de sustentabilidade 2021.



M

CONTRIBUTO DO BCP PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS NO CONTEXTO DO PLANO DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE 2021



Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam o maior compromisso voluntário global, formalizado entre 193 países dos cinco Continentes, e ambicionam melhorar a qualidade de vida da população mundial em todos os aspetos: social, ambiental e económico, até 2030. Portugal identificou os ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 como prioritários na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O Grupo BCP reconhece a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Considerando que a persecução dos seus 17 objetivos, e das suas 169 metas, implica um esforço conjunto dos estados, da sociedade civil e das entidades privadas, nomeadamente das empresas, o Banco assume o compromisso de trabalhar de forma ativa para um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável, em todas as geografias em que opera.

O envolvimento do Millennium bcp na concretização dos ODS pode ser encontrado, desde logo, na matriz do Banco, em particular na sua relação de proximidade com as Pessoas e capacidade para acrescentar valor social, mas também na procura de produtos e canais de distribuição inovadores e inclusivos e no espírito de serviço ao Cliente.

Assim, no âmbito de um processo contínuo com o qual se pretende estabelecer a relação – e identificar os pontos de convergência – entre a atividade do Banco, os seus valores éticos e cultura de empresa, e o preconizado pelos ODS, identificámos e caracterizámos, em 2019, o contributo do Banco para a concretização dos Objetivos e a forma como estamos a adequar a nossa proposta de valor nas diferentes operações às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Já quanto ao racional subjacente, é possível percecionar, numa atividade holística e pluridisciplinar como a desenvolvida pelo Grupo BCP (ver [Relatório de Sustentabilidade 2019](#) e [Relatório da Fundação Millennium bcp 2019](#)), a existência de elementos que podem e devem ser valorados à luz de um racional ético, com outros que traduzem racionais contextuais ou económicos.

Anexo 4: Correspondência Eletrónica para a realização do Inquérito Produtos financeiros socialmente responsáveis

Inquérito Produtos financeiros socialmente responsáveis



Remetente Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>

Bcc



Data 2021-08-09 21:48

Boa noite,

No âmbito da minha Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, peço que responda ao inquérito que segue abaixo o link de acesso.

<https://forms.gle/vC2Q77N4FHQenFEt9>

O mesmo pretende apurar e compreender qual a adesão a produtos financeiros socialmente responsáveis.

Os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e anónimos e serão utilizados exclusivamente para fins de investigação científica. Peço-lhe, desta forma, que seja o mais rigoroso possível no seu preenchimento.

Desde já agradeço atenção dispensada.

Com os meus melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

Anexo 5: Correspondência Eletrónica para a realização do Pré-teste Inquérito Produtos financeiros socialmente responsáveis

Pré-Teste Inquérito Produtos financeiros socialmente responsáveis



Remetente Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>

Bcc

Data 2021-07-05 21:50

Boa noite,

No âmbito da minha Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, peço que responda ao inquérito que segue abaixo link de acesso.

<https://forms.gle/tw9j9YmqE6Tu51UH7>

Esta é uma fase de pré-teste, por esse motivo peço que responda ao mesmo e se considerar relevante alguma sugestão e/ou alteração que se deva proceder, faça-o por esta mesma via.

Na fase final do pré teste, se não existir nenhuma alteração relevante ao inquérito, as respostas dadas serão consideradas para a investigação, por esse motivo agradeço que seja o mais rigoroso possível no seu preenchimento.

Desde já agradeço atenção dispensada.

Com os meus melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

Anexo 6: Guiões de entrevistas Dr. Mário Franco e Dr. Hugo Freitas

Entrevista ao Dr. Mário Franco - Presidente da subcomissão de Finanças Sustentáveis do organismo de Normalização Setorial da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

1. No âmbito da sua integração na subcomissão de Finanças Sustentáveis do organismo de Normalização Setorial da APEE, enquanto presidente da mesma, o que nos poderá relatar sobre as linhas fundamentais de ação que orientaram os trabalhos realizados por esta subcomissão?
2. Qual a sua perceção sobre a adesão por parte dos clientes das instituições financeiras a produtos financeiros socialmente responsáveis?
3. Quais as principais motivações dos clientes para aderirem a produtos financeiros socialmente responsáveis? (Motivação para contribuir para o bem-estar da sociedade/ motivação financeira)
4. Quais as áreas melhor aceites pelos clientes ao nível de produtos financeiros socialmente responsáveis (Área Social/ Ambiental / outras) e quais os produtos de maior adesão por parte dos clientes?
5. Qual o nível de aceitação das instituições financeiras para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?
6. Quais as principais barreiras ou dificuldades para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?
7. Faria sentido a nível fiscal que os produtos financeiros socialmente responsáveis pudessem beneficiar de uma tributação inferior às taxas usualmente aplicadas?
8. Em termos de partes interessadas (comunidade/associações ambientalistas ou de outras áreas) haverá algum contributo para o sucesso da comercialização dos produtos financeiros socialmente responsáveis?
9. Ao nível de prestadores de serviços estarão reunidas as competências necessárias para a colaboração na definição de produtos financeiros socialmente responsáveis em Portugal?
10. Em sua opinião como evoluirá a atenção das instituições financeiras ao tema sustentabilidade e questões associadas, como as alterações climáticas, emissão co2 entre outras questões?

Entrevista ao Dr. Hugo Freitas – Team Leader do Investment Products no Abanca Portugal

1. Qual a sua perceção sobre a adesão por parte dos clientes das instituições financeiras a produtos financeiros socialmente responsáveis?
2. Quais as principais motivações dos clientes para aderirem a produtos financeiros socialmente responsáveis? (Motivação para contribuir para o bem-estar da sociedade/ motivação financeira)
3. Quais as áreas melhor aceites pelos clientes ao nível de produtos financeiros socialmente responsáveis (Área Social/ Ambiental / outras) e quais os produtos de maior adesão por parte dos clientes?
4. Qual o nível de aceitação das instituições financeiras para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?
5. Quais as principais barreiras ou dificuldades para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?
6. Faria sentido a nível fiscal que os produtos financeiros socialmente responsáveis pudessem beneficiar de uma tributação inferior às taxas usualmente aplicadas?
7. Em termos de partes interessadas (comunidade/associações ambientalistas ou de outras áreas) haverá algum contributo para o sucesso da comercialização dos produtos financeiros socialmente responsáveis?
8. Ao nível de prestadores de serviços estarão reunidas as competências necessárias para a colaboração na definição de produtos financeiros socialmente responsáveis em Portugal?
9. Em sua opinião como evoluirá a atenção das instituições financeiras ao tema sustentabilidade e questões associadas, como as alterações climáticas, emissão co2 entre outras questões?

Anexo 7: Convite para a realização da entrevista Dr. Mário Franco - LinkedIn



Mário Franco · 1º

Think and Doing

15 DE AGO.



Rafaela Frazão · 09:36

Bom dia,

No seguimento da conferência "Finanças Sustentáveis", realizada no dia 17 de novembro de 2020, uma coorganização do Banco Montepio e Associação APEE, à qual tive o gosto de assistir, venho por este meio, contactá-lo a propósito do meu Mestrado de Contabilidade e Gestão de Instituições Financeiras, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), com orientação do Professor Doutor Fernando Miguel Seabra.

O objetivo da minha dissertação passa por analisar os Produtos Financeiros Socialmente Responsáveis da Banca Portuguesa.

Considerando a sua reconhecida apresentação e participação na dita conferência, e tendo em conta que a metodologia qualitativa utilizada para a elaboração da minha dissertação contempla uma análise por entrevistas, muito gostaria de lhe fazer uma entrevista presencialmente ou via ZOOM.

Em princípio a entrevista não terá duração superior a 1 hora. Se entender possível aceitar o meu pedido, agradecia desde já a disponibilização de um email, para agilizar a nossa comunicação com vista a um agendamento.

Acredito que a sua participação seria uma mais-valia para o estudo que me encontro a realizar, bem como para o meu futuro profissional.

Agradecendo a atenção dispensada a este assunto, fico a

...Agradecendo a atenção dispensada a este assunto, fico a aguardar a sua melhor resposta.
Com os melhores cumprimentos.
Rafaela Frazão



Mário Franco • 16:42

Boa tarde, muito obrigado pelo seu interesse, sugiro que a comunicação seja via zoom, o meu email é [REDACTED]
[REDACTED] muito agradecia a informação sobre a semana em que planeia a entrevista, saudações cordiais



Rafaela Frazão • 16:46

Boa tarde, desde já agradeço a sua rápida resposta, entrarei em contacto brevemente via email, com vista agendar a entrevista de acordo com a sua disponibilidade. Com os meus melhores cumprimentos.



Anexo 8: Correspondência Eletrónica para a realização da entrevista ao Dr. Mário Franco - Presidente da Comissão de Finanças Sustentáveis do organismo de Normalização Setorial da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial.



Re: Produtos financeiros sustentáveis - Entrevista via ZOOM - Rafaela Frazão



Remetente Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>
Para [Redacted]
Data 2021-11-15 22:23

Transcrição - Drº Mário Franco.docx (~42 KB)

Boa noite, Dr. Mário,

Desde já peço desculpa pelo atraso no envio da transcrição.

Gostava de agradecer mais uma vez a sua disponibilidade na realização desta entrevista.

Conforme combinado na nossa reunião, junto anexo o documento com a transcrição da entrevista, para sua validação.

Agradecia que, caso exista alguma correção a efetuar que me alertasse para posterior correção.

Gostava igualmente de perguntar se poderei mencionar na minha dissertação, o seu nome bem como o da associação (APEE)?

Com os meus melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

A 2021-09-14 13:04, Mario Franco escreveu:

Cara Rafaela Frazao,

Muito obrigado pelo mail e a informação.
Confirmo a disponibilidade para amanhã.
Saudações cordiais,

Mario Franco

Mob

From: Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>

Sent: Monday, September 13, 2021 10:38 PM

To: [Redacted]

Subject: Re: Produtos financeiros sustentáveis - Entrevista via ZOOM - Rafaela Frazão

Boa noite Dr. Mário Franco,

Agradeço a sua confirmação na entrevista.

Segue o link para a reunião de quarta-feira dia 15/09 às 10h30am.

Tópico: Produtos financeiros socialmente responsáveis

Hora: 15 set. 2021 10:30 da manhã Lisboa

Entrar na reunião Zoom

<https://us05web.zoom.us/j/87990250850?pwd=MmdpdXFVUFFmZmIxQWFlZ2E0PUElQT09>

ID da reunião: 879 9025 0850

Senha de acesso: zN3YqX

O meu contacto é [Redacted], disponha caso exista algum impedimento.

Com os melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

A 2021-09-10 11:31, Mario Franco escreveu:

Cara Rafaela Frazão,

Muito obrigado pela lista de perguntas. Face ao teor das mesmas vou responder com base na minha opinião e conhecimento pessoal, não comprometendo a posição da Comissão.

Confirmando a minha disponibilidade para a reunião, todavia solicito que a mesma se realize na quarta-feira, dia 15 as 10.30am.

Agradeço o envio do link para a reunião e o seu contato telefónico para qualquer impedimento de ultima hora.

Saudações cordiais,

Mario Franco

Mob

From: Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>

Sent: Wednesday, September 8, 2021 8:01 PM

To: [REDACTED]

Subject: Re: Produtos financeiros sustentáveis - Entrevista via ZOOM - Rafaela Frazão

Boa noite,

Conforme combinado junto envio a lista de questões a abordar na entrevista.

Após a leitura das mesmas peça que me confirme a reunião dia 14 de Setembro às 10h30, solicito que me indique em caso de impossibilidade, uma data alternativa.

Agradeço igualmente a sua autorização para a gravação da entrevista, com vista a realizar a transcrição da mesma e enviar-lhe posteriormente para sua leitura e eventual correção de alguma resposta.

Continuação de uma boa semana.

Com os melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

A 2021-09-06 09:37, Mario Franco escreveu:

Cara Rafaela Frazao,

Muito obrigado pelo seu email. Infelizmente não poderei confirmar a entrevista sem obter a lista de questões, considerando que eventualmente terei de obter a informação pretendida ou mesmo sugerir outra pessoa mais habilitada para responder.

Assim aguardo o envio da lista para dar sequência ao assunto.

Saudações cordiais,

Mario

From: Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>

Sent: Sunday, September 5, 2021 3:56 PM

To: [REDACTED]

Subject: Re: Produtos financeiros sustentáveis - Entrevista via ZOOM - Rafaela Frazão

Boa tarde Dr. Mário,

Desde já peço desculpa por só responder agora.

Confirmando a data da entrevista dia 14 de Setembro às 10h30, e em breve lhe enviarei as questões.

Querida igualmente solicitar a sua autorização para a gravação da entrevista, com vista a realizar a transcrição da mesma e enviar-lhe posteriormente para sua leitura e eventual correção de alguma resposta, autoriza a gravação?

Continuação de um bom fim de semana.

Com os meus melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

A 2021-08-24 00:15, Mario Franco escreveu:

A 2021-08-24 09:15, Mario Franco escreveu:

Cara Rafaela Frazao,

A segunda semana de Setembro poderá ser uma boa possibilidade e sugiro o dia 14 as 10.30am.

Muito agradecia se me pudesse enviar a lista de questões, tendo em consideração que poderei ter necessidade de obter informação dos nossos parceiros.

Saudações cordiais,

Mario

Mario Franco

Mob

From: Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>

Sent: Sunday, August 22, 2021 1:28 PM

To: <[REDACTED]>

Subject: Produtos financeiros sustentáveis - Entrevista via ZOOM - Rafaela Frazão

Boa tarde Dr. Mário Franco,

Mais uma vez agradeço a sua rápida resposta.

No seguimento da nossa conversa via LinkedIn, venho por este meio sugerir como referência a segunda semana de Setembro, num dia e hora a combinar de acordo com a sua disponibilidade.

Diga-me por favor qual a sua disponibilidade nessa mesma semana, peço que me indique em caso de impossibilidade, uma data alternativa.

Continuação de um bom fim de semana.

Com os meus melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

Anexo 9: Correspondência Eletrónica para a realização da entrevista ao Dr. Hugo Freitas - Team leader do Investment products no Abanca, Portugal

Entrevista - Rafaela Frazão



Remetente Rafaela Frazao <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>
Para [Redacted]
Data 2021-10-04 19:13

Guião de entrevista - Dr. Hugo Freitas Team Leader Investment Products.docx (~14 KB)

Boa tarde, Hugo

O objetivo da minha dissertação passa por analisar os Produtos Financeiros Socialmente Responsáveis, tendo em conta o seu desempenho que considero excepcional na área de atuação do departamento pelo qual o Hugo é responsável e que tenho acompanhado de perto, muito agradeço ter aceite o meu convite para a realização de uma entrevista.

No seguimento da nossa conversa, junto envio as perguntas com objetivo de obter a sua visão.

Agradeço que responda com base na sua opinião pessoal.

Fico ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos.

Rafaela Frazão

Guião de entrevista - Dr. Hugo Freitas Team Leader Investment Products.docx



Remetente [Redacted]
Para <20190174@alunos.iscal.ipl.pt>
Data 2021-10-18 17:28

Guião de entrevista - Dr. Hugo Freitas Team Leader Investment Products.docx (~251 KB)

Enviado do meu iPhone

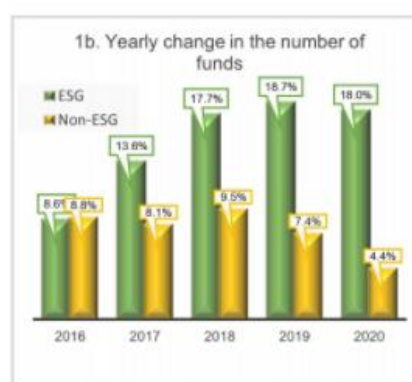
Anexo 10: Entrevista realizada ao Dr. Hugo Freitas

1. Qual a sua percepção sobre a adesão por parte dos clientes das instituições financeiras a produtos financeiros socialmente responsáveis?

Numa primeira fase, que eu diria que durou até finais de 2018, até por existir ainda muita falta de regulação ou clarificação legislativa, notava-se uma adesão a um ritmo ainda moderado fruto de alguma desconfiança ou receio e também por se tratar de uma nova realidade para a qual não existia ainda um grande numero de produtos com um histórico de desempenho real minimamente aceitável.



Source: Morningstar Direct platform and EFAMA's calculations.



Source: Morningstar Direct platform and EFAMA's calculations.

Entretanto, com o aumento da regulação, as exigências de apresentação periódica de informação não financeira às empresas cotadas, assim como a massiva disseminação de produtos ESG na oferta dos bancos, esta realidade mudou significativamente.

No gráfico superior esquerdo podemos notar não só uma tendência de crescimento do número de Fundos de Investimento com o “selo” ESG, com um aumento crescente dessa mesma tendência.



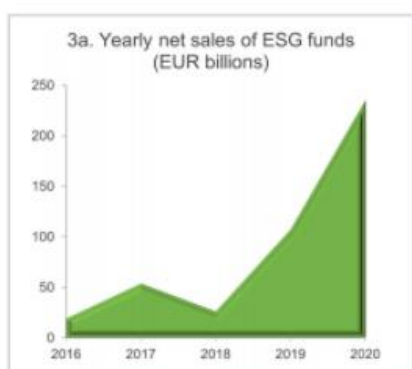
Source: Morningstar Direct platform and EFAMA's calculations.



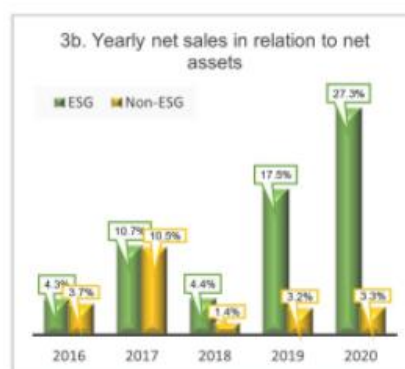
Source: Morningstar Direct platform and EFAMA's calculations.

Já relativamente aos ativos sob gestão, só em 2020, os ativos nos fundos não-ESG cresceram 4,8% e em fundos ESG dispararam 37,1%, isto depois de no ano anterior (2019) terem crescido 40,7%.

Nos dois últimos anos as vendas líquidas de fundos ESG na Europa aumentaram exponencialmente. Em 2020 as vendas líquidas ascenderam a 235.000 milhões de euros, isto representa multiplicar por 10 as de 2016, quando rondavam os 19.500 milhões.



Source: Morningstar Direct platform and EFAMA's calculations.



Source: Morningstar Direct platform and EFAMA's calculations.

Principalmente a partir de 2019 temos verificado três grandes movimentos:

- 1) Aumento substancial da oferta de produtos financeiros com o “selo” ESG, constatável no aumento expressivo do número de Fundos ESG de cerca de 1.400 (2016) para quase 3.000 em finais de 2020;
- 2) Aumento substancial das vendas de liquidas de Fundos ESG e a um ritmo bastante superior ao aumento das vendas liquidas dos fundos não ESG. Os números de 2020 equivalem a 10x mais que os números de 2016 (vêr gráfico superior do lado direito).
- 3) Eventualmente também influenciado por este fluxo massivo de capital, verificou-se um aumento claro da overperformance das estratégias ESG face às não ESG. A título de exemplo podemos constatar que o índice MSCI Europe performou entre 31.12.2019 e 15.10.2021 +11,38% ao passo que o índice MSCI Europe ESG Leaders performou +14,65%, evidenciando deste modo uma overperformance de +3,27%, as respetivas performances anualizadas diferem quase 2%! +11,16% Vs +9,34% (+1,82%).

Concluindo, é inegável a nível global e ainda mais a nível europeu uma grande adesão a produtos de investimento ESG e Portugal não tem sido uma exceção neste continente, antes

pelo contrário. A Europa é o líder mundial nesta luta contra as alterações climáticas e a sensibilidade das suas gentes está também patente em comparação com as demais áreas geográficas nas alocações feitas a este tipo de estratégias.

2. Quais as principais motivações dos clientes para aderirem a produtos financeiros socialmente responsáveis? (Motivação para contribuir para o bem-estar da sociedade/ motivação financeira)

Além das motivações mais óbvias como a questão das preocupações com a sustentabilidade global, motivações de índole financeira começam cada vez mais a ser evidentes. Se é verdade que os reguladores começam a implementar mecanismos que favorecem este tipo de produtos, como é o caso das Green Bonds e o facto de poderem ser emitidas com custos de financiamento mais baixos (desde que cumpram com os objetivos verdes a que se propuseram) ou o facto de estas beneficiarem os rácios de capital (core tier 1) além de existirem objetivos claros devidamente quantificados para este tipo de emissões para as várias grandes empresas, também é verdade que do outro lado, não da oferta mas sim da procura, os investidores começam a olhar com outros olhos para estes ativos pois toda esta procura está efetivamente a potenciar a performance deste tipo de ativos e a fazer com que os mesmos evidenciem uma overperformance face às estratégias não ESG, como devidamente comprovado na resposta dada à pergunta anterior.

3. Quais as áreas melhor aceites pelos clientes ao nível de produtos financeiros socialmente responsáveis (Área Social/ Ambiental / outras) e quais os produtos de maior adesão, por parte dos clientes?

Do ponto de vista de enviesamento para algum dos três critérios em particular, diria que essa fase deverá ficar mais evidente em 2022 com a afirmação em pleno das estratégias ESG. Numa primeira fase notou-se uma oferta genericamente focada em ESG e muito baseada em critérios de exclusão, numa segunda fase os critérios ambientais começaram a ser mais trabalhados, numa terceira fase temos assistido a um aumento da preocupação com oferta focada no S “Social” com apoios às comunidades mais carenciadas sendo que deveremos começar em 2022 a entrar finalmente na área ainda menos explorada que é o G de

Governance. A importância da diversidade de gênero, das desigualdades remuneratórias, do respeito pelos direitos dos trabalhadores e pela importância de ter uma boa cultura empresarial.

Não temos notado uma maior preocupação, pelo menos de forma expressiva ou relevante, da parte dos investidores de retalho e, portanto, do lado da procura, por um critério específico em detrimento de outros. Os próprios investidores encontram-se ainda numa fase de assimilação e adoção desta nova realidade considerando que uma gestão com um pensamento de médio longo prazo beneficia o desempenho dessa empresa nesse mesmo horizonte temporal. No futuro, à medida que esta nova realidade for sendo assimilada, deveremos provavelmente começar a perceber um outro nível de exigência e cultura ESG por parte dos investidores, onde estes queiram eventualmente ir mais longe, comparando métricas mais objetivas entre empresas ou mesmo entre veículos de investimento, métricas essas que à data de hoje ainda se encontram em fase de desenvolvimento (legislação sobre taxonomia prevista para 2022).

4. Qual o nível de aceitação das instituições financeiras para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?

O nível de aceitação tem sido excelente. É verdade que muita da adesão resultou de uma forte pressão regulatória, mas é também verdade que os bancos, enquanto empresas que também o são, têm igualmente preocupações de índole ambiental, social e de governo corporativo e também consideram fundamental ser percecionados como agentes inovadores, íntegros e que contribuam para o bem estar das sociedades, sendo esta eventualmente uma clara oportunidade de limpar uma imagem bastante negativa de um passado não muito longínquo que a banca tinha na mente dos consumidores. É assim uma oportunidade de demonstrar um corte com más práticas do passado, evidenciar processos operativos mais robustos e controlados e de demonstrar que os bancos estão aptos a se integrarem numa Nova Era mais digital e tecnológica em que o futuro da banca será bastante diferente do passado.

Conforme referi anteriormente só na oferta de fundos ESG verificámos nos últimos 5 anos um mais que duplicar do número de produtos disponíveis no mercado, sendo que esta tendência não deverá mostrar algum tipo de abrandamento em 2022, antes pelo contrário.

5. Quais as principais barreiras ou dificuldades para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?

Existem várias barreiras que gradualmente tem vindo a ser ultrapassadas. Começámos por uma grande falta de clarificação regulatória, depois passámos por uma falta de oferta com histórico suficiente para confortar os investidores aquando da decisão de investimento e finalmente já estamos numa fase em que toda esta dinâmica está a levar a um aumento expressivo da procura, levando este tipo de ativos a acentuar a sua “overperformance” e a fazer com que estes, cada vez mais, se vendam por si próprios em face do seu comportamento numa ótica de retorno vs risco face a ativos concorrentes.

6. Faria sentido a nível fiscal que os produtos financeiros socialmente responsáveis pudessem beneficiar de uma tributação inferior às taxas usualmente aplicadas?

Se o intuito for o de utilizar o sistema fiscal como forma de alinhar comportamentos, sim, sem dúvida que teria um efeito positivo, pois além das várias vantagens referidas anteriormente em que o investimento se justifica por si próprio, juntar-se-ia uma nova vantagem monetária, neste caso, de índole fiscal.

Tendo em conta o elevado nível de endividamento público e a necessidade de controlo orçamental não me parece que o estado tenha grande margem de manobra nessa área ou, a ter, provavelmente cingir-se-ia a algo mais simbólico à semelhança dos atuais incentivos fiscais que existem, por exemplo, ao nível dos P.P.R.'s em que as poupanças anuais máximas em sede de IRS resumem-se a valores entre os € 300 e os € 400. Não obstante, devo dizer que consideraria essa medida extremamente oportuna pois, verdade seja dita, de que vale nos preocuparmos com o futuro e com as nossas reformas se não tivermos um planeta habitável para as gozar?

7. Em termos de partes interessadas (comunidade/associações ambientalistas ou de outras áreas) haverá algum contributo para o sucesso da comercialização dos produtos financeiros socialmente responsáveis?

Sim. A tendência, que de resto se deverá continuar a acentuar, é que se verifiquem alinhamentos e parcerias entre as diversas entidades no sentido de um bem comum. As empresas solidárias ou de proteção ambiental, ou de integração social obtêm mais apoios e

as empresas que dão esse apoio acabam por estar mais integradas localmente e serem mais bem aceites e bem vistas pela sociedade onde essa empresa se encontra. Estas parecerias são assim um Win-Win para ambos os lados e eu acrescentaria mais um terceiro Win, que é o do investidor / consumidor que ao realizar o seu investimento, além de estar a rentabilizar o seu capital, está simultaneamente a apoiar a sua comunidade, beneficiando e apoiando também a iniciativa originária na parceria. Muito sinceramente, eu, pessoalmente, não acredito no investimento feito única e exclusivamente devido a uma dada “causa social”, para esse efeito já existem os donativos e até estão previstos no nosso regime tributário determinados benefícios fiscais para esse tipo de apoios. Agora, uma coisa é um donativo, outra é um investimento. O investimento, como o próprio nome indica pressupõe uma rentabilização do capital investido e não acredito que o racional do investimento seja posto em causa em função de uma externalidade positiva como seja o apoio a uma causa. Algo substancialmente diferente é perante dois investimentos igualmente interessantes e competitivos, um deles apresentar um apoio ou preocupação com determinados critérios de sustentabilidade e o outro não, aí sim, em meu entender, esse poderá ser um fator verdadeiramente diferenciador e competitivo, mas volto a dizer, sempre aliado a uma boa estratégia de investimento e com boas perspectivas de rentabilidade.

8. Ao nível de prestadores de serviços estarão reunidas as competências necessárias para a colaboração na definição de produtos financeiros socialmente responsáveis em Portugal?

Encontramo-nos num processo que está em curso. Os intermediários financeiros estão hoje em dia bem mais preparados do que estavam em 2020 e garantidamente no final de 2022, estarão muito melhor preparados do que estão hoje em dia.

Muita da legislação está a ser publicada num âmbito bastante prático, definindo práticas, clarificações, relatórios e claras assunções de relação causa efeito entre objetivos e fins.

Este processo prevê uma revolução na operativa de “Advisory” / aconselhamento ao investimento, quer na conceção dos produtos, quer na documentação e clareza da mesma, quer inclusivamente, na formação continua necessária ser dada aos “Financial Advisors” / consultores financeiros. Questões como inquirir os clientes sobre se exigem que sejam integrados ou não requisitos ESG no processo de Advisory serão uma realidade em 2022, ou seja, os questionários de apuramento de perfil de investidor irão exigir a clarificação (tal

como a lei passará a obrigar) por parte do cliente se aceita ou não a realização de aconselhamento financeiro sem a inclusão de requisitos ESG ou se exige que esse aconselhamento seja feito única e exclusivamente seguindo e cumprindo esses requisitos. Neste último caso os intermediários financeiros obrigam-se a assegurar que todas as propostas de investimento cumprem com o regulamento dos investimentos responsáveis. Estou em crer que aquando da entrada em vigor desta nova operativa iremos assistir a mais um reforço desta “onda” de maior exposição a produtos ESG em detrimento de produtos não ESG.

Termino a resposta a esta questão como a comecei, à medida que vamos percorrendo este caminho de drásticas mudanças no processo de aconselhamento financeiro vamos visualizando no horizonte mais próximo algumas exigências que terão, a seu tempo, de ir sendo assimiladas por intermediários e por investidores e, à medida que os processos vão entrando em vigor e forem incorporados no dia a dia da operativa de aconselhamento financeiro, tornar-se-ão como uma commodity ou uma nova prática standardizada e gradualmente, cada vez mais, enraizada.

9. Em sua opinião como evoluirá a atenção das instituições financeiras ao tema sustentabilidade e questões associadas, como as alterações climáticas, emissão CO₂ entre outras questões?

Em minha opinião estamos ainda na fase embrionária desta revolução legislativa / de mentalidades. Existem ainda uma infinidade de alterações quer da legislação, quer de comportamentos e hábitos que têm de ser assimilados e implementados de forma a que seja possível atingirem-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e estarmos cada vez mais próximos da neutralidade carbónica.

A prova de que ainda há muito por fazer é que com toda a revolução mundial que já está em curso tendo em vista os ODS, nomeadamente acordos que envolvem 200 países a nível mundial, prevê-se que, a correr bem, os objetivos do acordo de Paris sejam alcançados daqui a 30 anos (2050), nomeadamente o objetivo de assegurar que a temperatura média do planeta não registre um aquecimento médio superior a 2 graus centígrados. Portanto todos estes esforços de décadas e de centenas de países apenas para abrandar o ritmo de aquecimento global ... pois para a neutralidade carbónica seria necessário um plano ainda mais audaz.

Este é um caminho sem retorno, para bem de todos nós, em que a única questão que se coloca é a capacidade de acelerar o atual ritmo e não se o sentido do caminho é mesmo este. Sem dúvida que é ... já ultrapassámos essa fase. Já passámos da fase das discussões filosóficas ou políticas para conclusões científicas.

Anexo 11: Entrevista realizada ao Dr. Mário Franco

1. No âmbito da sua integração na subcomissão de Finanças Sustentáveis do organismo de Normalização Setorial APEE, enquanto presidente da mesma, o que nos poderá relatar sobre as linhas fundamentais de ação que orientaram os trabalhos realizados por esta subcomissão?

Em primeiro lugar gostaria de dizer que tudo o que disser na entrevista não compromete nenhuma das organizações, nem entidades participantes neste processo. Estou apenas a exprimir a minha opinião e visão pessoal neste momento que está em constante evolução em função de factos e opiniões que vou obtendo e verificando constantemente.

Em segundo lugar tenho o prazer de esclarecer que a subcomissão técnica de Finanças Sustentáveis, que estava integrada na Comissão Técnica 164 – Responsabilidade Social, foi autonomizada passando a Comissão Técnica (CT 217) como reconhecimento da importância do tema, do trabalho já realizado bem como da importância do painel de membros que dispõe, já com uma significativa representatividade.

Respondendo mais diretamente à questão colocada eu direi que estamos a trabalhar em quatro linhas:

- a) Acompanhamento e implementação do “Modelo de Negócio Estratégico” da Norma de Finanças Sustentáveis;
- b) Aprofundamento do trabalho de definição das “Linhas Orientadoras Quadro de Finanças Sustentáveis”, ou seja, da futura Norma.
- c) Acompanhamento e análise do documento de definição dos termos e conceitos de Finanças Sustentáveis;
- d) Participação nos órgãos e grupos de trabalho da Norma.

Do ponto de vista do conteúdo temos dado particular atenção à componente social das finanças sustentáveis. Inclusivamente organizámos uma sessão sobre o tema por ocasião da realização em Portugal da Cimeira Social da União Europeia que se realizou em 2021, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.

É importante sublinhar que um dos principais objetivos da normalização na área das finanças sustentáveis é a estabilização, harmonização e consolidação dos conceitos e definições associados às finanças sustentáveis, não só para oferecer um quadro estável para todas as

partes interessadas nesta área (investidores, mercados, instituições financeiras, entidades emissoras, clientes, Universidades, entre outros), como para tornar o mercado mais transparente e compreensível para todos.

Pretende-se também fornecer a todas essas partes interessadas, quadros orientadores que possam ser utilizados, por qualquer uma delas, para poder avaliar os respetivos projetos, iniciativas ou ativos alvo de investimento. Desta forma, os critérios serão uniformizados, transparentes e previsíveis, características apreciadas por todo o tipo de entidades com atuação ética no mercado.

Aproveito esta oportunidade para partilhar alguns dos domínios de finanças sustentáveis em que estamos a trabalhar na norma a nível internacional (futura ISO 32210): "domínios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas decisões de investimento no setor financeiro, considerando investimentos com perspectivas de mais longo prazo em atividades e projetos económicos sustentáveis.", em particular alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDG).

2. Qual a sua perceção sobre a adesão por parte dos clientes das instituições financeiras a produtos financeiros socialmente responsáveis?

É bom sublinhar que, tal como referido na pergunta, a minha resposta baseia-se na perceção, considerando que não estão disponíveis ainda no mercado produtos financeiros sustentáveis em quantidade e qualidade, nomeadamente na área da finança social sustentável que nos permitam ter dados que suportem afirmações conclusivas.

Creio, contudo, ser possível afirmar que existe um interesse crescente pela sustentabilidade a todos os níveis e a área financeira não é exceção.

Por outro lado, a ação regulatória que está em curso em todas as regiões do mundo demonstra que existe um interesse crescente pelo tema. Verifica-se inclusivamente que os investidores internacionais estão cada vez mais ativos nestas áreas. Estes dois aspetos são desde já um elemento demonstrativo do interesse do mercado.

3. Quais as principais motivações dos clientes para aderirem a produtos financeiros socialmente responsáveis? (Motivação para contribuir para o bem-estar da sociedade/ motivação financeira)

Creio que não existe uma resposta definitiva a essa questão, que o mercado é dinâmico e que os dados de que dispomos são ainda muito escassos. É importante referir que neste caso, considerando a sua abrangência, as motivações de cada pessoa ou de cada grupo são certamente diferentes.

Todavia estou convicto de que existem algumas tendências que são hoje visíveis como seja a sustentabilidade, a segurança, a transparência, entre outros, que são uma resposta à vivência numa sociedade cada vez mais complexa, especializada, global e diversa que impele a procura de valores sólidos e de mais longo prazo.

Em minha opinião a crise financeira de 2008, e muitos factos que se lhe seguiram, serviu também como um alerta para a necessidade criação de uma finança sustentável e assente numa visão de mais longo prazo.

4. Quais as áreas melhor aceites pelos clientes ao nível de produtos financeiros socialmente responsáveis (Área Social/ Ambiental / outras) e quais os produtos de maior adesão por parte dos clientes?

Não consigo responder a esta pergunta, creio que ainda é muito cedo, necessitamos de muitos e variados produtos financeiros no mercado para poder perceber os produtos mais aceites, aqui o importante referir é que é necessário mais informação e mais conhecimento. Colocava aqui também o tema da governança, e julgo que não há um elemento único, as pessoas vão olhar para isto no seu conjunto e vão querer olhar para a finança sustentável de modo holístico incluindo as diversas componentes.

5. Qual o nível de aceitação das instituições financeiras para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?

Estou absolutamente convicto que será uma área de grande crescimento e existem muitos sinais da atenção das entidades financeiras no âmbito da responsabilidade social. Os produtos financeiros socialmente responsáveis dão uma resposta às questões que estão diretamente relacionadas com as preocupações dos clientes na sua vida quotidiana e esse será certamente um elemento dinamizador do mercado.

Se tivermos em atenção a carta que o CEO da *Blackrock* publica todos os anos, cada ano que passa ele é mais assertivo na necessidade das empresas se focarem na área da sustentabilidade.

6. Quais as principais barreiras ou dificuldades para a comercialização de produtos financeiros socialmente responsáveis?

Em minha opinião existem duas barreiras principais, a primeira é a falta de métricas e falta de normas detalhadas e globais. Hoje discute-se o *greenwashing* e *socialwashing* que é no fundo vender produtos que não têm nada do que dizem que têm, mas para se abordar este tema corretamente tem de existir clareza. A falta de métricas e de normalização é a principal barreira, o segundo ponto é a falta de dados que sustentem a avaliação dessas métricas. Existem métricas muito genéricas e os dados são muito incipientes. Não existe uma definição clara dos metadados, no fundo metadados é a definição exata de como se recolhem os dados, quais são os inquéritos que se fazem ou quais os dados que se pedem, o formato desses dados, tudo isto não está definido com precisão.

Em suma, precisamos de métricas e de dados objetivos, precisamos de *blockchain*, *inteligência artificial* e de sistemas de dados sofisticados. Além disto é necessária a governança dos dados, privacidade dos dados, instituições de recolha de dados capacitadas com pessoas especializadas, para que tenhamos dados de qualidade. Existem países com muitas lacunas estatísticas, porque não existem meios, num país onde não existem infraestruturas não se pode ter bons dados, mas se não se tiver bons dados também não se pode decidir bons investimentos, portanto este tema é o problema fundamental para se lançar produtos no mercado.

7. Faria sentido a nível fiscal que os produtos financeiros socialmente responsáveis pudessem beneficiar de uma tributação inferior às taxas usualmente aplicadas?

Em minha opinião e em tese sim, mas é necessário ver o tema num quadro geral da fiscalidade, ou seja ver o deve e o haver, porque pode haver alguns benefícios numa tributação para um tipo de produto financeiro mas também é necessário garantir a estabilidade financeira das instituições e dos países. Não tenho uma opinião final sobre o melhor modelo, o que eu penso é que o modelo deve ser discutido e enquadrado numa forma global.

Ainda bem que coloca esta questão, porque o papel dos Estados é fundamental para uma efetiva transição do setor financeiro, para um novo modelo baseado nas finanças sustentáveis. O papel do Estado não se pode resumir apenas às políticas fiscais, pelo que muito ainda pode e deve ser feito em matérias de regulamentação, supervisão e até de exemplo, nomeadamente através de emissão de dívida soberana sustentável, verde ou social.

8. Em termos de partes interessadas (comunidade/associações ambientalistas ou de outras áreas) haverá algum contributo para o sucesso da comercialização dos produtos financeiros socialmente responsáveis?

Eu diria que o principal contributo seria envolver-se em educação e literacia financeira, ou seja, literacia em geral pois não se pode ter literacia financeira sem saber matemática ou português ou por exemplo analisar um investimento sustentável sem se perceber de sustentabilidade.

O que está a acontecer historicamente, é que existe um processo de “financeirização” da economia e da sociedade, ou seja cada vez mais as coisas tem uma componente financeira e de gestão financeira. Neste contexto a literacia financeira é uma componente fundamental para que os produtos financeiros com maior sustentabilidade sejam preferidos na medida em que existirá no mercado conhecimento suficiente para aferir da sua qualidade.

9. Ao nível de prestadores de serviços estarão reunidas as competências necessárias para a colaboração na definição de produtos financeiros socialmente responsáveis em Portugal?

Não existe em Portugal o número de pessoas suficientes, como na generalidade dos países, as universidades têm um papel fundamental, ou seja, as escolas superiores têm que pensar assim, olhar para os empregos que estão a ser criados e perceber que na área da sustentabilidade e da finança sustentável está a aumentar a procura de pessoas qualificadas. Têm que começar já, não se pode estar à espera que outros avancem para se focar nisso. Em Portugal já existem instituições do ensino superior a dar essa resposta.

10. Em sua opinião como evoluirá a atenção das instituições financeiras ao tema sustentabilidade e questões associadas, como as alterações climáticas, emissão co2 entre outras questões?

Ao longo da entrevista já respondi a alguns desses temas, mas estou convicto de que o tema da sustentabilidade evoluirá no sentido crescente e exponencialmente. A principal razão será a necessidade de atrair a atenção dos investidores e clientes que têm o tema da sustentabilidade como prioritário.

Pelos contactos que tenho no âmbito da Comissão Técnica e fora dela, verifico que as instituições financeiras e outras estão a trabalhar neste sentido.

Em Portugal, não tenho qualquer dúvida, o tema vai ganhando prioridade, quer pela pressão externa, mas também pela pressão interna, e principalmente pela própria consciência dos gestores que são de altíssima qualidade. É uma tendência que se nota, que está a abranger toda a comunidade.

Muito Obrigado